

João Pedro Caeiro da Silva Bernardo Cotrim

TRADUTORES E PROPAGANDISTAS

Da tradução como ferramenta de propaganda do Estado Novo
no estrangeiro e da indústria que se desenvolveu em torno desta no
Secretariado da Propaganda Nacional/Sekretariado Nacional de Informação

Tese de Mestrado em Tradução
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,
sob a orientação da Professora Doutora Maria António Hörster
e da Professora Doutora Isabel Pedro dos Santos

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2010

ÍNDICE

Nota prévia	3
Introdução.....	4
1. Contextualização histórica	9
1.1 Portugal e o Mundo durante o Estado Novo	9
1.2 O Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional da Informação	12
1.3 SPN/SNI e a divulgação de propaganda para o estrangeiro	15
2. A tradução no âmbito do SPN/SNI: responsáveis, agentes, destinatários	20
2.1. As traduções das edições SPN/SNI.....	20
2.2. A cadeia global de tradução e os seus responsáveis.....	23
2.2.1 Produção do discurso e pedido de tradução	24
2.2.2 Recrutamento de tradutores.....	26
2.2.2.1 Pedidos formulados pelo SPN/SNI	27
2.2.2.2 Ofertas feitas ao SNI	28
2.2.2.3 Perfil dos tradutores	32
2.2.2.4 Origem social e profissional dos tradutores	33
2.2.2.5 Profissionalismo	37
2.2.2.6 Empresas de tradução.....	39
2.2.3 Qualidade dos tradutores	40
2.2.3.1 Revisões e revisores	40
2.2.3.2 Razões de queixa das traduções e dificuldade em encontrar tradutores	42
2.2.4 Remunerações	45
2.2.4.1 Relações discriminadas de despesas efectuadas.....	47
2.2.4.2 Reivindicações e tabelas de preços de tradução.....	49
2.3 O significado das palavras: teoria da tradução no SPN/SNI.....	54
Conclusão	63
Fontes e Bibliografia	66

Nota prévia

É costume dizer-se que a escrita, seja qual for o seu formato, nunca é um produto exclusivo do seu autor. Por um lado, este trabalho não se tornou possível graças à participação de ninguém em especial para além do seu autor e dos intervenientes nas fontes nas quais se baseou. Por outro lado, devemos confessar que a nossa vida durante a preparação desta tese se viu bastante facilitada graças ao apoio e à ajuda de algumas pessoas, às quais passamos a prestar os devidos agradecimentos.

Em primeiro lugar queremos agradecer às Professoras Doutora Maria António Hörster e Doutora Isabel Pedro dos Santos, pelo interesse e pelo entusiasmo que desde muito cedo demonstraram por este trabalho, a partir do momento em que foi apresentado apenas como uma ideia, e que se traduziu num apoio indispensável ao longo da sua execução, na forma de conselhos e sugestões que se revelaram vitais para elevar esta tese a um nível de qualidade científica que fosse satisfatório.

Devemos também agradecer à nossa família pelo apoio que nunca nos deixaram de prestar, ao José e Teresa Novo e à Marlene por nos terem aberto as portas de sua casa quando tivemos que levar a cabo a investigação em Lisboa, e aos amigos Bruna, Daniel e Jairzinho, pelo encorajamento que constantemente nos deram nas alturas em a frustração era maior que a produção, e por alguns conselhos e sugestões que fizeram.

No que diz respeito a facilitismos, é inegável a revolução que a Internet veio provocar no campo da investigação académica, abrindo-nos as portas para um mundo de informação que seria impossível de alcançar uns anos atrás. Em nosso ver, a produção académica em geral parece ainda não levar em conta este apoio precioso (mesmo quando a ele recorrem descaradamente), pelo que, não querendo incorrer na mesma falta, gostaríamos também de prestar um agradecimento simbólico a Tim Berners-Lee pela invenção da *World Wide Web* e, em especial, a Larry Page e Sergey Brin, fundadores do portal *Google.com*.

Introdução

A ideia para este trabalho nasceu, como acontece muitas vezes, do acaso. Uma visita à Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra levou a um encontro fortuito com o refugo dessa biblioteca. Enquanto passávamos os olhos por algumas das publicações consideradas supérfluas, chamou-nos a atenção alguns panfletos do tempo do Estado Novo editados em língua inglesa – neste caso, uma tradução da Constituição de 1933 e dois discursos de António de Oliveira Salazar, *O Plano de Fomento* e *Goa e a União Indiana*, ambos publicados em 1954.

Lendo e folheando estas traduções, começaram a surgir algumas questões. Uma, de imediato, impôs-se, nascida da análise daqueles panfletos que não continham qualquer informação editorial: quem traduziu? Porque é que o nome do tradutor não está presente nestas publicações? Pesquisas em catálogos de bibliotecas¹ revelaram a existência de inúmeras traduções de propaganda, em diversas línguas para além do inglês. Em nenhuma encontramos muita informação sobre a edição, para além de uma única exceção e ponto comum a todas essas publicações: o editor. Neste caso, o Secretariado da Propaganda Nacional, mais tarde Secretariado Nacional da Informação, um organismo do Estado Novo sobejamente conhecido, mas ainda pouco estudado.

Outras questões se sucederam. Qual seria a finalidade destas traduções? Propaganda no estrangeiro? Quão importante seria essa propaganda para o Estado Novo? Quem decidia o que era publicado, como é que decorria o processo, quais os meios empregues, e qual o resultado? De forma a tentar responder a algumas destas questões, decidimos levar a cabo este trabalho, uma abordagem interdisciplinar na qual se cruzam História e Estudos de Tradução. Não é de todo alheia a esta escolha a nossa formação prévia em investigação histórica – a princípio vista como um empecilho, este trabalho permitiu-lhe tornar-se uma mais-valia.

Entre as mais diversas abordagens dentro dos Estudos de Tradução, o recurso à História é uma vertente interdisciplinar ainda pouco explorada. Embora seja muito difícil discutir tradução sem recorrer à História da Teoria da Tradução, ou seja, à análise retrospectiva das diversas variantes do pensamento sobre tradução ao longo das eras, há ainda pouca produção académica no que respeita à historização de períodos em que a tradução desempenhou um papel de relevo².

¹ Em especial, a Biblioteca Nacional, as bibliotecas da Universidade de Coimbra e da Universidade de Lisboa, e as bibliotecas municipais de Lisboa, Coimbra, Porto e Évora.

² Uma salutar exceção é a obra editada por Jean Delisle e Judith Woodsworth, *Translators through History*, Amsterdam, Philadelphia, John Benjamins Pub. Company, 1995.

No entanto, o papel da investigação histórica nos Estudos de Tradução não é de todo repudiado, bem pelo contrário. Georges Bastin enaltece o valor da investigação histórica da tradução, afirmando que é uma ferramenta essencial para desenvolver novas abordagens para aprofundar o conhecimento dos mais variados aspectos a ela ligados³. Lynne Long diz que, contrariamente à prática corrente nos Estudos de Tradução, não se deve limitar esta abordagem interdisciplinar exclusivamente ao estudo da história da teoria da tradução, uma vez que se trata de uma orientação que não permitiu o desenvolvimento de estudos sobre tradução ao longo da História, existindo desta forma muito terreno virgem para explorar⁴. De resto, o lento progresso desta prática é uma ideia já antes avançada por Michel Ballard. Este autor defende a importância da história nos estudos de tradução, afirmando mesmo que a história é essencial na medida em que, evocando nomes, episódios e agentes, frequentemente numa perspectiva cronológica, ajuda a perceber as formas e a evolução da prática conhecida por tradução⁵.

Em Portugal a situação não é diferente. Existe o apelo para uma abordagem científica mais detalhada sobre episódios da história da tradução em Portugal, mas nem tanto uma acção que ultrapasse a publicação de pequenos artigos ou comunicações em actas de colóquios⁶. Segundo as investigadoras Teresa Seruya e Maria Moniz, o campo das traduções publicadas durante o Estado Novo (1926-1974) é demasiado vasto para que dele se possa fazer um estudo aprofundado⁷. Porém, o mesmo período está cheio de episódios de tradução de grande interesse, cujo estudo poderá originar diversos contributos académicos de valor.

³ “L’histoire de la traduction a désormais trouvé sa place en traductologie, au point de parfois en être le fer de lance ou de se convertir en déclencheur de nouvelles approches. L’histoire de la traduction décrit, explique et interprète le fait traductif, les traducteurs et les traductrices, les œuvres, les modes langagières, les idéologies dominantes et dominées, les censeurs et les victimes, etc.” In Georges Bastin, “Introduction”, in *Meta: journal des traducteurs / Meta: translators’ journal*, Volume 49, numéro 3, *L’histoire de la traduction et la traduction de l’histoire / History of translation and translation of history*, 2004, p. 459.

⁴ “Translation history is sometimes presented solely as the history of translation theory, but this leaves large areas of territory unexplored and unaccounted for. (...) The relative newness of the subject of translation studies and its interdisciplinary nature means that research into the history of translation is still in the early stages and somewhat patchy. This means that there is much work to be done but also that there is considerable scope for the enthusiastic researcher to make a contribution to the field.” In Lynne Long, “History and Translation”, in Piotr Kuhiwczak e Karin Littau. *A companion to Translation Studies*, Toronto, Multilingual Matters LTD, 2007, pp. 63, 75.

⁵ “La discrétion qui entoure le rôle de cette activité fondamentale nous semble en partie liée à une méconnaissance de son passé. Les considérations sur l’histoire de la traduction sont relativement rares, elles ont pour caractéristiques principales d’être souvent succinctes, ponctuelles ou éclatées sous forme de références disséminées.” In Michel Ballard, *De Cicéron à Benjamin: traducteurs, traductions, réflexions*, Presses Universitaires de Lille, 1995, p. 11.

⁶ Por exemplo, a recente publicação das comunicações proferidas no V Colóquio de Estudos de Tradução em Portugal, precisamente dedicado à tradução no Estado Novo: *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*, org. Teresa Seruya, Maria Lin Moniz e Alexandra Assis Rosa, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2009.

⁷ In Teresa Seruya, e Maria Lin Moniz, “História literária e traduções no Estado Novo - Uma introdução possível”, texto apresentado ao IV Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, Universidade de Évora- 9-12 de Maio de 2001.

Dentro desses pequenos nichos da História da Tradução durante o Estado Novo, verifica-se que um dos menos explorados é justamente o da tradução ao serviço do Estado Novo. Nas diversas obras sobre propaganda do Estado Novo, sejam elas de carácter político, jornalístico ou histórico, o papel da tradução como meio de propagação da ideologia salazarista para outros pontos do globo é invariavelmente remetido para notas de rodapé⁸, isto quando sequer presente. Tentaremos por isso colmatar parcialmente essa lacuna e fazer alguma luz sobre a actividade editorial de propaganda para o estrangeiro no Secretariado Nacional da Informação.

Embora ausentes das publicações traduzidas, os nomes dos vários tradutores, tal como muito do trabalho que lhes coube, estão presentes no vasto espólio que compõe o Fundo do Secretariado Nacional da Informação, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Este arquivo representa uma grande base de informação sobre a actividade do Secretariado, abarcando diversos aspectos não só da sua actividade mas também da sua gestão, incluindo documentação relativa à gestão financeira, do património e do pessoal. Esta última, ainda que um pouco limitada no que à tradução diz respeito, serve em muito de base a este trabalho – a falta de identificação dos tradutores nas publicações é compensada pelo cuidado nas contas e pela diversa correspondência interna e pela correspondência trocada com outros organismos, em que essa informação está bem presente.

Algumas caixas oferecem o benefício de conter processos devidamente identificados. Entre os vários exemplos de títulos que podem ser encontrados destacamos alguns dos que mais material de base forneceram a este trabalho. Entre estes, avulta uma pasta intitulada “Tradutores e Pedidos de Emprego”, contendo ofertas de emprego, relatórios sobre os serviços de tradução do Secretariado e diversa correspondência. A especificidade deste porta-fólio garantiu um grande contributo para o conhecimento da prática de tradução no período em estudo. Outras pastas de interesse incluem as que se referem a correspondência com delegações do Estado português no estrangeiro, tais como as Casas de Portugal em Londres, Paris e Nova Iorque. Outros porta-fólios apresentam títulos indicativos de processos muito específicos, como “Propaganda em Inglaterra”, “Propaganda em Espanha”, “Edição inglesa dos «Discursos» de S.E. o Presidente do Conselho” e “Edições estrangeiras dos discursos”, tendo o conteúdo dos mesmos sido uma mais-valia para este trabalho. Para além destes, existem caixas e pastas identificadas com informação relativa à gestão do Secretariado. De especial valor são as “Relações discriminadas das despesas efectuadas”, um conjunto de livros de contas activos desde os

⁸ Por exemplo: Raquel Pereira Henriques, *António Ferro. Estudo e antologia*, Lisboa, Alfa-Omega, 1990; Helena Matos, *Salazar, Vol. 1: A construção do mito: 1928-1933. - Vol. 2: A propaganda: 1934-1938*. Lisboa, Temas e Debates, 2003; Daniel Melo, *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001; Heloísa Paulo, *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva, 1994.

princípios do Secretariado e cuja consulta até ao ano de 1958 nos revelou o nome de mais de noventa tradutores. Mais do que revelar nomes, estas folhas servem também de indicação, na grande maioria das vezes, dos trabalhos que cada um efectuou⁹, representando assim uma fonte indispensável para este estudo e para o conhecimento do estado da tradução neste período da História de Portugal.

As relações dão-nos conta do pagamento por traduções desde pelo menos Novembro de 1934, pouco mais de um ano após a inauguração do Secretariado da Propaganda Nacional. Estes primeiros pagamentos referem-se a duas traduções para francês do Acto Colonial e do Estatuto do Trabalho Nacional, sem contudo haver identificação do tradutor. A mesma situação repete-se em Dezembro de 1935, altura em que há notícia de mais um pagamento por tradução (“A Teoria Corporativista Portuguesa”), sem indicação quanto à sua autoria. Contudo, foi caso único nesse ano, e daí em diante todos os trabalhos discriminados nas relações de despesas contêm o nome do respectivo tradutor.

Há mais material de valor nos arquivos para além dos exemplos referidos. Existem cerca de 1200 caixas com interesse para este estudo, repletas de correspondência interna ou trocada com outros organismos (embaixadas, Casas de Portugal), muitas vezes versando problemas de tradução, recrutamento de tradutores, pedidos de revisão, orçamentos, pagamentos ou propaganda no estrangeiro em geral. À luz dos constrangimentos temporais e logísticos, não nos foi possível levar a cabo uma pesquisa exaustiva, pelo que tivemos de ser mais selectivos na escolha do material a analisar – uma tarefa, de resto, nada facilitada pela descrição do conteúdo dos caixotes no índice do Fundo do Secretariado Nacional da Informação, nem sempre muito esclarecedora.

A informação sobre tradutores foi recolhida através de diversas formas de consulta bibliográfica, mas uma grande maioria foi revelada após pesquisa nos catálogos online da Biblioteca Nacional de Portugal, da PORBASE, das bibliotecas das Universidade de Coimbra e Lisboa, das bibliotecas municipais de Lisboa, Coimbra, Porto e Évora, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e ainda nas hemerotecas digitais da Hemeroteca Municipal de Lisboa e dos jornais espanhóis *ABC* e *La Vanguardia*. Outra base de dados electrónica de grande valor para este trabalho foi a ferramenta *Google Books*, que nos permitiu aceder ao conteúdo de livros de outra forma inacessíveis ao nosso alcance¹⁰.

Numa primeira parte deste trabalho faremos uma contextualização histórica do tema, abordando e explicando alguns elementos essenciais para a compreensão deste período: o posicionamento internacional do Estado Novo, a importância da propaganda para a construção de uma imagem

⁹ Apresentamos em anexo uma lista completa destes nomes no período entre 1934 e 1958.

¹⁰ Na transcrição de documentos do Secretariado e nas citações de outras fontes publicadas foi respeitada a grafia original.

“aceitável” de Portugal e o papel desempenhado pelo Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação nessa construção.

Na segunda parte começaremos por tentar quantificar as traduções realizadas pelo Secretariado, para depois analisar a indústria de tradução no organismo, tendo como objectivo o esclarecimento de algumas questões sobre a cadeia global de tradução, o perfil social e profissional dos tradutores, a qualidade das traduções e a política de remuneração. Terminamos com uma tentativa de diagnóstico da possível existência de uma política de tradução oficial no Secretariado, que de certa forma viesse a regular o trabalho de tradução. Para esta segunda parte recorreremos essencialmente às fontes originais do organismo presentes no fundo documental que foi acima descrito de forma muito breve¹¹.

¹¹ Para mais informações sobre o fundo documental do Secretariado Nacional da Informação, ver o *Guia geral dos fundos da Torre do Tombo: Instituições contemporâneas*, vol. V (Instrumentos de descrição documental), Lisboa, IAN/TT, 2004.

1. Contextualização histórica

1.1 Portugal e o Mundo durante o Estado Novo

Entre a sua implantação definitiva com a Constituição de 1933 e o fim do regime em 1974, o Estado Novo viveu sempre uma relação inconstante com a opinião pública nacional e internacional. Foram vários os episódios globais que se interpuseram directamente no caminho do novo regime, com especial relevo para a Guerra Civil de Espanha, a Segunda Guerra Mundial, e a nova ordem mundial que se seguiu a esta, em que a criação das Nações Unidas, em 1945, e a assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, trouxeram consigo uma renovada expressão dos Direitos Humanos e da autodeterminação dos povos, com clara influência nos movimentos anticolonialistas e anti-imperialistas da segunda metade do século XX.

Volvidos pouco menos de três anos sobre o documento estabilizador que era a Constituição da República Portuguesa de 1933, a paz via-se ameaçada pelas forças de esquerda que tomavam conta do vizinho espanhol. A reacção naquele país não se fez esperar e, em 1936, começava a Guerra Civil de Espanha, um conflito que assumia já contornos globais, e no qual Portugal acabou por se envolver¹².

De facto, a ameaça de um governo de esquerda em Espanha representava uma ameaça também para o novo regime português, receoso como era do avanço do comunismo na Europa e, embora Portugal tivesse assinado um acordo de não-intervenção com França e Reino Unido, Salazar não hesitou em levar a cabo uma vasta política de apoio mais ou menos dissimulado ao campo nacionalista¹³, com incidência na propaganda, na recusa de apoio aos refugiados do campo republicano e no envio de grupos de “voluntários” para ajudar a causa nacionalista. Enquanto Portugal se desculpava da intervenção recorrendo à ideia de defesa nacional, a sua participação no conflito não evitou que o regime fosse invariavelmente conotado pela opinião pública internacional com outros regimes autoritários de direita na Europa, nomeadamente o alemão e italiano¹⁴.

O fim da Guerra Civil de Espanha, com a vitória dos nacionalistas, contribuiu para a criação de uma certa ideia de força por parte destes regimes. Provada a eficácia da sua máquina militar na

¹² In René Rémond, *Introdução à História do nosso tempo. Do antigo regime aos nossos dias*, Lisboa, Gradiva Publicações, 1994, pp. 364-365.

¹³ Ver, entre outros, Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*. In *História de Portugal*, volume 7, dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 297 a 299, e José Hermano Saraiva, “O Estado Novo”, in *História de Portugal*, volume 3, dir. José Hermano Saraiva, Lisboa, Edições Alfa, 1986, pp. 550 a 552.

¹⁴ *Idem*.

Península Ibérica, a Alemanha Nacional-Socialista decidiu então empreender a sua política de anexação de “espaço vital”. A 1 de Setembro de 1939, a invasão do território polaco iria despoletar uma série de reacções, culminando no início da Segunda Guerra Mundial¹⁵.

O posicionamento de Portugal durante o segundo conflito global do século XX primou desde o princípio pela ambiguidade. Para o governo português, não se tratava de alinhar com nenhum dos lados em conflito, mas sim de defender o interesse português de possíveis ameaças, independentemente da sua origem. Ao manter a validade da Aliança Luso-Britânica, Portugal teve que aceitar alguns pedidos por parte do Reino Unido e dos seus aliados (direito de uso dos portos e aeroportos nos Açores e em Cabo Verde), mas não todos. Em troca das cedências, o país consegue o apoio diplomático dos governos inglês e americano para reaver Timor, ocupado por australianos e japoneses. Leva a cabo vastas manobras diplomáticas a fim de evitar a entrada de Espanha na guerra ao lado dos países do Eixo (situação que certamente arrastaria o cenário de guerra para a Península Ibérica e para Portugal) bem como assegurar-se da oposição espanhola a um ataque alemão a Portugal já no final da guerra, altura em que o país assume um claro papel de “aliado não-activo”. Entretanto, a balança comercial lucra com a venda de volfrâmio aos dois lados do conflito, e as portas do país abrem-se para refugiados seleccionados que trazem riqueza material e intelectual para o país¹⁶.

O fim da guerra abre portas a um novo mundo no qual, naturalmente, as potências democráticas vencedoras do conflito olham com desconfiança para o autoritarismo português e para o totalitarismo espanhol. A fundação das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem abriram caminho aos novos movimentos para a autodeterminação dos povos, com repercussões nos habitantes das colónias europeias e na opinião pública dos próprios países colonizadores.

Com a entrada de Portugal nas Nações Unidas, em 1955, a pressão sobre Portugal para conceder a independência aos territórios ultramarinos foi acentuada. No mesmo ano, a Conferência de Bandung junta diversos países recém-independentes num esforço conjunto contra as ideologias imperialistas¹⁷. Portugal manteve-se firme na defesa dos seus direitos, mas em breve a pressão internacional deixou de ser um problema quando comparada com o surgimento de vários movimentos independentistas, primeiro na Índia e depois em África¹⁸.

Desde o nascimento do Estado Indiano, em 1947, que este fazia recorrentes pedidos para a entrega do Estado Português da Índia, todos recusados. No ano de 1954 iniciam-se as hostilidades, com a Índia

¹⁵ In Enzo Collotti, *Fascismo, fascismos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992, pp. 167-168.

¹⁶ Ver, entre outros, Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 30-353, e José Hermano Saraiva, *op. cit.*, pp. 552-554.

¹⁷ In René Rémond, *op. cit.*, p. 433.

¹⁸ In Fernando Rosas, *op.cit.* p. 514, e ss..

a abandonar a sua política de não-violência. O conflito daí decorrente durou até 1961, quando a 18 de Dezembro o exército indiano tomou Goa e expulsou os portugueses. Nesse espaço de sete anos, de pouco ou nada serviram os esforços diplomáticos levados a cabo por Portugal. No mesmo ano da expulsão do Estado da Índia, e após a constante recusa portuguesa em permitir, nas colónias (justamente porque não as considerava como tais), uma evolução com vista a uma futura emancipação, inaugurava-se em África um período de guerrilha, que deu origem às guerras coloniais, as quais só viriam a terminar com o fim do regime em 1974¹⁹.

Apesar destes aparentes obstáculos a uma apreciação mais positiva do Estado Novo pela opinião pública internacional, o regime não deixou de obter alguns êxitos a nível do seu reconhecimento no novo mundo do pós-guerra.

O primeiro destes êxitos teve lugar pouco após o final da Segunda Guerra Mundial. Em 1949, Portugal é um dos países fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO), aliança política e militar entre os Estados Unidos da América e os aliados europeus com vista à manutenção da paz e da segurança no eixo Euro-Americano, opositor ao avanço da ideologia comunista²⁰. A recusa do Estado Novo em admitir o pensamento comunista dentro das suas fronteiras, aliado ao elevado valor estratégico das suas possessões ultramarinas, facilitou a entrada do país no organismo. Este acontecimento coloca Portugal ao nível dos países do bloco democrático vencedor do grande conflito. Como afirma António Martins da Silva, com a assinatura do Pacto do Atlântico

Salazar pôde finalmente respirar: o autoritarismo do regime ficara incólume após as duras críticas de que foi alvo; a relação com Espanha sobrevivera ao perigo de um rude golpe; a aliança com a Grã-Bretanha não estava em questão; a relação com o Brasil, também não; o império colonial – fundamento e substância da política nacionalista do Estado Novo – resistira ao medo da cobiça euro-americana.²¹

O outro grande êxito aconteceu em 1960, com Portugal novamente a assumir o papel de membro fundador de outro organismo internacional, agora de cariz económico, a Associação Europeia do Comércio Livre (AECL/EFTA). Trata-se de uma nova vitória da política externa do Estado Novo, que consegue incluir um Estado autoritário com uma economia subdesenvolvida num concerto de nações europeias de tradição democrática e economias desenvolvidas. Segundo Martins da Silva, “tal compromisso salvaguardava os princípios defendidos pelo regime e reduzia, momentaneamente pelo

¹⁹ *Idem.*

²⁰ *Idem*, p. 399-402.

²¹ In António Martins da Silva, *Portugal entre a Europa e Além-Mar: Do Plano Briand na SND (1929) ao Acordo Comercial com a CEE (1973)*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000, p. 24.

menos, os riscos de isolamento internacional numa época em que as críticas à gestão salazarista e à sua política ultramarina redobravam de vigor.”²²

O controlo da opinião no país e no estrangeiro, as vitórias sobre as ameaças constantes que questionavam a sobrevivência do Estado Novo, bem como os sucessos de política internacional conseguidos, não teriam sido possíveis sem o contributo de uma bem oleada máquina de propaganda, instrumento fulcral de qualquer regime político, seja qual for a sua orientação. No caso de Portugal e do Estado Novo, a máquina foi o Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional da Informação.

1.2 O Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional da Informação

Criado pelo Decreto-Lei nº 23 054, de 25 de Setembro de 1933, o Secretariado da Propaganda Nacional assumiu-se desde logo como uma ferramenta de controlo ideológico ao serviço do Estado Novo, muito à semelhança dos congéneres alemão e italiano, aos quais foi buscar inspiração. No entanto, foi apresentado desde o princípio não como um meio para modelar a opinião pública, mas antes como um instrumento de apoio à governação, que visava não mais do que informar o grande público. Tais preocupações estão bem patentes no discurso proferido por António de Oliveira Salazar em 1933, por altura da inauguração do Secretariado:

Em primeiro lugar: o Secretariado denomina-se da propaganda nacional. Quem penetrar bem o seu significado, entenderá que não se trata duma repartição de elogio governativo, que não se trata de elevar artificialmente a estatura dos homens que ocupam as posições dominantes do Estado; compreenderá que o Secretariado não é um instrumento do Governo mas um instrumento de governo no mais alto significado que a expressão pode ter.²³

Os pressupostos reguladores do Secretariado estão claramente dispostos no decreto fundador – competindo-lhe a coordenação da informação e sua difusão no País e no estrangeiro, a fim de evidenciar “o espírito de unidade que preside à obra realizada e a realizar pelo Estado Novo”.²⁴ No referido discurso de inauguração, Salazar fala no papel que o organismo deve ter no combate ao descontentamento causado pela “ignorância das realidades, dos serviços, dos melhoramentos

²² *Idem*, p. 54.

²³ Discurso proferido por António de Oliveira Salazar em 26 de Outubro de 1933, na inauguração do S.P.N. in *Catorze anos de Política do Espírito*, Lisboa, edições SNI, 1948, p. 13.

²⁴ In Decreto-Lei nº 23 054, de 25 de Setembro de 1933.

existentes”, tanto dentro do país como fora dele; e deverá fazê-lo cingindo-se aos factos, “utilizar de preferencia a imagem e o número como as expressões mais frisantes, mais eloquentes dos factos da vida pública”. Finalmente, de acordo com o seu primeiro Secretário, António Ferro, o Presidente do Conselho tê-lo-á instruído desta forma:

Se juntarmos aos princípios e directrizes contidas nesse discurso algumas instruções verbais que me foi dando, poderei resumir, desta forma, o seu programa, a sua palavra de ordem: «Seja verdadeiro. Defenda o essencial. Proteja o Espírito». E ainda como *post-scriptum* êste slogan, claro está, êste sêlo da sua política, ou antes, dos primórdios da sua política: «Não gaste muito».²⁵

Pese embora a aparente pouca importância atribuída à palavra “propaganda” na designação do organismo, a verdade é que esta acabou por não sobreviver. Segundo a historiadora Heloísa Paulo, “a Segunda Grande Guerra levanta questões importantes em termos da orientação a ser levada a cabo pelo regime, no que respeita ao próprio posicionamento adoptado por Portugal perante a Europa, e vai suscitar, de igual forma, com a derrota dos regimes fascistas, uma reformulação do regime”²⁶. Em 1944, com a aproximação do final do conflito, e procurando talvez assumir uma designação menos evocativa dos regimes autoritários alemão e italiano²⁷, o governo promove a reforma do SPN, publicando o Decreto-Lei nº 33 545 a 23 de Fevereiro desse ano, que concentra num só organismo o Secretariado da Propaganda Nacional, os serviços de turismo, os serviços de imprensa e de censura, os serviços de exposições nacionais ou internacionais e os serviços de radiodifusão – nascia desta forma o Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular. Com este nome exerceu o organismo a sua actividade até 1968, altura em que nova reforma o elevou a Secretaria de Estado da Informação e do Turismo.

Entre 1933 e 1968, o SPN/SNI concentrou a sua acção em grandes realizações, cujo objectivo maior passava pela representação de uma certa “portugalidade” que deveria caracterizar o Estado Novo. Um dos grandes propósitos do organismo de propaganda era cimentar a união do povo com o

²⁵ In António Ferro, *Dez anos de Política do Espírito*, Lisboa, edições SPN, 1943, p. 13.

²⁶ In Heloísa Paulo, *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva, 1994, p. 41.

²⁷ “Em 1943, ao comemorar os dez anos de «Política do Espírito», António Ferro afirma que Salazar «na paz da sua consciência, sem o complexo de inferioridade de certos governantes que hesitam em chamar às coisas os seus verdadeiros nomes, não hesitou em chamar propaganda à sua propaganda, como não hesitou em chamar autoridade à sua autoridade ou nacionalismo ao seu nacionalismo» (Dez Anos de Política do Espírito). Menos de um ano depois, com o cenário da guerra sofrendo uma reviravolta ante o avanço aliado, já há uma hesitação em designar um órgão estatal como «de propaganda», de aproximar a realidade interna do regime àquela que vai sendo contestada e destruída na Alemanha e na Itália.” *Idem*, p. 77.

seu regime numa simbiose patriótica em torno de uma ideia de ancestralidade rural de Portugal²⁸. Sintomáticas desta intenção de explorar a imagem de pureza rural do país são a criação do Concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal, em 1938, e dos Bailados Verde-Gaio, em 1940. Neste ano, a exploração da ideia de portugalidade é levada ao seu expoente máximo, com o início das comemorações do Duplo Centenário, da Fundação e da Restauração de Portugal, cuja grande realização foi a Exposição do Mundo Português. Em 1948, perto do espaço da Exposição, é aberto o Museu de Arte Popular, último grande exemplo deste espírito. Pelo meio encontramos actividades de todo o género, como os Concursos de Montras, salões e exposições de arte, e até um mecanismo de produção cinematográfica, essencialmente documental, com algumas excepções no campo da ficção²⁹.

Entre muitas outras actividades, o SPN/SNI instituiu, a partir de 1934, a criação de Prémios Literários, destinados a distinguir grandes obras publicadas anualmente, verificando-se que os vencedores acabam por ser autores cuja obra se aproxima mais do ideário do regime. Em 1935, institui prémios também para as Artes Plásticas. No mesmo ano dá início ao projecto Cinema Ambulante, que visava levar produções cinematográficas aos meios rurais, produções essas que muitas vezes eram pequenos filmes de propaganda feitos pelo próprio organismo. Com contornos semelhantes cria, no ano seguinte, o itinerante Teatro do Povo. Ainda em 1935, o SPN/SNI começa a publicitar o “novo Portugal” no estrangeiro, através da participação em feiras internacionais com a organização de pavilhões, começando pela Exposição de Arte Portuguesa em Genebra, à qual se seguiriam a Exposição Internacional de Paris, em 1937, e a de Nova Iorque, em 1939³⁰.

Como não podia deixar de ser, muitas das acções de propaganda do SPN/SNI tiveram a forma de publicações. Entre 1933 e 1968 o organismo empreendeu uma intensa actividade editorial, sendo responsável pelo lançamento de diversas obras. Entre as de maior relevo ressaltam várias colectâneas de propaganda ideológica, tais como a *Idearium - Antologia do Pensamento Português*, organizada por José Calvet de Magalhães, em 1946, uma recolha de textos de grandes pensadores portugueses, ou colecções de cariz histórico, como a colecção *Grandes Portugueses*, de Virgínia de Castro e Almeida, um conjunto de biografias de figuras históricas cujo público-alvo era o segmento mais jovem da população. No capítulo das publicações periódicas, são de salientar a revista de arte e turismo *Panorama* (1941-1973), a revista de cultura luso-brasileira *Atlântico* (1942-1950), o boletim mensal

²⁸ “A permanente identificação entre governantes e governados seria com maior eficácia atingida se a instituição debitasse as imagens de um povo auto-satisfazendo-se na contemplação das suas muito antigas tradições. (...) Representar-se-iam os «aspectos amoráveis» de um país rural”. In “Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) / Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) / Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT)”, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 volumes, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, pp. 893-896.

²⁹ Para uma descrição mais pormenorizada das actividades do Secretariado, ver Heloísa Paulo, *op. cit.*, pp. 73-139.

³⁰ *Idem.*

Portugal, destinado ao estrangeiro (publicado em cinco línguas entre 1935 e 1968), e os boletins semanais *Informações*, para distribuição a nível nacional, e *Notícias de Portugal*, para distribuição pelos Consulados de Portugal (ambos publicados entre 1947 e 1974). Para além destas edições existiu ainda uma extensa actividade de publicação de pequenos panfletos, divididos por colecções como os *Cadernos do Ressurgimento Nacional* ou *O Pensamento de Salazar* (1934-1967)³¹.

Muitas destas publicações assumiam-se, na verdade, como a principal ferramenta de propaganda política e cultural do Estado Novo, para o qual a obtenção de algum reconhecimento internacional, bem como a elucidação do “caso português”, era fulcral. Não admira, portanto, que certas secções do organismo tivessem como especial atribuição a propaganda para o estrangeiro.

1.3 SPN/SNI e a divulgação de propaganda para o estrangeiro

Como vimos anteriormente, a aceitação do Estado Novo pelas potências estrangeiras do seu tempo não foi unânime - a sua orientação anti-democrática gerou tanto a desconfiança de uns como o aplauso de outros. Não foi estranha aos dirigentes do Estado Novo uma clara preocupação com a imagem de Portugal, imagem essa que deveria ter como fundamento o prestígio e o orgulho, e nunca a reprovação e o embaraço.

Paralelamente a esta batalha natural pelo reconhecimento internacional, surgiam também dúvidas oriundas de várias entidades estrangeiras, tanto particulares como instituições, sobre este fechado país do sudoeste europeu. A documentação do SPN/SNI existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo inclui inúmeros exemplos de pedidos de informações internacionais sobre os mais diversos assuntos, desde esclarecimentos relativos à condução política do país a questões sobre fauna e flora locais. Como forma de dar provimento a estas dúvidas, havia que desenvolver um processo de divulgação da informação, devidamente controlado pelo regime e que combatesse eficazmente qualquer tipo de contra-informação levada a cabo por certos sectores da sociedade portuguesa e por alguns portugueses no estrangeiro.

Desta forma, não é de estranhar que uma das actividades do SPN/SNI tenha sido também a de fazer a apologia do Estado Novo e do novo Portugal de Salazar para lá do espaço da língua portuguesa.

³¹ Os *Cadernos do Ressurgimento Nacional* incluíam títulos e temas como “Assistência Social”, “Obras Públicas”, “Portugal Missionário”, “Hidráulica Agrícola” ou “Colonização Interna”. As publicações panfletárias *O Pensamento de Salazar* eram essencialmente transcrições de discursos recentes do Presidente do Conselho.

Essa acção seria levada a cabo através de minuciosos mecanismos de propaganda externa, geridos por uma parte do Secretariado que ficou conhecida por Secção Externa³².

A Secção Externa do Secretariado da Propaganda Nacional é claramente apresentada no documento inaugurador deste organismo, o Decreto-Lei nº 23 054, de 25 de Setembro de 1933. No Artigo 5º desse documento, são descritas desta forma as suas competências:

Art. 5.º Compete essencialmente à secção externa:

- a) Colaborar com todos os organismos portugueses de propaganda existentes no estrangeiro;
- b) Superintender em todos os serviços oficiais de imprensa que actuem fora do país;
- c) Promover a realização de conferências em vários centros mundiais por individualidades portuguesas e estrangeiras; fortalecer o intercâmbio com os jornalistas e escritores de grande nomeada; elucidar a opinião internacional sobre a nossa acção civilizadora e de modo especial sobre a acção exercida nas colónias e o progresso do nosso Império Ultramarino; promover a expansão, nos grandes centros, de todas as manifestações da arte e da literatura nacionais.

Contudo, na orgânica do SNI não parece ter existido uma secção com a referida designação. Ao invés, a pesquisa que levámos a cabo no fundo documental do Secretariado Nacional da Informação, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, revela, através da consulta de organigramas da instituição e dos relatórios mensais de despesa, uma organização bem mais complexa do que a simples divisão entre “secção interna” e “secção externa”.

O que encontramos é um organismo dividido em quatro grandes repartições – Administração Central, Informação, Cultura Popular, Turismo. Dentro de cada uma destas repartições há ainda outras secções. Na Informação encontramos as secções de Estudos e Difusão de Informações, Imprensa Portuguesa, Imprensa Estrangeira e Intercâmbio Luso-Brasileiro; na Cultura Popular há secções encarregadas das exposições, do cinema, da etnografia, do teatro e da música; no Turismo é possível encontrar secções para Turismo Geral, Turismo Local e Indústria Hoteleira.

As obrigações que, no campo da propaganda no estrangeiro, cabiam ao Secretariado, bem como as acções que levou a cabo, incluíam a colaboração com todos os organismos portugueses de propaganda existentes no estrangeiro, tais como embaixadas, consulados e Casas de Portugal³³; supervisão de

³² “Da propaganda do ressurgimento, do Portugal novo, está encarregue a Secção Externa no Secretariado. Para isso foram criados os Serviços de Recepção aos estrangeiros (que os auxiliavam na sua instalação, estada e actividades recreativas), e os Serviços de Informação. Estes últimos tinham o objectivo de dar uma resposta breve e sucinta a perguntas sobre o País, formuladas pelas mais diversas entidades estrangeiras, o que origina a progressiva formação de uma biblioteca, arquivos fotográficos, biográfico e audiovisual e o envio de publicações especialmente traduzidas para o efeito.” in Raquel Pereira Henriques, *António Ferro. Estudo e antologia*, Lisboa, Alfa-Omega, 1990, p. 49.

³³ As Casas de Portugal eram, no início da sua actividade, centros oficiais de informações de cariz essencialmente económico e turístico, sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, trabalhando ocasionalmente com o Secretariado, uma vez que este era a principal fonte de publicações oficiais sobre o país e principal promotor da sua propaganda turística.

todos os serviços de imprensa oficiais fora do país; a realização de conferências e encorajamento do intercâmbio com intelectuais e jornalistas estrangeiros, com vista a moldar a opinião internacional, entre outros assuntos, sobre a política colonial; promoção cultural e artística de Portugal bem como do seu turismo. Pode ver-se um exemplo perfeito de todas estas vertentes em acção num memorando dactilografado sobre a propaganda em Espanha³⁴, sem autor e sem data (provavelmente de 1937 ou 1938³⁵), no qual se dá conta desta diversidade de abordagens, entre as quais destacamos, no domínio da tradução, a edição de publicações em espanhol e a exibição do filme propagandista português *A Revolução de Maio*, com a devida legendagem.

Segundo conseguimos depreender da análise dos relatórios de despesa e da correspondência interna do Secretariado, a propaganda escrita no estrangeiro coube, portanto, não a uma Secção Externa constituída como repartição autónoma e especializada, mas sim à Secção de Estudos e Difusão de Informações, para a qual esta era apenas uma das atribuições entre muitas outras, com especial relevo para a publicação.

A actividade de publicação cumpria o papel de principal veículo da propaganda para o estrangeiro. Em casos esporádicos foram também utilizados o cinema e as exposições, mas não há comparação possível entre a frequência destas actividades e o volume da indústria de publicação do SPN/SNI. Este aspecto não é, contudo, garantia de inexistência de dúvidas sobre esta actividade, mesmo entre altos quadros da administração do próprio Secretariado. Por exemplo, em carta ao Secretário Nacional da Propaganda, António Ferro, João d'Antas de Campos tem o seguinte raciocínio:

Quanto a outros assuntos de que aí falámos, as observações e informações que aqui colhi confirmam em absoluto, também neste caso, o que o Senhor António Ferro aí me disse. Com efeito, ha muito maior vantagem em ter em ambiente de simpatia uma a duas dúzias de pessoas, do que distribuir, mais ou menos “ad hoc”, folhetos de propaganda.³⁶

Com estas características existiram Casas de Portugal em Londres, Paris, Nova Iorque e Rio de Janeiro, bem como Centros de Informações em Bona, Bruxelas, Roma e Genebra. A partir de 1953 passam a responder perante o SNI. Segundo Heloísa Paulo, “na década de 50, acentua-se o cuidado com a imagem de Portugal no estrangeiro, crescendo o interesse pela vertente da propaganda externa e do Turismo. (...) O decreto-lei nº 39 475, de 21 de Dezembro de 1953, integra as Casas de Portugal no SNI, passando estas a funcionar como delegações do órgão. (...) O SNI ganha mais um canal de controlo da propaganda do regime no estrangeiro onde, muitas das vezes, nos países de tradição mais democrática, os grupos de exilados políticos portugueses começam a ser olhados com «bons olhos» em detrimento a acção de propaganda do regime vigente em Portugal.” In Heloísa Paulo, *op. cit.*, p. 80.

³⁴ Transcrição em anexo (doc. 1, p. 89).

³⁵ Uma das alíneas desta guia inclui a exibição, em Salamanca, do filme *A Revolução de Maio*, película propagandista realizada por António Lopes Ribeiro por encomenda do SPN. O filme estreou no Cinema Tivoli, em Lisboa, a 6 de Junho de 1937.

³⁶ Carta de João d'Antas de Campos a António Ferro, de 17 de Junho de 1947, caixa 494, “Correspondência Recebida 1932-1951”, porta-fólio “Casa de Portugal em Londres”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

É uma dúvida especialmente importante se tivermos em conta que esta ideia partia do próprio Secretário Nacional. E, de facto, muita da propaganda era feita em pessoa, na figura dos gerentes das diversas Casas de Portugal, dos embaixadores, ou, em certas situações, do próprio Secretário Nacional, em visitas oficiais. Nestas situações, o Secretariado promovia encontros de cariz social, oferecendo almoços e jantares, organizando concertos e exposições de artistas portugueses, dinamizando conferências, e convidando jornalistas e intelectuais a visitar Portugal, encorajando-os depois a escrever as suas impressões de viagem. A escolha não era inocente – o Secretariado requeria aos seus agentes no estrangeiro informações minuciosas sobre o posicionamento político dos jornais e dos jornalistas locais, a fim de se proceder a uma selecção cuidada dos indivíduos a convidar.

No entanto, nenhuma destas acções foi incompatível com a actividade de publicação. Em 1943, na celebração do décimo aniversário do SPN, o Secretário Nacional António Ferro proferia as seguintes palavras, em tom de balanço da actividade decenária do organismo:

Eis o que se fêz, o que indiscutivelmente se fêz: poderosa contribuição para o prestígio de Portugal no estrangeiro e sua repercussão dentro do País; divulgação interna e externa da obra realizada pelo Estado Novo em milhões de exemplares de publicações consideradas modelares.³⁷

Portanto, a actividade editorial não esmoreceu, antes pelo contrário. A consulta das Relações Discriminadas das Despesas seria suficiente para confirmar esta ideia, mas encontrámos ainda nos arquivos do SPN/SNI um relatório, datado de 1952, versando a questão da propaganda no estrangeiro, no qual se podem confirmar os números adiantados pelo Secretário em 1943: em secção intitulada “Edições do secretariado destinadas ao estrangeiro”, ficamos a saber que se organizaram, desde 1938, 811 edições em cinco línguas estrangeiras, tratando dos mais variados assuntos³⁸. Anexo a este relatório podemos encontrar um quadro do movimento de expedição de edições para o estrangeiro³⁹. Os números são bastante impressionantes, revelando um crescimento acentuado entre 1936 e 1939 (118.330 para 280.235), seguido de uma quebra para cerca de metade durante os seis anos da Segunda Guerra Mundial. A partir de 1945 assiste-se a um crescimento anual médio de mais de cem mil publicações, expedidas até 1949, ano em que ultrapassam meio milhão, assinalando o ano de 1950 um ligeiro decréscimo (de 568.675 para 543.406), antes da explosão verificada em 1951, com 1.234.329

³⁷ In António Ferro, *op. cit.*

³⁸ In “Elementos acerca da actividade desenvolvida pelo Secretariado desde a sua criação 1933-1952”, caixa 4006, porta-fólio “Alínea III e IV”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

³⁹ Transcrição em anexo (doc. 2, p. 90).

publicações enviadas para o estrangeiro. No próximo capítulo veremos como estavam distribuídas estas edições em relação às línguas publicadas.

Este relatório de 1952, de autor desconhecido, termina a exposição destes dados fazendo um balanço do resultado deste volumoso esforço de propaganda:

Resultados obtidos com a propaganda no estrangeiro

Tem sido muito proveitosa, para o prestígio de Portugal, a actividade externa do Secretariado, o que dificilmente se pode concretizar por números e factos. No entanto mencionaremos que se sabe terem sido publicados e consagrados a Portugal, 10.250 artigos em 2.766 jornais e revistas, escritos por 2.500 jornalistas estrangeiros; e 371 obras literárias diferentes, em alemão, espanhol, francês, holandês, inglês, italiano, português (Brasil), romano e servo-croata.

Merece especial referência a actividade do Secretariado junto dos jornalistas estrangeiros que estiveram em Portugal por ocasião da reunião da N.A.T.O. em Lisboa, em 1952. Registou-se a passagem de 298 jornalistas, representando 129 jornais, agências noticiosas, estações radiofónicas e empresas cinematográficas, tendo-se arquivado até ao presente 135 artigos, com referências elogiosas a Portugal.

O interesse que tem merecido o “caso português” traduz-se pela grande quantidade de números especiais de revistas e jornais estrangeiros dedicados a Portugal e pela crescente afluência de turistas de todo o mundo.⁴⁰

O relatório é extremamente revelador da importância e extensão da propaganda do Estado Novo no estrangeiro. Aos números acima apresentados podemos também acrescentar a impressionante lista dos destinos de expedição de publicações do SNI, também presente neste relatório – 70 países e mais de uma centena de personalidades de diversas nacionalidades⁴¹. Para levar a cabo esta intensa actividade propagandística, o Secretariado viu-se obrigado a recorrer, para além de escritores, revisores e impressores, aos serviços de dezenas de tradutores para as mais diversas línguas, e à criação de um mecanismo de tradução dentro do próprio Secretariado. É esta realidade da tradução que procuramos analisar na segunda parte deste trabalho.

⁴⁰ *Idem.*

⁴¹ Listas em anexo (docs. 2 e 3, pp. 90-92).

2. A tradução no âmbito do SPN/SNI: responsáveis, agentes, destinatários

2.1. As traduções das edições SPN/SNI

No capítulo anterior sustentámos a ideia de que a propaganda no estrangeiro era um dos principais campos de actuação do Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional da Informação. Convém analisar um pouco esta actividade antes de nos debruçarmos sobre o trabalho de tradução e sobre os tradutores.

O relatório “Elementos acerca da actividade desenvolvida pelo Secretariado desde a sua criação 1933-1952”⁴² fornece-nos os números de todas as publicações em língua estrangeira editadas pelo Secretariado entre 1934 e 1951. Assim, uma observação superficial permite-nos, quase de imediato, identificar as línguas francesa e inglesa como as mais representadas, aquelas para que mais se traduzia, seguidas a alguma distância pelo espanhol e, também a alguma distância deste, pelas línguas alemã e italiana. No total, foram editadas nesse período 380 publicações em francês, 258 em inglês, 166 em espanhol, 56 em alemão e 15 em italiano. Quando analisamos o número das tiragens, o inglês, com 2.816.850 exemplares, ultrapassa ligeiramente o francês, embora com apenas 375 mais do que a tiragem nesta língua. A língua espanhola segue atrás, com uma tiragem de 707.150, seguida pela língua alemã, com 118.350, e pela italiana, com 99.500 exemplares.

A evolução dos números é semelhante à apresentada no quadro das expedições que analisámos anteriormente⁴³. Há, no geral, uma subida progressiva até ao início da Segunda Guerra Mundial, um período geral de estagnação, apesar de algumas descidas, e um reatar da actividade com o final do conflito. Contudo, devemos realçar alguns aspectos interessantes, em especial no que se refere ao caso do alemão. Entre 1934 e 1952, com a excepção do ano de 1934, no qual foram editadas seis mil cópias da tradução alemã do discurso “O Estado Novo e as suas realizações”⁴⁴, só se publicou nessa língua nos anos do conflito, entre 1939 e 1945. Será preciso esperar até 1955 para se tornar a encontrar uma tradução para a língua alemã, precisamente um discurso de António de Oliveira Salazar, intitulado “O Caso de Goa”.

As edições publicadas pelo Secretariado assumiam um carácter marcadamente político, com uma forte componente ideológica. Isto não impediu que grande parte dos volumes expedidos fosse de cariz

⁴² Vide *supra*, p. 18.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ *Der Neue Staat und seine Taten von Dr. Manuel Rodrigues*, Lisboa, S.P.N, 1934.

aparentemente turístico e cultural, como forma de promover o país, o seu reconhecimento, e a atracção de visitantes que viessem dinamizar a economia nacional. Porém, mesmo essas publicações estavam obviamente carregadas de um cunho ideológico, representando a visão de Portugal que o Estado Novo procurava vender: um país organizado, em constante desenvolvimento, mas muito apegado às tradições e aos costumes, sem deixar de ser, contudo, uma nação aberta e hospitaleira. As publicações explicitamente políticas, apesar do seu grande número, destinavam-se, por seu lado, a “elucidar” a opinião pública estrangeira, frequentemente acusada pelo Estado Novo de estar “mal informada” das realidades nacionais.

Não surpreende, por isso, que uma das grandes publicações traduzidas do SPN/SNI fosse um folhetim com um conteúdo relativamente abrangente. Falamos do boletim mensal *Portugal: Boletim de Informações Políticas, Económicas e Culturais*, traduzido para Inglês e Francês e, com menor regularidade, para Alemão e Espanhol. Publicado pela primeira vez em 1935⁴⁵, este periódico é o que diz ser: um boletim, em formato A4, com um número de páginas não previamente definido (cerca de 12 páginas, em média), contendo artigos de informação sobre os eventos políticos, os dados da economia nacional e colonial e notícias de realizações culturais no nosso país, nunca verdadeiramente isentas de intenção propagandística, destinada mais a agentes de divulgação (jornais e jornalistas, postos de turismo, porventura agentes de viagens), como forma de lhes fornecer elementos para artigos, do que ao público em geral. Esperava-se que o fornecimento deste material fizesse pender a balança da opinião pública internacional, moldada através das imprensas locais, num sentido mais favorável a Portugal e à obra do Estado Novo.

Em termos formais, para o estudo que nos interessa, convém referir que, ao longo das páginas deste boletim, não existe qualquer identificação dos tradutores dos artigos que o compõem, situação, de resto, recorrente em todas as traduções do SPN/SNI que encontrámos, embora seja bem visível em várias páginas a nota de rodapé: (*) *Translation of portuguese version*, sempre presente quando se trata, por exemplo, da tradução de um discurso de Oliveira Salazar, muitas vezes oferecida como separata num folhetim próprio.

Os discursos de Salazar representavam, na verdade, outra parte de leão entre as publicações que foram objecto de tradução por encomenda do SPN/SNI. Discriminadas nos relatórios de contas, encontramos 53 traduções de discursos de Salazar (21 em francês, 14 em inglês, 12 em espanhol, 3 em alemão, 3 em italiano) em formato de folhetim, sem contar com as colectâneas de discursos editadas um pouco por todo o mundo. A sua publicação era irregular – nem todos os discursos (normalmente

⁴⁵ Data da primeira edição francesa; a pesquisa levada a cabo no fundo documental de Secretariado revela-nos que a versão inglesa surge em 1937, a alemã aparecerá em 1942 e a espanhola apenas em 1948.

pronunciados perante a Assembleia Nacional) eram vertidos noutras línguas, apenas os que poderiam ser considerados de interesse internacional. Apesar desta irregularidade, os discursos do Presidente do Conselho eram especialmente conhecidos pelo seu grau de dificuldade, não só devido ao nível elevado da linguagem, mas também ao carácter urgente que assumiam, sendo as traduções encomendadas muitas vezes para as semanas seguintes. Esta situação gerou recorrentes pedidos e reclamações por parte dos tradutores, como veremos adiante.

Existiam muitas outras publicações com contornos de propaganda política, mas a sua saída era muito mais esporádica do que os exemplos dados acima. No entanto, convém referir algumas das mais importantes. Temos desde logo o “Decálogo do Estado Novo”, publicação panfletária de 1934, provavelmente da autoria de António Ferro, que apresentava “os dez mandamentos” do novo regime, à semelhança dos vários *Decaloghi* que foram publicados pelos fascistas em Itália⁴⁶. Nos primeiros meses de existência do SPN, o “Decálogo do Estado Novo” foi traduzido para inglês, francês, espanhol, italiano e alemão. Seguiram-se-lhe outras obras de doutrinação política ou de justificação da política portuguesa, originalmente discursos ou artigos de outras individualidades ligadas ao governo, bem como alguns documentos institucionais. Alguns bons exemplos são a tradução para várias línguas da Constituição Portuguesa de 1933 e do Acto Colonial (1937), de *O Estado Novo na Teoria e na Prática* e de *A Teoria Corporativista Portuguesa* (1938), do Estatuto do Trabalho Nacional da República Portuguesa (1940), do artigo de Luiz Teixeira sobre o papel português na Segunda Guerra Mundial “Neutralidade Colaborante” (1944), ou ainda de “O Esforço de Desenvolvimento Económico Português” (1960).

Por detrás de todas estas publicações em língua estrangeira existiu uma intenção, diversas escolhas e um processo. Desde logo, uma intenção de vender um produto, de fazer a propaganda de um país, de atrair as atenções para o melhor de Portugal e da sua governação. Foram feitas diversas escolhas dos elementos a usar para promover esse produto, entre discursos, artigos de jornal ou até obras de fundo que se julgassem aproveitáveis para divulgar e elucidar sobre “o caso português”. E foi instituído todo um processo de trabalho, no qual podemos identificar uma cadeia de tradução com diversos patamares até à publicação do produto acabado.

⁴⁶ Os decálogos eram panfletos de propaganda introduzidos em Itália durante o fascismo. Instrumento elementar de controlo ideológico da população, a sua organização foi buscar inspiração no modelo religioso dos Dez Mandamentos – com efeito, representavam precisamente os mandamentos do regime que cada um deveria seguir. As fórmulas multiplicaram-se depois da publicação, em 1926, do primeiro *Decalogo*, da autoria de Leo Longanesi (que incluía a máxima “Benito Mussolini tem sempre razão”), destinada aos cidadãos em geral, em diversos outros decálogos com destinatários mais específicos, abrangendo militares, colonos em África, jovens rapazes e raparigas, mães, esposas e até peões e ciclistas. Para uma informação mais completa sobre os decálogos do fascismo italiano, veja-se a obra de Carlo Galeotti, *Mussolini ha sempre ragione: I decaloghi del fascismo*, Milano, Garzanti, 2000.

2.2. A cadeia global de tradução e os seus responsáveis

A análise dos arquivos do Secretariado, da correspondência interna, dos registos de publicações, dos processos relativos a traduções, permite-nos reconstituir a cadeia de tradução no SPN/SNI da forma que passamos a expor, e que servirá de mapa para esta secção. Optámos por seguir o modelo apresentado por Christiane Nord em *Text Analysis in Translation: Theory, Methodology and Didactic Application of a Model for Translation-Oriented Text Analysis*⁴⁷. Esta autora apresenta um modelo para uma cadeia global de tradução marcada por duas grandes situações comunicativas, uma de partida, outra de chegada. Na primeira situação encontram-se a produção do texto de partida e a recepção do texto de partida; na segunda, a produção do texto de chegada e a recepção do texto de chegada. A tradução ocorre na transição entre as duas situações comunicativas, ou seja, após a fase de recepção do texto de partida e durante a fase de produção do texto de chegada. Neste modelo encontramos três intervenientes principais: o iniciador (que encomenda a tradução), o tradutor e o receptor⁴⁸. Estes papéis podem sobrepor-se – por exemplo, o iniciador pode também ser o receptor da tradução, se tiver, por exemplo, encomendado uma tradução para si próprio de um texto numa língua que não domina⁴⁹. No caso em estudo, o iniciador é o Secretariado (através de um dos seus elementos), ao passo que o receptor é o público em geral.

Desta forma, encontramos em primeiro lugar a produção do discurso, que se situa no início do modelo apresentado por Nord. Por discurso entenda-se a produção de um registo escrito em geral, e não uma comunicação pública em especial. O discurso político no Estado Novo não tem origem no éter – é fruto de um momento político que justifica a sua produção. Em certos casos, podemos observar em alguns discursos escritos por Oliveira Salazar uma preocupação com o presente e com o momento internacional. Existem mensagens dirigidas à Nação, mas cujo conteúdo porventura interessa mais à comunidade internacional. São exemplo disto as diversas comunicações dos anos 50 e 60 sobre o problema do colonialismo, em que parece claro que a mensagem se destina mais à comunidade internacional do que à Assembleia Nacional e ao povo português.

À produção do discurso segue-se o pedido de tradução, situação em que, segundo Nord, ocorre a actuação do iniciador. Há uma opinião sobre o aproveitamento do discurso emitida por parte dos

⁴⁷ Tradução inglesa do original alemão *Textanalyse und Übersetzen: theoretische Grundlagen, Methode und didaktische Anwendung einer übersetzungsrelevanten Textanalyse*, publicado originalmente em 1988.

⁴⁸ A cadeia é mais complexa, podendo incluir editoras, empresas de tradução especializadas em áreas específicas, instituições governamentais, etc.

⁴⁹ In Christiane Nord, *Text Analysis in Translation: Theory, Methodology and Didactic Application of a Model for Translation-Oriented Text Analysis, second edition*, Amsterdam, Editions Rodopi, 2005, p. 5 e seguintes.

responsáveis da propaganda, segundo os quais a imagem de Portugal pode ser melhorada com a divulgação dessa mensagem. São feitas sugestões, e quase de imediato o mecanismo começa a funcionar. Logo a seguir dá-se o encaminhamento do trabalho para o tradutor, aspecto que passa também pela escolha do responsável pelo trabalho. Uma vez terminado o trabalho, deve procede-se à última fase, a revisão do mesmo. Segundo as directrizes seguidas pelo Secretariado, a revisão tanto pode ser efectuada pelo próprio tradutor como por outro especialista convidado. Finalmente, uma vez corrigida e aprovada, a tradução segue para as impressoras, e após uma nova revisão das provas tipográficas, o discurso traduzido avança para publicação e expedição.

2.2.1 Produção do discurso e pedido de tradução

Começaremos a nossa análise do estado da tradução no Secretariado por uma abordagem um aspecto da situação comunicativa de partida na cadeia de tradução – neste caso, a selecção do texto. A documentação nos arquivos da instituição relativa a este processo é extremamente parca, sendo muito difícil acompanhar o mesmo processo do princípio ao fim – o que nos chegou às mãos foram verdadeiramente pequenas peças de um grande quebra-cabeças. No entanto, não deixam de existir alguns exemplos elucidativos que nos permitem inferir a forma como se tomava a decisão de traduzir. Analisaremos dois desses exemplos, de dois períodos distintos.

O primeiro é o da tradução, em Inglaterra, entre 1936 e 1939, da colectânea do pensamento de Salazar *Discursos (Doctrine and Action, na versão inglesa)*. A tradução desta obra nas grandes línguas europeias fez sempre parte dos planos a médio prazo do Secretariado – problemas de diversa ordem, relacionados com questões logísticas e orçamentais, impediram uma publicação simultânea em várias línguas, tendo existido primeiro uma grande edição em francês, à qual se seguiram outras.

Face aos atrasos no projecto, não era invulgar a recepção de ofertas de tradução vindas de outros países, que acabavam rejeitadas devido à situação de o Secretariado já ter um plano e um acordo para publicação – foi o que sucedeu em Inglaterra⁵⁰. A edição da obra já estava planeada, mas o conteúdo ainda não definido – a verdade é que as edições desta colectânea variavam de língua para língua, à excepção das publicadas em línguas com menos visibilidade, que recorriam à edição francesa⁵¹. As

⁵⁰ É o caso de uma oferta do professor Shirley Patterson, do Dartmouth College, de 19 de Agosto de 1937, rejeitada por já estarem em curso conversações com uma editora. In caixa 4226 (Publicações Várias 1937-1947), *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁵¹ Exploraremos esta questão adiante, na pág. 31.

edições em inglês, espanhol, italiano e alemão viram o seu conteúdo alterado conforme a data de edição. A diferença encontra-se no facto de os discursos que compunham a colectânea não serem sempre os mesmos, sendo alguns retirados e outros acrescentados, numa e noutra edições, consoante o público-alvo. É a este nível que actua a escolha do discurso: os textos eram cuidadosamente seleccionados em função do seu interesse internacional e da sua actualidade, e frequentemente escolhidos pelo próprio Salazar. Em função do público-alvo, o original torna-se dinâmico e susceptível de reconfigurações de acordo com o objectivo político-ideológico.

Não se trata, portanto, de uma publicação visando simplesmente a divulgação de uma filosofia política, mas de uma verdadeira obra de propaganda, em que a mensagem é cuidadosamente seleccionada. Durante todo o processo⁵², que contou com a parceria da Casa de Portugal em Londres e da editora Faber & Faber (com T.S. Eliot⁵³ na coordenação do trabalho), foi constante a troca de correspondência em que se discutia o mérito de alguns discursos em desprimor de outros – retiravam-se comunicações sobre política agrícola para incluir textos sobre a Guerra Civil de Espanha ou sobre a Aliança Luso-Britânica. Aos constantes envios de novos discursos, entretanto proferidos, a editora argumentava com a falta de espaço ou o aumento dos custos e, até, com a incapacidade de um só tradutor poder lidar com tanto volume em tão pouco tempo, o que levou o SPN a recrutar os serviços de um tradutor em Portugal que enviava provas já traduzidas para Inglaterra.

Mais de vinte anos após este processo, observamos outro exemplo ainda mais claro de um momento inicial na cadeia de tradução, a propósito de um editorial de Augusto de Castro, originalmente publicado a 1 de Outubro de 1961 no *Diário de Notícias*:

Por me parecer que haja conveniência em divulgar, na Alemanha Ocidental, as afirmações contidas no editorial inserto no “Diário de Notícias” de ontem e intitulado “Autodeterminação ... para os outros”, declarações essas que – a meu ver – se revestem de flagrantíssima oportunidade e poderão, pois, ter

⁵² Todo o material relativo a este processo e aqui descrito pode ser consultado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, caixa 4226, porta-fólio “Edição inglesa dos «Discursos» de S.E. o Presidente do Conselho”.

⁵³ Uma das grandes figuras da literatura de língua inglesa do século XX, o americano naturalizado inglês Thomas Stearns Eliot (1888-1965) foi durante longo período da sua vida editor da casa inglesa Faber & Faber, tendo-se tornado num dos grandes responsáveis pela divulgação do movimento poético modernista inglês. Para além de poeta reconhecido, foi também um crítico influente e uma das vozes do mundo literário mais respeitadas no seu tempo (cf. *The Oxford Companion to English Literature, Revised Edition*, ed. Margaret Drabble, Oxford University Press 1998, p. 309). Esta colaboração entre T. S. Eliot e o SPN não foi caso único. Em 1938, Eliot foi um dos membros do júri para atribuição do Prémio Camões, o prémio literário de maior importância no SPN, destinado a premiar a melhor obra de um autor estrangeiro sobre Portugal. Segundo Helena Matos, “este prémio, o maior atribuído pelo SPN, destinava-se a, em cada dois anos, assinalar a melhor obra sobre Portugal escrita por um autor não português. A própria composição do júri deste prémio, em que se incluíam nomes como T.S. Eliot, Jacques de Lacretelle e Robert de Traz, denota a preocupação com notoriedade internacional desta iniciativa.” *In* Helena Matos, *Salazar, vol. 2: a propaganda: 1934-1938*, Lisboa, Temas e Debates, 2003, p. 265.

funda repercussão nos meios políticos, jornalísticos e outros alemães, se ali forem divulgadas, tenho a honra de sugerir que o referido artigo seja traduzido para alemão e impresso, com a possível rapidez, sob a forma de folheto, em papel de jornal e sem apresentação gráfica especial, para que possa fazer-se uma edição barata.⁵⁴

O pedido foi atendido e o editorial publicado, não só em alemão, mas também em inglês e em francês. Está bem patente neste caso a importância do papel que a tradução pode desempenhar a nível de propaganda política, especialmente se difundida de forma célere e alargada, como sugere o autor do documento.

Não há muito mais documentos que demonstrem de forma tão explícita o interesse em traduzir determinados textos. Noutros casos, a tradução de certos textos era um dado adquirido, não existindo grande preocupação com a selecção, como no caso de discursos isolados de Salazar. A grande maioria dos artigos do boletim *Portugal*, por exemplo, eram encomendados tendo já em vista a sua publicação em línguas estrangeiras – sobre o processo de tradução desse boletim não conseguimos encontrar documentação, para além de alguns originais em português e traduções por corrigir. Sabemos que cabia à Secção de Estudos dar início ao processo, mas a informação relativa a esta acção, a existir, estará perdida entre os desorganizados caixotes do Fundo do SNI, e só uma pesquisa exaustiva os poderá trazer à luz do dia.

2.2.2 Recrutamento de tradutores

Escolhido o texto a traduzir, somos encaminhados para a fase seguinte da cadeia global de tradução, a escolha do tradutor. Onde encontrava o Secretariado os seus tradutores e quais os critérios de selecção?

Em primeiro lugar, há que procurar dentro do próprio Secretariado. Sabemos que o SPN/SNI contou com o seu próprio núcleo de tradução. Há documentação dos anos 50 que nos revela terem existido pelo menos dois tradutores permanentes no SPN/SNI: num organigrama do Secretariado é possível ver a indicação da existência de tradutoras permanentes, no Gabinete do Director (Galiana Morris) e na Recepção (Dosy Rogivue de Beaumont)⁵⁵. Os nomes destas duas tradutoras constam nos

⁵⁴ In caixa 809, porta-fólio “Autodeterminação para os outros”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁵⁵ In caixa 2622, “Estudos sobre orgânica do SPN/SNI 1942-1957”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

relatórios de despesas do Secretariado, a primeira entre Janeiro de 1940 e Novembro de 1944, a segunda entre Janeiro de 1939 e Junho de 1943. Em nenhum dos casos se especifica qual a sua acção, e os valores que auferem mensalmente são fixos (ambas recebem 800\$00 por mês ao longo dos quatro anos de serviço⁵⁶).

Para além destas duas tradutoras, encontramos outros colaboradores, sem que tenhamos uma informação precisa sobre as suas funções no Secretariado. Nomes como os de Joaquim Baptista Sabino da Costa e o de Alice da Câmara Santos Halffter aparecem com regularidade e com um vencimento mensal fixo, sendo que muitas vezes, mas nem sempre, aparece a indicação de que se trata de um pagamento por traduções, uma situação que se poderá ter estendido a outros funcionários.

2.2.2.1 Pedidos formulados pelo SPN/SNI

Apesar de o Secretariado contar com serviços de pessoal da casa, os seus tradutores eram, na grande maioria, contratados fora do organismo. É de supor que, dentre os muitos trabalhos de tradução, os de maior responsabilidade e interesse para a política de propaganda do SPN/SNI obrigassem o organismo a procurar para além dos seus funcionários e a recorrer a tradutores de outras instituições ou a particulares que demonstrassem perfeito domínio linguístico e, se possível, experiência de tradução.

Desta necessidade decorria que o Secretariado tinha que recorrer a determinados organismos e instituições, pressupondo que, à partida, trabalhariam nesses locais indivíduos que oferecessem uma garantia de qualidade no domínio de línguas, presumivelmente porque o seu emprego assim o requeria. Não é de surpreender, portanto, que o SPN/SNI fosse recrutar muitos dos seus tradutores a representações em Portugal dos países para cuja língua interessava traduzir – embaixadas, escolas, jornais e agências noticiosas estrangeiras. A documentação encontrada nos arquivos confirma esta conjectura e identifica com precisão algumas (porventura não todas) das fontes de recrutamento de tradutores.

Numa carta de 10 de Julho de 1956, o chefe da 2ª Repartição (Informação), António Tavares de Almeida, escreve ao Secretário Nacional da Informação, José Manuel da Costa, um histórico dos serviços de tradução do secretariado em que revela algumas das fontes de recrutamento:

⁵⁶ Várias caixas, “Relação discriminada das despesas efectuadas”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

...Temos procurado, solicitando pareceres sôbre competência ou, até, a indicação de nomes em que pudéssemos confiar, ao Instituto Britânico e aos Serviços da Embaixada, ao nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros, etc. obter o melhor que fôsse possível encontrar. (...)

E ao Ministério dos Negócios Estrangeiros se tem pedido sempre que nos indiquem pessoas competentes, se delas tiverem conhecimento. (...)

Como tradutor de alemão (...) tínhamos o Dr. Klauss que, após vários anos de residência em Lisboa, como jornalista, aprendeu o português. (...)

Por indicação do Adido Cultural junto à Legação da Alemanha, vamos experimentar um professor Director do Colegio alemão na esperança de que satisfaça.⁵⁷

Temos portanto, desde logo, a indicação de quatro locais de recrutamento: o *British Council* (Instituto Britânico), a Embaixada de Inglaterra, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Legação Alemã (através do Adido Cultural). Para além destes, podemos deduzir quais seriam outras das fontes. Uma das que podemos inferir é a da panóplia de jornalistas estrangeiros que trabalharam como correspondentes em Portugal, não sendo também de descartar a possibilidade de recurso a outros indivíduos representantes das mais variadas actividades que possuísem um bom conhecimento de línguas. Em acréscimo às instituições já mencionadas, podemos provavelmente contar também o *Institut Français*, durante muito tempo gerido pelo colaborador do Secretariado Pierre Hourcade. Finalmente, convém referir casos mais raros em que o tradutor é recrutado no estrangeiro por uma das entidades representativas do Estado Português. Um exemplo específico é o da já discutida edição inglesa da colectânea dos discursos de Salazar (*Doctrine and Action*), cujo processo foi quase integralmente tratado pela Casa de Portugal em Londres e pela Editora Faber & Faber, sempre em contacto com o Secretariado da Propaganda Nacional.

2.2.2.2 Ofertas feitas ao SNI

Parece ter sido comum no Secretariado a recepção de ofertas de préstimos por parte de vários tradutores e de pedidos de emprego na área da tradução e da revisão solicitados por outros indivíduos. Nos arquivos do Secretariado, na Torre do Tombo, é mesmo possível encontrar-se uma pasta com o nome “Tradutores e pedidos de emprego”⁵⁸, organizada cronologicamente.

⁵⁷ Carta de António Tavares de Almeida a José Manuel da Costa de 10 de Julho de 1956, caixa 2622, porta-fólio “Tradutores e pedidos de emprego”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁵⁸ Caixa 2622, porta-fólio “Tradutores e pedidos de emprego”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*,

A mais antiga oferta de serviços que encontramos nesse ficheiro data de 25 de Maio de 1948: Marie-Therèse de Sacadura Cabral, “viúva de um português”, oferece-se para “retroversão literária para francês”. Ainda nesse ano, uma folha solta com a data de 29 de Novembro revela os nomes de Ethel Rosenthal, “da parte do Sr. Luís Marques”, e Tomaz Lithgow Croft de Moura, com a nota “tradutores para inglês que se oferecem” – no entanto, Ethel Rosenthal já aparece nas listas de despesas desde dois anos antes. No ano seguinte, numa carta de 30 de Agosto, Paulo de Amorim anuncia a sua disponibilidade para “traduções Inglês/Portugues e retroversões⁵⁹”. Na carta encontra-se uma nota manuscrita com as seguintes palavras: “Dizer que tomamos em atenção o pedido e que na primeira oportunidade lhe enviaremos trabalho. Arquivar no processo dos tradutores”. O ano de 1950 conta com duas ofertas: Carlos Gomes da Costa (“traduções de inglês e francês”) e Paul Savreaux, que se apresenta como tradutor do Congresso Nacional de Urbanismo. Destaque-se também uma oferta de trabalho de revisão, de John Belfort Keogh, americano formado em Harvard, antigo jornalista, à altura funcionário da embaixada dos Estados Unidos, casado com uma portuguesa, que se mostra disponível para rever traduções feitas para inglês.

Será preciso esperar até 1956 para se verificar a existência de outras ofertas. Alfredo Carlos Teixeira Machado, académico e jornalista, disponibiliza os seus conhecimentos de inglês, francês e algum neerlandês. Apresenta-se também António Jorge Gonçalves Rodrigues, com a oferta de “traduções de e para inglês”. No ano seguinte é a vez de D. I. Cansdale, que expõe numa longa carta a sua visão da tradução, em geral, e da qualidade das traduções do SNI, em especial⁶⁰. Em 1958 temos mais duas ofertas, a de Regina Ventura, americana, assistente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e a de Emile Caula, cidadão francês que, segundo o próprio, “conhece a fundo, por as ter estudado e, principalmente, praticado, as línguas seguintes: francês, português, inglês, espanhol. Desejaria prestar os seus serviços como redactor e tradutor em qualquer das línguas acima, trabalhando como colaborador externo do S.N.I.”. O ano de 1959 traz-nos o regresso de Tomaz Lithgow Croft de Moura, que à segunda tentativa consegue, como resposta, a promessa de envio de trabalhos (que parece não ter sido concretizada). Finalmente, no ano seguinte podemos encontrar as propostas de Franz Bernhard Gier, tradutor de alemão, e de Francisco Sampaio, que oferece os seus préstimos como tradutor de Português, Francês, Espanhol e Inglês.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁵⁹ O uso do termo “retroversões” estará relacionado com a didáctica das línguas, num tempo em que era prática comum nas escolas o ensino de línguas através de exercícios de tradução e da chamada retroversão.

⁶⁰ Documento em anexo (fig. 1, p. 94). Tornaremos a analisar o conteúdo desta missiva adiante (cf. *infra*, p. 45).

O dossier dos tradutores não conta apenas com ofertas independentes. Existem também recomendações. A 23 de Novembro de 1948, uma nota sem assinatura dá conta da recomendação de Alda de Almeida Santos Wright (“Esta senhora, segundo me informam, é boa tradutora de inglês. Convém experimentar com um texto a ver se tal é. Texto a utilizar que naturalmente há de se pagar”). Em 1950 assistimos a duas recomendações. Em primeiro lugar, uma “tradutora de inglês indicada pelo Instituto”, que aparece simplesmente como Miss Carnes; a 11 de Maio, uma carta de Bernard Bevan, do Departamento de Imprensa da Embaixada Britânica em Lisboa, recomenda L.G. Alves, macaense, antigo funcionário da Reuters e da United Press em Hong Kong, com excelente domínio da língua inglesa. Finalmente, em 1958, o especialista normalmente consultado pelo Secretariado em questões da língua francesa, Pierre Hourcade, recomenda Simone Biberfeld. Registe-se que nenhum destes tradutores recomendados aparece discriminado nas listas de despesas.

Finalmente, assiste-se também àquilo que só se pode considerar pedidos com base em relações pessoais no sentido de facilitar a conquista de posições no SPN/SNI. Como seria de esperar, os responsáveis pelos pedidos são figuras de relevo da sociedade portuguesa. O primeiro pedido assinalado data de 20 de Setembro de 1949 – Artur Marques de Carvalho, deputado, recomenda Joaquim Porto (“A. Marques de Carvalho, Deputado da Nação, apresenta ao Dr. Tavares de Almeida o seu amigo Joaquim Porto de quem há tempos lhe falou”). No ano seguinte, a 22 de Maio, encontramos um cartão de visita de Xavier da Silva, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros no final da 1.ª República, o qual continha uma nota manuscrita de Júlio Dantas, solicitando “emprego como tradutor de francês para este seu amigo dos tempos do Colégio Militar”. Finalmente, em 1957, Ruy d’Andrade pede ao Secretário Nacional, Eduardo Brazão, que empregue Maria de Lourdes Pereira Sanches Pimenta de Castro Guimarães “no cargo de redactora de segunda classe, tradutora ou outro compatível com as suas habilitações”, com a seguinte nota em anexo:

Desculpe se me atrevo a fazer-lhe este pedido, mas trata-se da família do Engenheiro Alberto Guimarães que tratou de toda a parte eléctrica, águas, aquecimento, etc, no Palácio de S. Marcos para o S. D. Duarte, com notável interesse, e por isso tenho muito empenho sendo possível que o que deseja possa ser obtido.

A esmagadora maioria das ofertas parece não ter sido aceite. No caso das recomendações e pedidos de favores, não encontramos mesmo qualquer prova de que os pedidos tivessem sido atendidos. As ofertas terão sido possivelmente recusadas em virtude de o Secretariado possuir, pelo menos desde o princípio dos anos 40, tradutores próprios ou prestadores de serviços de confiança (três

excepção apenas, as dos tradutores Ethel Rosenthal, Paul Savreux e António Gonçalves Rodrigues, parecem contradizer esta regra). Contudo, várias das propostas foram arquivadas⁶¹, provavelmente como forma de salvaguardar situações em que fosse necessário recrutar novos tradutores. De facto, muitas das ofertas continham notas manuscritas nesse sentido, normalmente da autoria dos chefes de secção.

Não são estas as únicas ofertas. Há outros tradutores que oferecem não apenas os seus serviços, mas também para a tradução de obras específicas e respectiva edição – trata-se de tradutores portugueses e estrangeiros, que a espaços (mas especialmente no final dos anos 30 e princípio dos anos 40) se oferecem para traduzir e editar nas línguas dos seus países versões da obra *Discursos*, de António de Oliveira Salazar. Os arquivos revelam-nos pedidos deste tipo vindos da Argentina, Holanda, Alemanha, Checoslováquia, Sérvia, Japão⁶², Polónia e Grécia⁶³. Em muitos dos casos, os tradutores levavam a cabo contactos com editoras locais, sondando o seu interesse, antes de submeter as ofertas ao SPN/SNI ou, ocasionalmente, à editora parisiense Flammarion⁶⁴. As respostas do Secretariado que se seguiam a estes primeiros contactos consistiam na indicação, aos tradutores, de um conjunto de quatro regras essenciais: primeiro, um pedido de autorização ao autor, Salazar; segundo, pedido de autorização ao autor, Salazar, para tradução a partir da versão francesa; terceiro, indicação do editor responsável pela publicação; quarto, indicação do tradutor. Estas regras eram enviadas aos tradutores, ao mesmo tempo que pedidos de informações sobre os tradutores eram enviados aos representantes diplomáticos do Estado português nos países onde existia esse desejo. Alguns destes projectos tiveram sucesso, outros não se concretizaram, em virtude até de conflitos entre várias propostas no mesmo país, ao mesmo tempo⁶⁵.

A todas estas informações podemos juntar diversas outras espalhadas pelos arquivos do Secretariado, como por exemplo a correspondência interna e os relatórios sobre o estado dos serviços,

⁶¹ O volume não muito extenso deste arquivo e o próprio formato dos pedidos (notas soltas manuscritas, cartões de visita, algumas cartas) permitem-nos conjecturar que alguns pedidos não terão sido arquivados ou que simplesmente se tenham perdido.

⁶² In caixa 4226, porta-fólio “Edições estrangeiras dos discursos”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁶³ In caixa 4231, “Publicações Várias 1939-1961”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁶⁴ A grande maioria das traduções dos *Discursos*, para línguas que não fossem o inglês, francês, espanhol, alemão ou italiano, era normalmente traduzida da versão francesa, intitulada *Une Revolution dans la Paix*, publicada pela Editora Flammarion, de Paris. A popularidade da edição francesa, aliada à opinião de Salazar segundo o qual aquela edição estrangeira seria a mais próxima do português, levou a que servisse de base a muitas outras traduções, pelo que foi dada permissão a essa casa de ser responsável pelas mesmas em diversas situações.

⁶⁵ Damos como exemplo o caso da oferta de Shirley Paterson, de Inglaterra (a que já aludimos em nota de rodapé na página 23) e de uma oferta de José Sabino e Costa tendo em vista a tradução da obra *Discursos* para alemão, sob orientação de Rodolfo Knapic. In caixa 4226 (Publicações Várias 1937-1947) e caixa 4226, porta-fólio “Edições estrangeiras dos discursos”, respectivamente, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

cuja leitura nos ajudou a levar a cabo uma análise detalhada dos tradutores, análise essa que nos trouxe algumas revelações sobre a origem social e cultural dos tradutores deste período, bem como o seu estatuto profissional.

2.2.2.3 Perfil dos tradutores

Como referimos anteriormente, era essencial para o Secretariado que os tradutores demonstrassem perfeito conhecimento das línguas de chegada e possuíssem experiência de tradução. Mas não eram essas as únicas características do perfil pretendido dos tradutores. Chamamos a atenção para um passo da carta de António Tavares de Almeida, atrás citada⁶⁶, na qual o autor afirmava que o Secretariado procurava e solicitava pareceres sobre nomes em que os serviços de propaganda pudessem confiar. Como devemos interpretar esta noção de “confiança”? Referir-se-á apenas à qualidade linguística dos tradutores ou poderá ter outra interpretação? Noutros documentos encontramos nova menção a este tipo de preocupação, como nos exemplos já referidos de tradutores em países estrangeiros que se oferecem para traduzir Salazar para a sua língua. Assim que os pedidos são dirigidos ao Secretariado, este trata de recolher informação sobre os candidatos a tradutores. Vejam-se os seguintes casos:

Antes de dar andamento a este pedido é do maior interesse obter informação sobre a idoneidade moral e intelectual do proponente.⁶⁷

Solicito de V.Ex^a que com a maior urgência se digne informar-me sobre a idoneidade do Rev^o Opatrny.⁶⁸

Desde que o Secretário da Propaganda Nacional obtenha informação satisfatória tam completa quanto possível acerca da personalidade do Rev^o Opatrny, o senhor Presidente não deixará de conceder a autorização solicitada.⁶⁹

Parece, portanto, que o Secretariado colocava um cuidado especial na selecção dos tradutores responsáveis por verter as palavras de António de Oliveira Salazar para outras línguas. Da análise dos

⁶⁶ *Vide supra*, p. 28.

⁶⁷ Carta de Silva Dias ao Gerente da Casa de Portugal em Antuérpia, de 3 de Junho de 1939, pedindo informação sobre o tradutor holandês. In caixa 4226, porta-fólio “Edições estrangeiras dos discursos”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁶⁸ Carta de Silva Dias ao Cônsul de Portugal em Praga, de 11 de Março de 1939, pedindo informação sobre o tradutor checo. *Idem*.

⁶⁹ Carta da Presidência do Conselho a Silva Dias, de 31 de Março de 1939. *Idem*.

documentos citados, mas também da lista dos responsáveis por esse trabalho até ao ano de 1958, destaca-se uma preferência por tradutores com boas relações com o regime ou bastante próximos de Salazar – muitas das traduções de discursos foram levadas a cabo por secretários, conselheiros ou membros de outras instituições do governo⁷⁰. Para além da proximidade no pensamento político, terá também existido uma preocupação estética, pautada pelo cuidado na escolha de tradutores com boa reputação no que respeita à sua qualidade literária. A palavra de Salazar não deveria ser vulgarizada em traduções que a simplificassem ou apresentassem falhas.

2.2.2.4 Origem social e profissional dos tradutores

Um dos primeiros factores que salta à vista é a quantidade de indivíduos estrangeiros ou de portugueses com ascendência estrangeira, que se ocupam do trabalho de tradução - cerca de cinquenta e seis entre noventa tradutores identificados. Esta situação pode ser interpretada de duas formas. Em primeiro lugar, e tendo em conta o período em estudo, é de considerar o papel dos refugiados dos regimes totalitários europeus, em especial do alemão. É o caso do tradutor Hermann Pflüger, que aparece pela primeira vez a trabalhar para o Secretariado em 1944, mas cujo percurso revela ter vindo mais cedo da Alemanha, como é documentado na recente obra de Irene Flunser Pimentel sobre refugiados judeus em Portugal⁷¹.

Se o caso acima descrito se refere a refugiados antes e durante a Segunda Guerra Mundial, é também interessante ver que a situação se prolongou no pós-guerra. Um caso particular é o dos franceses Henri Lebre⁷² e Jacques Ploncard d'Assac⁷³, dois escritores e jornalistas de extrema-direita, partidários do governo colaboracionista de Vichy durante a Segunda Guerra, e que, condenados à morte no final da guerra, encontraram refúgio em Portugal. Sob a protecção de Salazar, apoiaram o Presidente do Conselho, Assac como conselheiro, tradutor e publicista, Lebre como tradutor de

⁷⁰ Destacam-se nesta prática alguns nomes, como o de Jacques Ploncard d'Assac ou o de Alexandre Ribeiro da Cunha.

⁷¹ “Adler terá acabado por não ser expulso, dado que a sua presença em Portugal foi referida por Lotte Pflüger, uma judia alemã, cujos pais chegaram a Portugal nesse ano de 1933. No ano seguinte, chegou por via marítima (...) o seu marido, Hermann Pflüger, um alemão de esquerda não-judeu. (...) Passaram a residir em Lisboa, onde deram aulas particulares de alemão.” In Irene Flunser Pimentel, *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2008, p. 28.

⁷² Também conhecido pelo pseudónimo François Dauture, com o qual assinou a tradução francesa de *Mein Kampf*, de Adolf Hitler. In Eugene Weber, *Action Française: royalism and reaction in 20th century France*, Stanford, Stanford University Press, 1962, p. 423; Conan Eric, “Le Cavale des Maudits”, in *L'Express*, 12 de Agosto de 1993; e Adolf Hitler, *Ma Doctrine*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1938.

⁷³ In João Medina, *Salazar em França*, Lisboa, Ática, 1977, pp. 70-72.

discursos. Como não conseguimos encontrar dados biográficos relativos a todos os tradutores, não podemos afirmar que haja outros casos semelhantes, embora muitos dos nomes apresentados nos relatórios de contas, bem como o período em que aparecem, nos permitam conjecturar sobre o seu papel de refugiados ou asilados políticos.

Em segundo lugar, há que observar que, tratando-se de traduções de português para língua estrangeira, possa ter havido da parte dos dirigentes do Secretariado uma preferência por falantes nativos e não por falantes de português como língua materna, um aspecto indicador de uma provável preocupação com a qualidade do texto de chegada, ideia que recuperaremos mais à frente.

No que diz respeito às classes profissionais dos tradutores, não parece existir um padrão definido, embora certas profissões estejam mais presentes do que outras. Dos noventa tradutores que se encontram discriminados nos arquivos, conseguimos identificar a categoria profissional de quarenta e seis, ou seja, de pouco mais de metade. Entre as principais categorias encontramos diversos académicos (investigadores, professores) e jornalistas, deparando-se-nos ainda, em menor número, escritores e, para além disso, personalidades com actividades consideravelmente diferenciadas.

Entre aqueles que descobrimos ou suspeitamos terem sido provenientes de um meio académico encontram-se diversos professores do ensino público e privado, na sua maioria filólogos e linguistas. Desde logo alguns nomes ligados à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Albin Eduard Beau, leitor de alemão⁷⁴; Leo Pessina, director da sede de Coimbra do Instituto de Cultura Italiana, leitor na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra⁷⁵; Giuseppe Carlo Rossi, professor de Literatura Italiana em Lisboa e Coimbra até 1949⁷⁶; e Pierre Hourcade, leitor de francês na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e director do *Institut Français* no Porto e em Lisboa⁷⁷. Também director do *Institut Français* depois de 1936 foi Raymond Warnier⁷⁸. Em Lisboa podemos encontrar, para além do alemão Rodolfo Knapic, docente na Faculdade de Letras⁷⁹, Frank R. Holliday, leitor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, professor no *British Council*⁸⁰. Também ligados ao

⁷⁴ Vide Maria Teresa Mingocho, “Albin Eduard Beau”, in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, São Paulo, 1995, colunas 624-625.

⁷⁵ Leo Pessina, *Curso de Língua Italiana – Primeiras Orientações*, Lisboa, Portugália Editora, 1940, informações retiradas da capa.

⁷⁶ Vide Manuel Ferro, “Giuseppe Carlo Rossi”, in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 4, Lisboa, São Paulo, 1995, colunas 1011-1014.

⁷⁷ Vide José Terra, “Pierre Hourcade”, in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, São Paulo, 1995, colunas 172-173.

⁷⁸ In Jacqueline Penjon et Pierre Rivas (ed.), *Lisbonne. Atelier du lusitanisme français*, Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 2005, p. 50.

⁷⁹ In caixa 4226, porta-fólio “Edições estrangeiras dos discursos”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁸⁰ In caixa 4232 “Publicações Várias 1948-1969”, porta-fólio “Antologia do Pensamento de Salazar”, *idem*.

British Council contam-se os nomes de John Alexander Roemmele⁸¹ e Charles Francis Seton de Winton⁸².

Ainda dentro deste grupo de académicos podemos contar os nomes do filólogo Aubrey Bell⁸³ e dos historiadores Israel Salvator Révah⁸⁴ e William Graham Lister Randles. Permanece uma incógnita a posição de Joaquim Sabino e Costa – sabemos que foi aluno de Rodolfo Knapic, licenciando-se em Filologia Germânica⁸⁵ antes de entrar ao serviço do Secretariado, e encontrámos informação posterior (1965) que o dá como Presidente da 3ª Secção da Junta Nacional de Educação e Director-Geral do Ensino Liceal⁸⁶.

Os jornalistas eram a outra grande fonte de recrutamento de tradutores do Secretariado. Tal como no caso dos académicos, estes tradutores eram na sua grande maioria estrangeiros, correspondentes ou enviados especiais de jornais e agências noticiosas. No entanto, o mais solicitado pelo Secretariado acaba por ser um português, Luís Marques, jornalista do *Diário de Notícias*, director do *Anglo-Portuguese News*, correspondente do *Daily Telegraph* e do *Sunday Telegraph*⁸⁷. Os outros, porém, são todos estrangeiros: Cezar Gonzales Ruano, redactor do *A.B.C. de Madrid*⁸⁸; Manuel Falcon, antigo director do *Alborecer: Semanario Español Independente* (publicado em Lisboa)⁸⁹; Adolfo Lizon⁹⁰ e Inocente Palacón Olivares⁹¹, correspondentes do jornal *La Vanguardia*, de Barcelona; e Henri Tosti Russell, americano correspondente da *United Press*⁹².

Encontramos nos arquivos do Secretariado referências a outros jornalistas a quem foram encomendadas traduções para línguas estrangeiras, mas não conseguimos averiguar quais os jornais para que trabalhavam. Muitos deles actuavam como *freelancers*, enviando os seus artigos para publicação em vários periódicos. Estes incluem Max Walter Claus, jornalista alemão⁹³; Luigi “Gino”

⁸¹ Vide *ABC*, 27 de Novembro de 1962, p. 68, col. 1.

⁸² Vide suplemento da *London Gazette*, nº 44210, 1 de Janeiro de 1967, p. 21, col. 1.

⁸³ Vide Luís Sousa Rebelo, “Aubrey Bell”, in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, São Paulo, 1995, colunas 634-636.

⁸⁴ Vide José Terra, “Israel Salvator Révah”, in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 4, Lisboa, São Paulo, 1995, colunas 737-740.

⁸⁵ In caixa 4226, porta-fólio “Edições estrangeiras dos discursos”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁸⁶ Vide *Diário do Governo*, número 46, de 24 de Fevereiro de 1965, IIª série, p. 1318.

⁸⁷ Vide http://www.cm-cascais.pt/Cascais/Noticias/2007/susan_lowndes_luiz_marques.htm.

⁸⁸ In caixa 2295 “Relação discriminada das despesas efectuadas 1933-1935” (Janeiro de 1935), *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁸⁹ In Catálogo Online da Biblioteca Nacional.

⁹⁰ Vide *La Vanguardia*, 19 de Novembro de 1959, p. 1, caixa.

⁹¹ Vide jornal *ABC*, 31 de Julho de 1973, p. 22, col. 3.

⁹² Vide Blanche Patch, *Thirty Years With G.B.S.*, London, Gollancz, 1951, p. 93-94.

⁹³ Carta de António Tavares de Almeida a José Manuel da Costa, de 10 de Julho de 1956, caixa 2622, porta-fólio “Tradutores e pedidos de emprego”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Gario, crítico italiano de cinema e teatro⁹⁴; Enrico Mandillo, jornalista e tradutor italiano (tradutor de Eça de Queiroz para essa língua)⁹⁵; e os franceses Jules Sauerwein, do jornal *Le Matin*⁹⁶, Henri Lebre e Jacques Ploncard d'Assac⁹⁷.

Para além destas duas grandes categorias, o Secretariado recrutava em muitos outros campos, desde logo noutros organismos da função pública – é o caso dos tradutores Dr. Pedro Bon de Sousa Pernes, funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, antigo Adido de Imprensa na Embaixada de Portugal em Washington durante a Segunda Guerra Mundial⁹⁸; Waldemar de Araújo, diplomata, antigo funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros colocado no Brasil e no Japão⁹⁹; Alexandre Ribeiro da Cunha, Inspector Superior do Ministério do Ultramar, secretário de António de Oliveira Salazar¹⁰⁰; e Luís Silveira, a certa altura Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos¹⁰¹.

Entre outras individualidades a quem o SPN/SNI recorria contavam-se diversos intelectuais do mundo literário e artístico. Desde logo é de realçar o serviço da escritora Fernanda de Castro¹⁰², esposa do primeiro Secretário Nacional da Propaganda, António Ferro. Outra personalidade a quem o Secretariado recorria com frequência (e não apenas para traduções) era a escritora e cineasta Virgínia de Castro e Almeida¹⁰³. Para além destas autoras, contou ainda com os serviços dos escritores José Schmidt Rau¹⁰⁴, Suzanne Jousse¹⁰⁵ (também tradutora de Raul Brandão e Teixeira de Pascoaes para francês), bem como do poeta José Bruges de Oliveira¹⁰⁶. Oriundos do mundo das artes, traduziram

⁹⁴ Vide <http://www.annamascolo.com/anexoD1.htm> e Eurico Mendes, “Quando o padre Dinis era a luz do Chiado”, in *Portuguese Times*, Edição nº 1778, 20 de Julho de 2005 (http://www.portuguesetimes.com/Ed_1778/Util/beat.htm).

⁹⁵ In caixa 572, *Arquivo Oliveira Salazar*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Catálogo Online da Biblioteca Nacional.

⁹⁶ Vide Dominique Pinsolle, “Le Synthol, moteur de l’histoire”, in *Le Monde Diplomatique*, Agosto de 2009, p. 3.

⁹⁷ Vide *supra*, p. 33.

⁹⁸ Vide carta de Sousa Pernes ao editor da revista *Time*, in “Letters”, *Time Magazine*, Vol. XLVIII, nº 7, 12 de Agosto de 1946.

⁹⁹ In caixa 4232 “Publicações Várias 1948-1969” Porta-fólio “Tradutores e pedidos de emprego”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹⁰⁰ Vide Pedro Aires Oliveira, “Uma mão cheia de nada? A política externa do marcelismo”, in *Penélope - Revista de História e Ciências Sociais*, nº 26, Oeiras, Celta Editora, 2002, p. 116.

¹⁰¹ In Biblioteca Pública de Évora Online (<http://www.evora.net/BPE/cronologia.htm>).

¹⁰² Vide Jorge Ramos do Ó, “Maria Fernanda Teles de Castro e Quadros Ferro”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996., vol. 1, p. 357

¹⁰³ Vide Esther de Lemos “Virgínia de Castro e Almeida”, in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, São Paulo, 1995, colunas 172-173.

¹⁰⁴ In *Ilustração Portuguesa*, IIª série, nº 691, 19 de Maio de 1919, p. 381, col. 2; Catálogo Online da Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian.

¹⁰⁵ Vide Lurdes da Conceição Preto Cameirão, *Antologia Epistolográfica de Autores dos sécs. XIX-XX: Teixeira de Pascoaes*, Instituto Politécnico de Bragança, 1999, pp. 182-233; Catálogo Online da Biblioteca Nacional.

¹⁰⁶ Vide Lopes Vieira, Afonso, 1878-1946. *Letters to José Bruges de Oliveira and of her material*, Harvard University Library Online (<http://oasis.lib.harvard.edu/oasis/deliver/~hou01937>).

também para o Secretariado o compositor e maestro espanhol Ernesto Halffter e a sua esposa, a pianista portuguesa Alice da Câmara Santos¹⁰⁷, primeira tradutora do boletim *Portugal* para francês.

Finalmente, há diversos tradutores cuja actividade profissional conseguimos identificar, sem no entanto haver certezas das suas habilitações ou do seu meio sociocultural. É o caso de Eduardo de Latorre Lisboa, empregado da Companhia Portuguesa dos Fósforos¹⁰⁸, uma ocupação que não nos diz muito sobre as suas qualificações para o exercício da tradução, sendo de notar que Latorre Lisboa foi dos principais colaboradores do Secretariado durante mais de quinze anos. De outros podemos inferir o respectivo conhecimento da língua pela posição que ocupam ou pelos seus antecedentes. Alguns exemplos disto são os tradutores Jorge Rosa, que aparece referido como “bibliotecário do Instituto Britânico”¹⁰⁹; o já referido Hermann Pflüger, refugiado alemão, tradutor e explicador dessa língua¹¹⁰; Maria Eça de Queiroz de Castro, filha de Eça de Queiroz, bilingue em virtude do tempo que passou em França; e António Jorge Gonçalves Rodrigues, filho do filólogo e fundador do Instituto Superior de Línguas e Administração António Augusto Gonçalves Rodrigues.

Como se pode ver, a origem dos tradutores do SPN/SNI é pouco homogénea. Podemos, no entanto, concluir que, na generalidade, e em face dos dados que conseguimos reunir, há uma preferência por elementos de uma classe social porventura mais elevada da sociedade (podemos observar um rol bastante impressionante de nomes com conotação quase aristocrática), presumivelmente com estudos superiores, cujo conhecimento de línguas não se baseasse apenas no contacto profissional com elas, mas também numa instrução cuidada no sentido de as conhecer a fundo e dominar. Mas seriam estas características suficientes para ver neles tradutores profissionais?

2.2.2.5 Profissionalismo

É muito complicado afirmar se existiriam tradutores profissionais no período em estudo. Na verdade é até difícil especificar o que seria nesta altura um tradutor “profissional”. Como vimos acima, diversas individualidades do mundo académico e jornalístico dedicaram-se à prática da tradução, com alguma regularidade, daí tirando proveito, mas não se pode afirmar que esta seria a sua principal fonte

¹⁰⁷ Vide <http://www.ernestohalffter.com/bio/bioen.htm>.

¹⁰⁸ Carta de António Tavares de Almeida a José Manuel da Costa de 10 de Julho de 1956, caixa 2622, porta-fólio “Tradutores e pedidos de emprego”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹⁰⁹ Relatório de Maria Júlia Cunha, de 19 de Março de 1958, *idem*.

¹¹⁰ Vide *supra*, p. 33.

de remuneração. Por tradutores profissionais devemos porventura entender especialistas que fizessem carreira do ofício de tradução e que daí obtivessem os seus proventos principais.

Partindo desse pressuposto, existem alguns tradutores acerca dos quais não conseguimos obter informação quanto à sua actividade profissional, mas que têm, em relação a outros tradutores do Secretariado, um número muito maior de traduções publicadas, tanto dentro como fora do âmbito do Secretariado. Esta é uma conclusão a que chegámos com base numa pesquisa nos catálogos de diversas bibliotecas municipais, várias bibliotecas das Universidades de Coimbra e Lisboa e, claro está, nos catálogos da Biblioteca Nacional. O mero volume de trabalho traduzido por estas individualidades, aliado à incerteza sobre a sua principal fonte de remuneração, não nos permite afirmar que eram, efectivamente, tradutores profissionais como os entendemos hoje – porém, esse mesmo volume talvez nos permita caracterizá-los, na perspectiva do Secretariado, como tradutores fiáveis.

Jean Haupt, por exemplo, foi um dos colaboradores de longa data do Secretariado, e provavelmente o responsável pelo maior número de traduções feitas por um só tradutor para o SPN/SNI. O volume de trabalho que executou para o Secretariado é ainda mais espantoso quando também levamos em conta o seu trabalho fora do SNI – Jean Haupt foi igualmente tradutor para francês de diversas obras de Joaquim Paço d’Arcos, Adriano Moreira, e do Padre António Vieira, tendo também sido autor de obras na área da Didáctica do Francês. E como se isso não chegasse, ainda conseguimos encontrar entre os arquivos do SPN/SNI um cartão de visita e várias folhas timbradas, onde se podia ler bem explicitamente *Jean Haupt, Tradutor da Presidência do Conselho, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério do Ultramar*¹¹¹.

De outros tradutores não conseguimos recolher uma declaração tão clara de exercício profissional da tradução – aliás, não conseguimos encontrar qualquer informação sobre eles, para além daquela que se refere ao seu trabalho para o Secretariado e, nalguns casos, também fora dele. Entre estes, destacamos o espanhol José Andrés Vasquez, de quem encontramos mais seis traduções publicadas de português para castelhano, a italiana Graziela Saviotti Molinari, tradutora para português de Gabriele d’Annunzio e Giovanni Papini, e ainda o português Augusto Mendes Leal, tradutor de autores de língua inglesa, alemã e italiana para português, entre os quais o norte-americano Nathaniel Hawthorne.

¹¹¹ Ver foto em anexo (fig. 2, p. 95).

2.2.2.6 Empresas de tradução

Da mesma forma que não é possível confirmar o carácter profissional do exercício da tradução, também se torna complicado afirmar a existência de empresas especializadas em tradução, à semelhança dos modelos hoje praticados. Durante a pesquisa levada a cabo, encontrámos cartas da parte de duas empresas de secretariado, que oferecem os seus préstimos não só neste domínio, mas também no âmbito da tradução. Se a primeira é bastante parca na descrição da sua oferta, a segunda oferece-nos informação um pouco mais completa.

Temos desta forma, a 27 de Novembro de 1948, uma primeira carta da empresa de secretariado portuense “A Maratona”. Sem referir preços ou demais informação, descreve entre as suas competências a capacidade de executar “traduções de qualquer língua”, “trabalhos dactilografados”, e “assistência cultural e técnica a todas as empresas ou firmas”. É de realçar a oferta de um serviço de traduções profissionais, ainda por cima sem limite aparente de línguas de trabalho.

Dois anos depois, uma carta datada de 18 de Setembro dá-nos conta de uma oferta mais completa e consistente de diversos serviços de tradução, da autoria da Casa Molros, de Lisboa. A clareza e detalhe do disposto na missiva requerem uma citação do seu conteúdo:

Junto enviamos a V.Ex.^a uma tabela¹¹² com os n/ preços, pedindo para ela a s/ especial atenção. A n/casa trabalha unicamente em traduções, retroversões e trabalhos dactilográficos. Queremos, no entanto, informá-lo que os preços da referida tabela, são só para traduções simples, pois as que têm termos técnicos são de custo variável, consoante s/ dificuldade e responsabilidade. Pomos também à disposição dos n/ estimados clientes um serviço de urgência (caso precisem dos trabalhos executados no prazo mínimo de 24 horas), para o qual está previsto uma sobretaxa de 50%.¹¹³

Se não conseguimos extrair muita informação da oferta da empresa “A Maratona”, de 1948, podemos, pelo contrário, ver na oferta de serviços da Casa Molros, no distante ano de 1950, uma prática muito semelhante à das empresas de tradução actuais. Quando comparada com as empresas actualmente inscritas na Associação Portuguesa de Empresas de Tradução¹¹⁴, podemos até verificar que a sua oferta de tradução em onze línguas (como consta da tabela em anexo à carta) é maior do que muitas empresas actuais. Tal como actualmente se verifica, há uma diferenciação entre traduções, ditas

¹¹² Em anexo (fig. 3, p. 96).

¹¹³ In caixa 2622, porta-fólio “Tradutores e pedidos de emprego”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹¹⁴ Vide página da Associação Portuguesa de Empresas de Tradução (<http://www.apet.pt/site/index.php>).

simples, e traduções com um cariz mais técnico, e um acréscimo ao preço da tradução em casos de urgência.

Apesar de acusar a recepção das ofertas, o Secretariado não parece ter recorrido aos serviços destas empresas no que à tradução diz respeito, preferindo manter a sua própria bateria de tradutores bem como as suas próprias tabelas de tradução, provavelmente mais em conta¹¹⁵.

2.2.3 Qualidade dos tradutores

Após conclusão das traduções, os trabalhos encomendados eram revistos pelos próprios tradutores ou reencaminhados para outros revisores. Em função das características dos colaboradores que contratava já inferimos que o Secretariado tinha uma clara preocupação com a qualidade do produto final. Contudo, a questão da competência dos tradutores parece ter sido um problema recorrente durante todo o período estudado da actividade de tradução no Secretariado, e é possível assistir, em diversos períodos, a queixas sobre os trabalhos, por parte dos revisores, dos Chefes de Secção e de alguns leitores.

2.2.3.1 Revisões e revisores

Não temos certezas quanto à forma como esta fase da cadeia de processava. Sabemos que, em diversos casos, as traduções, quando revistas por terceiros, eram encaminhadas para os revisores, entregues e recebidas em mão por funcionários do SPN/SNI, que se deslocavam até aos revisores sempre que estes não pudessem ir pessoalmente ao Secretariado recebê-las ou entregá-las. Normalmente tratava-se de folhas dactilografadas onde o revisor acrescentava correcções e sugestões manuscritas, sendo raros os casos em que este juntava um parecer dactilografado, situação que ocorria quando eram julgadas diferentes traduções de um mesmo texto¹¹⁶. A urgência das revisões variava com o texto – publicações programadas desde longe permitiam maior liberdade e rigor ao revisor; já os discursos de elementos do Governo exigiam dos revisores a mesma celeridade pedida aos tradutores.

¹¹⁵ Trataremos da política de remunerações do Secretariado mais à frente, nas páginas 45 e seguintes.

¹¹⁶ Analisaremos um exemplo desta prática na secção dedicada à política de tradução no Secretariado, nas páginas 54 e seguintes.

Os relatórios de despesas não são a melhor fonte para nos elucidar sobre a prática da revisão, mas sempre constituem alguma ajuda quando se trata de identificar revisores, mesmo que a menção a trabalhos de revisão apareça muito esporadicamente. Augusto Mendes Leal e Henry Tosti Russell foram os únicos a figurar mais do que uma vez nas listas de despesas, o primeiro, no segundo semestre de 1945, o segundo, presença mensal desde 1953. Ambos aparecem indicados com pagamentos discriminados por trabalho de revisão de textos (em inglês, francês e espanhol no caso de Leal, só inglês no caso de Tosti Russell), sendo a sua remuneração fixa – o volume de trabalho não parece interferir no salário mensal, na ordem dos seiscentos escudos para Augusto Leal, em 1945, e dos mil escudos para Tosti Russell, até ao final da década de 50¹¹⁷.

Outros nomes que figuram pelo menos uma vez nas listas de despesas são os de Campos da Fonseca, Walter Warren, I.S. Revah e Henri Lebre. Sabemos da existência de outros revisores, não presentes nas relações de despesas, mas visados na correspondência analisada, alguns deles também com colaboração na área da tradução – aqui destacam-se os nomes de John Gibbons, Pierre Hourcade e Waldemar de Araújo (por razões que veremos adiante). É bem provável que não tenham sido os únicos, mas os documentos analisados não nos permitiram chegar a mais nomes.

Finalmente, há que mencionar a possibilidade de o papel de revisor ter sido levado a cabo por nem mais nem menos do que o próprio Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar. Existem alguns documentos nos arquivos que dão conta do seu interesse no processo de tradução, embora unicamente no que respeita à tradução das suas palavras. Não serão provas, apenas indícios, mas não deixam de ser um aspecto interessante da tradução de propaganda¹¹⁸.

Testemunhos deste interesse são, por exemplo, uma carta de 6 de Maio de 1939, enviada pelo Secretariado ao Cônsul de Portugal em Praga, a propósito da tradução checa de *Discursos* a partir da edição alemã. Dela consta a autorização de Salazar para que esta se realizasse, mas exigia uma revisão comparada com o original português, pois não confiava numa tradução checa a partir da versão alemã, “dada a índole do alemão muito diferente da nossa língua”¹¹⁹. Já anteriormente referimos que Salazar preferia a versão francesa desta obra.

Outro testemunho pode ser encontrado num telegrama de 19 de Agosto de 1939 para o Secretariado, enviado pela Casa de Portugal em Londres, dando conta da sugestão de T.S. Eliot de

¹¹⁷ Várias caixas, “Relação discriminada das despesas efectuadas”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹¹⁸ Uma maior certeza desta possibilidade poderia ser alcançada com a análise de um outro fundo, o Arquivo Oliveira Salazar, também presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mas a documentação relativa aos anos em estudo não estava ainda catalogada à data de término deste trabalho.

¹¹⁹ In caixa 4226, porta-fólio “Edições estrangeiras dos discursos”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

publicar a tradução inglesa de *Discursos* com o título *The Rebirth of a Nation*. Em resposta de 23 de Agosto, um telegrama dá conta da rejeição do título por Salazar, juntamente com a indicação da sua preferência pelo título *Doctrine and Action*, que acabou por ser o escolhido¹²⁰.

A ausência de referências a revisores e revisões nas relações de despesas poderá ser explicada pela atribuição do trabalho de revisão ao próprio tradutor, ao invés de a pedir a outro elemento. Não era prática incomum no Secretariado pedir ao tradutor que revisse a própria tradução, acrescentando aos seus honorários o valor desse trabalho. Esta prática poderá explicar também por que razão, sendo as traduções revistas, estas continuavam a suscitar queixas – se o tradutor e o revisor são a mesma pessoa, com a mesma ideia de como traduzir, com grande confiança no seu trabalho, quão isentas são as revisões? A verdade é que nos casos em que a revisão feita por outros não suscitou queixas quanto à prestação dos tradutores, estas acabam por surgir da parte dos leitores após a publicação.

2.2.3.2 Razões de queixa das traduções e dificuldade em encontrar tradutores

A dificuldade em encontrar bons tradutores surge repetidamente referidos em relatórios encontrados nos arquivos do SPN/SNI. Estes raros mas reveladores escritos dão mostras claras de ter sido isso um problema constante para o Secretariado. Na carta de 10 de Julho de 1956, da autoria do chefe da 2ª Repartição (Informação), António Tavares de Almeida, endereçada ao Secretário Nacional, aquele expõe algumas destas questões:

Embora dentro da convicção de que V.Ex^a. não me atribuiu a responsabilidade por defeitos que minimizem o valor das versões para línguas estrangeiras dos textos editados pelo Secretariado, nomeadamente os de maior responsabilidade e interesse, pela delicadeza do assunto e porque o problema não é de hoje nem de ontem, porque tem sido uma cruz permanente destes serviços, e de todo o Organismo permita-me que o historie um pouco.

É uma das nossas maiores contrariedades conseguir bons tradutores. Primeiro, porque não os há, e depois porque os que têm sido considerado bons por uns não o são tanto por outros.¹²¹

Dois anos depois, novo relatório permite entrever problemas com a qualidade ou com a disponibilidade dos tradutores. Neste, a funcionária Maria Júlia Cunha refere que o Secretariado conta

¹²⁰ In caixa 494, porta-fólio “Casa de Portugal em Londres”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹²¹ Carta de António Tavares de Almeida de 10 de Julho de 1956 a José Manuel da Costa, caixa 4232, porta-fólio “Tradutores e pedidos de emprego”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

finalmente com um bom tradutor de inglês na pessoa do Dr. Frank Holliday, “o único que, desde a saída de Lisboa do Dr. Edward Lloyd não tem criado dificuldades a este serviço com as suas traduções”¹²².

Ainda a propósito das traduções para inglês, num outro relatório de 1958, o chefe da Secção de Estudos, Flórido de Vasconcelos, fala do antecessor de Frank Holliday:

É conveniente relatar que, antes de recorrermos aos serviços do Dr. Holliday, entregávamos as nossas traduções ao Sr. Dr. John Hampton, de cujos serviços tivemos de prescindir, em virtude da má qualidade das suas traduções, que originavam, sistematicamente, reclamações de toda a espécie.¹²³

Vislumbra-se nestes três relatórios uma clara insatisfação com determinados serviços de tradução cujos autores chegam a ser especificados, especialmente para língua inglesa, até ao ano de 1956. Ao longo da sua exposição, Tavares de Almeida faz aquilo que descreve como uma pequena história dos serviços de tradução até 1956 – sendo “pequena” a palavra-chave, já que a informação nela contida é, de facto, bastante diminuta. Os trechos anteriormente citados da carta de Tavares de Almeida na secção dedicada ao recrutamento dos tradutores deixam também entrever a dificuldade de encontrar bons profissionais - o chefe da repartição escreve exactamente sobre a dificuldade de encontrar tradutores e sobre a apreciação do respectivo trabalho. A sua declaração de que não há bons tradutores será porventura exagerada, mas a segunda parte da premissa, segundo a qual os critérios de avaliação não são homogêneos, estaria mais próxima da verdade, podendo alguns desses critérios não ser exclusivamente linguísticos.

Por exemplo, o nome de Waldemar de Araújo surge em vários papéis de correspondência. Sabemos por eles que trabalhou no Secretariado, entre outras coisas como tradutor e revisor de traduções. Contudo, encontramos nos arquivos diversa correspondência interna datada de 1956 e 1957, tanto da autoria de Waldemar de Araújo como sobre ele e sobre o seu trabalho de revisão e tradução, correspondência essa nem sempre num tom cordial - Waldemar de Araújo parece prejudicar, deliberadamente, a reputação dos outros tradutores quando revê o seu trabalho, considerando as traduções “impublicáveis, de tão más”¹²⁴. Não contente com os contínuos pareceres negativos de Araújo, a certa altura Tavares de Almeida pede um segundo parecer a Pierre Hourcade, que as revê, acredita, e diz das correcções de Araújo que ainda são piores:

¹²² Relatório de Maria Júlia Cunha, de 19 de Março de 1958, caixa 4232, porta-fólio “Tradutores e pedidos de emprego”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹²³ Relatório de Flórido de Vasconcelos, de 26 de Março de 1958, *idem*.

¹²⁴ Carta de Waldemar de Araújo a Noel de Arriaga, de 9 de Janeiro de 1956, *idem*.

Hoje, no almoço do Turismo-Air France onde estive em representação de V.Ex.^a, o Prof. Hourcade de novo me disse que era inexplicável a atitude do senhor Waldemar de Araújo, a não ser por uma possível má vontade.

Quando lhe disse que a tradução francesa era do Haupt ele disse-me que o considerava competente e no concurso do Ministério dos Negócios Estrangeiros a que fôra chamado como membro do jury de apuramento dos candidatos a tradutores, êle fôra, de longe, o melhor dos concorrentes e justamente aprovado.

Por certo há expressões que um revisor pode sempre ajudar a melhorar mas, quando se trabalha como W. de Araújo o resultado só pode ser o de estabelecer a confusão.¹²⁵

Não sabemos se existiriam motivações secundárias para a prestação de Waldemar de Araújo como revisor. Sabemos, contudo, que esta não era uma tarefa do seu agrado, preferindo a tradução, e possivelmente levando assim a cabo uma estratégia de difamação, porventura para afastar outros tradutores e lhes ficar com o trabalho. De resto, vinha de longe o seu desejo de ter mais trabalho de tradução:

Se e quando necessitar dos meus serviços, estarei sempre às ordens – mas dentro das mesmas condições de que beneficiam os tradutores a quem até hoje tem sido dado praticamente o exclusivo dos trabalhos em línguas estrangeiras a cargo dessa repartição.¹²⁶

Para além deste aspecto, Waldemar de Araújo, que é afinal um funcionário regular do Secretariado, não parece receber mais pelo trabalho de tradução do que o seu ordenado normal, uma situação que não acontece com outros tradutores contratados fora do SPN/SNI. A sua frustração e antipatia pelos outros tradutores estão bem expressas nesta missiva, endereçada a Henriques Gonçalves, chefe dos serviços de Redacção e Imprensa da IIª Repartição do SNI:

Nos termos do acordo que existe entre o SNI e a minha pessoa, sou obrigado a trabalhar para o Secretariado 6 horas por dia, não me sendo pagos (por motivos que desconheço) quaisquer trabalhos, seja de que natureza fôrem, executados fóra ou além daquelas seis horas diárias. Aos outros tradutores esses trabalhos continuam, entretanto, a sêr pagos. (...)

Eu não sou menos que os “Doutores” Hampton, Haupt e outras... sumidades, a quem a IIª Repartição paga com regularidade cronométrica as porcarias que para ahi escrevem.¹²⁷

¹²⁵ Carta de António Tavares de Almeida a José Manuel da Costa, de 12 de Junho de 1956, *idem*.

¹²⁶ Carta de Waldemar de Araújo a Noel de Arriaga, de 9 de Janeiro de 1956, *idem*.

¹²⁷ Carta de Waldemar de Araújo a Henriques Gonçalves, chefe dos serviços de Redacção e Imprensa da IIª Repartição do SNI, em 2 de Maio de 1957, *idem*.

Em várias situações Tavares de Almeida ponderou a continuidade de Waldemar de Araújo no Secretariado, mas a verdade é que, se a propósito de outros tradutores não existia consenso em relação à sua qualidade, o mesmo se passa com Araújo, cujo trabalho como tradutor e revisor é manifestamente elogiado por alguns elementos do Secretariado (como o chefe da Secção de Turismo, Jorge Felner da Costa) e desprezado por outros (como o já referido Tavares de Almeida).

Também os leitores parecem mostrar o seu descontentamento. Um dos candidatos ao trabalho de tradução no SPN/SNI, D. I. Cansdale, faz a seguinte crítica na sua carta de apresentação:

I might add that I have read various English translations of important papers, speeches, etc. and have noticed most elementary mistakes in English such as would not, I assure you, occur in any translations I produced.¹²⁸

Tratando-se claramente de auto-promoção, este crítico não deixa de ter alguma razão, confirmada em virtude do conhecimento que temos de outras reclamações apresentadas. Infelizmente, não tivemos acesso a todas as reclamações de leitores ou de especialistas, apenas à informação em segunda mão de que estas existiam, e em grande número. Presume-se que tenham sido descartadas, salvando-se a reclamação de D. I. Cansdale por conter nela uma oferta de serviços, situação para a qual o Secretariado reservava um dossier próprio, como vimos anteriormente.

2.2.4 Remunerações

Quanto auferia um tradutor pago pelo Secretariado? Os relatórios de despesa não fornecem a melhor resposta no que diz respeito aos primeiros 20 anos do Secretariado – apesar de nos ser revelada a quantia paga pela tradução em determinado mês, não nos é possível saber a extensão e dificuldade da encomenda¹²⁹.

A oficialização dos pagamentos de tradução no SNI não parece ter acontecido antes do final da década de 50, provavelmente em 1958, data das primeiras tabelas de preços de tradução uniformes para todo o Secretariado. No período anterior ao aparecimento das tabelas, podemos encontrar dados relativos às remunerações auferidas pelos tradutores tanto nas listas de despesas como na

¹²⁸ Carta de D.I. Cansdale, de 27 de Abril de 1957, *idem*.

¹²⁹ Várias caixas, “Relação discriminada das despesas efectuadas” *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

correspondência. Neste segundo caso, podemos mesmo encontrar acordos completos celebrados entre o Secretariado e os tradutores, com algum nível de detalhe. Vejamos dois exemplos.

O problema da distância foi uma das razões para a criação de tanta documentação sobre a publicação da obra *Discursos* em Inglaterra, entre 1937 e 1939 – até chegar ao tradutor, a informação passava pela Presidência do Conselho, pelo Secretariado da Propaganda Nacional, pela Casa de Portugal em Londres e pela editora Faber & Faber. Numa carta de 17 de Setembro de 1937 a António Ferro, António Mendonça, gerente da casa de Portugal em Londres, sugere Robert Broughton para tradutor e John Gibbons para revisor da obra em causa, adiantando que o pagamento rondará o valor total de noventa libras esterlinas, “devendo a primeira prestação de 50%, ser paga adiantadamente e o saldo, 25%, trinta dias depois, e os outros 25% quando forem corrigidas as provas.” Em carta enviada alguns dias depois, António Ferro concorda com os valores, mas estipula que a tradução deve ser realizada em 3 meses (demorou 9). Apesar dos atrasos e do aumento dos custos (de noventa libras para cento e cinco, devido à adição de novos discursos, que aumentaram a extensão da obra para 399 páginas), o Secretariado pagou sempre a tempo tudo o que lhe foi pedido.

Outro exemplo encontrado data de 1945. O tradutor Godfrey Mappin é contratado para traduzir um conjunto de obras de cariz político e cultural sobre Portugal. Numa das primeiras cartas, Tavares de Almeida põe as seguintes condições: “A remuneração atribuída é de 20\$00 por página dactilografada completa. Não se contam os mapas estatísticos. A efectivação do pagamento fica dependente da entrega e da apreciação favorável dos trabalhos por este Secretariado”. Mappin concorda sem protestos, e talvez não fosse caso para tanto – entre Março de 1945 e Março de 1946 executou trabalho pago no valor total de 11.860 escudos, uma média de 989 escudos por mês, o que estaria alguns escudos acima do salário de um professor da instrução primária, e quase ao nível de um professor de “línguas vivas” no ensino superior¹³⁰.

Este segundo exemplo que apresentámos é claramente oposto ao anterior, na medida em que é o Secretariado que estabelece o preço, parecendo, na verdade, ser esta a prática comum do organismo, como veremos adiante.

¹³⁰ Para se ter uma ideia dos vencimentos mensais neste período, deve-se consultar o Artigo 12º do Decreto-Lei nº 26 115, de 23 de Novembro de 1935.

2.2.4.1 Relações discriminadas de despesas efectuadas

Olhando para as “relações discriminadas de despesas efectuadas”, os relatórios de contas mensais do SPN/SNI, podemos observar uma variada panóplia de pagamentos por tradução com diferentes contornos. Nalguns casos, há lugar a um pagamento mensal fixo, noutras o valor muda conforme o tradutor ou a tradução. Observemos alguns exemplos (a lista completa entre 1934 e 1958 encontra-se disponível em anexo).

Apesar do início de actividade nos finais de 1933, o mês de Janeiro de 1935 é, conforme já se disse, o primeiro em que aparecem nas listas de despesas entradas relativas a gastos com traduções, contendo o nome do tradutor e o trabalho em questão. Neste caso, trata-se de A.P. da Costa Júnior e de Cezar Gonzalez-Ruano, ambos pagos de uma só vez por várias traduções: no caso do primeiro, 4 folhetos em inglês (“Decálogo do Estado Novo”, “Primeiros discursos de Salazar”, “Telefones” e “Entrevista do Snr. General Carmona com António Ferro”), pelos quais recebeu a quantia de 1.748\$60; o segundo, pela tradução para espanhol da Constituição, do Acto Colonial, do “Decálogo do Estado Novo” e do “Estatuto do Trabalho Nacional”, um total de sessenta e três páginas, tendo-lhe sido paga a quantia de 2000\$00. Sabendo que nesta altura o Secretário Nacional auferia 3000\$00 mensais¹³¹, parece-nos um pagamento generoso para o volume das traduções.

Ainda mais detalhado do que estes exemplos é o de uma entrada de Outubro de 1941: “Pago a Ernesto Halffter, pela tradução para espanhol de 100 páginas dactilografadas do livro “Habla Salazar” - 1.500\$00”. Este caso dá-nos toda a informação – tradutor, trabalho, volume e pagamento, que seria de quinze escudos por página, se não incluirmos a revisão, que poderá ter sido feita pelo próprio tradutor. Infelizmente, o detalhe na indicação destes trabalhos de tradução é menos comum do que o desejável para os interesses deste trabalho – são muito mais os casos em que encontramos indicações do tipo “Pago a ... por traduções no mês de ...”, sendo que nem todas estas fórmulas acrescentam a língua em que é feito o trabalho e, muito menos, o seu volume ou conteúdo.

Ao longo dos anos encontramos dois tipos de pagamento pelo trabalho de tradução: um regular, mensal e fixo, outro esporádico e variável. No primeiro, encontramos diversos nomes ao longo dos primeiros dez anos de actividade do Secretariado, bem como todos os pagamentos relativos à tradução do conteúdo dos boletins *Portugal* nas mais diversas línguas. As variações nestes valores, quando analisamos a mesma pessoa, são raras, correspondendo aos aumentos esperados com a normal evolução do valor da moeda. Examinando o caso de um dos colaboradores que durante mais tempo

¹³¹ In Decreto-Lei nº 23 054, de 25 de Setembro de 1933.

prestou serviços ao SPN/SNI, Eduardo de Latorre Lisboa, verificamos que prestou serviço como tradutor de francês entre Janeiro de 1938 e Agosto de 1955, sendo durante este período quase o único responsável pela versão francesa do boletim *Portugal*. Por esse trabalho, começou por auferir 600\$00 no primeiro mês, recebendo regularmente esse valor até Maio de 1948. Nesse mês, é aumentado para 750\$00, valor que continua a auferir regularmente até Julho de 1951, altura em que passa a receber sempre montantes diferentes até ao final da sua colaboração, por vezes mais baixos, mas normalmente mais elevados.

Enquadradas no segundo tipo de pagamentos, encontramos as traduções dos discursos de Salazar e de outras personalidades, diversos artigos, e obras de maior volume, com propósitos variados. Nestes casos o pagamento é único, e é nestas situações que mais frequentemente encontramos tradutores “de ocasião”, isto é, tradutores que aparecem esporadicamente nas listas, normalmente apenas uma vez, ao contrário de outros colaboradores mais regulares.

Analisando as relações de despesas, notamos, em certas alturas, um desfasamento entre os valores pagos por traduções entre diversas línguas. Por exemplo, no ano de 1944, as traduções em língua alemã do boletim *Portugal* foram mais bem pagas do que as traduções para língua francesa e inglesa – 750\$00 por mês para a primeira, 600\$00 para as segundas, partindo do princípio de que o volume e o conteúdo traduzido seria o mesmo para todas. Poder-se-ia pensar que a diferença é justa pela maior dificuldade em encontrar um tradutor para alemão – a lei da oferta e procura leva à inflação dos preços de traduções para alemão. Contudo, se analisarmos um caso ocorrido cinco anos depois, verificamos que, em 1950, as traduções para o mesmo boletim são pagas a 1000\$00 para a versão espanhola, 250\$00 a mais do que para as versões francesa e inglesa – justificar-se-ia esta diferença com a dificuldade em encontrar um tradutor para língua espanhola, como acontecia (e foi confirmado) para a língua alemã? Sinceramente, não nos parece.

O que pretendemos demonstrar com esta análise é que, muito provavelmente, não existiria grande preocupação em fazer diferentes preços para diferentes línguas, atendendo ao respectivo grau de dificuldade, e que a diferença entre pagamentos surgia provavelmente das tarifas pedidas pelos tradutores. Veremos adiante como esta hipótese é viável e confirmável.

2.2.4.2 Reivindicações e tabelas de preços de tradução

Se os revisores e leitores se queixavam da qualidade das traduções, os tradutores queixavam-se do pagamento pelas traduções. Como vimos atrás, a regra geral para o pagamento por traduções no SPN/SNI foi da responsabilidade do organismo, que estipulava quais os valores a pagar pelas traduções, cabendo aos tradutores concordar com a tarifa sugerida ou recusar o trabalho que lhes era oferecido. Isso não impediu que muitos deles aceitassem os trabalhos e logo depois apresentassem os seus protestos, aproveitando a concessão de textos mais complicados ou mais urgentes para argumentar, tendo em vista um aumento dos valores. Adiante veremos exemplos concretos desta actuação.

O dossiê dos tradutores revela-nos algumas destas reivindicações na década de 50, numa espécie de processo que levará à normalização das tarifas. Em 1956, o Secretariado tem de abdicar dos préstimos de Pedro Bon de Sousa Pernes, considerado um bom tradutor de inglês, algo de que o organismo andava há bastante tempo à procura, como vimos anteriormente. A razão foi explicada dois anos depois por Flório de Vasconcelos que, quando discutia pagamentos e a qualidade do tradutor John Hampton, refere que “a esse, pagávamos a 25\$00 a página; outros, melhores, como o Sr. Sousa Pernes, não quiseram continuar a trabalhar para o S.N.I. por este preço”¹³².

Frank Holliday, o novo tradutor de inglês do SNI e sucessor de Sousa Pernes, queixa-se de imediato dos pagamentos baixos do Secretariado e sugere um preço de 35\$00 por cada folha de 25 linhas. O pedido é atendido¹³³. No ano seguinte, é a vez do tradutor de francês, Henri Lebre, que se queixa da dificuldade de traduzir discursos de Salazar, devido à complexidade da linguagem, ao impacto internacional do discurso e à decorrente responsabilidade do tradutor, pelo que pede 2\$50 por cada linha ao invés do normal valor de 1\$25 por linha:

Le raccourci et les nuances de la pensée sont tels qu'il est difficile, parfois, de comprendre le sens profond et, toujours, de le rendre dans un français correct et aisé. D'autre part, ces discours ont un retentissement mondial et leur version en langue étrangère engage particulièrement la responsabilité du traducteur. Enfin, de nombreuses corrections d'épreuves sont nécessaires. J'en ai fait sept et chacune d'elles représente 1 heure ½ de travail spécialement attentif, soit 10h ½, au total pour le discours en question.

Pour toutes ces raisons, il me paraîtrait normal et équitable que les traductions de textes comme ceux des discours du Président Salazar fussent payés au tarif minimum de 2.50 Esc. la ligne.¹³⁴

¹³² Relatório de Flório de Vasconcelos, de 26 de Março de 1958, caixa 4232, porta-fólio “Tradutores e pedidos de emprego”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹³³ “Tivemos de pagar os 35\$00 ao dr. Holliday, cujo trabalho, aliás, nunca deu origem a quaisquer reclamações”, *idem*.

¹³⁴ Carta de Henri Lebre a Flório de Vasconcelos, de 28 de Novembro de 1957, *idem*.

Depreende-se de toda esta análise uma grande falta de uniformidade no organismo no que diz respeito aos pagamentos de traduções e retroversões. As próprias repartições do SPN/SNI não se entendiam quanto aos preços a pagar aos seus colaboradores. A repartição de Turismo, por exemplo, introduziu uma tabela própria logo em 1954, numa altura em que a Informação ainda regateava com os seus tradutores. Nessa tabela, de 7 de Agosto de 1954, o Turismo estipulava pela primeira vez o pagamento fixo, por “página dactilografada, com 24 linhas, margem esquerda de 4 cm, e margem direita de 1 cm”, de quinze escudos por tradução e trinta por retroversão, valores aumentados para dezassete escudos e cinquenta centavos por tradução e trinta e cinco escudos por retroversão “com carácter técnico especial”. Os protestos, porém, não cessaram, até porque os tradutores, que ofereciam os seus serviços a outras repartições, se queixaram desde logo da disparidade dos preços.

Como resposta às diversas reivindicações do final da década de 50, bem como ao possível mal-estar daí advindo, decidiu-se que se impunha a instauração de uma tabela de pagamentos por traduções uniforme para todo o Secretariado. Em Abril de 1958, o SNI decidiu levar a cabo uma reforma dos pagamentos por tradução e proceder à normalização da tabela de pagamentos de traduções, agora única para todo o Secretariado. A 1ª Repartição (Administração) enviou ofícios às outras três repartições, pedindo-lhes que os informassem sobre “qual o preço adoptado para trabalhos de tradução e retroversão, por cada página de formato corrente comercial, com vinte e cinco linhas”, acrescentando que “o objectivo a atingir consiste em uniformizar os preços destes trabalhos nas diversas repartições do Secretariado”¹³⁵. As restantes três secções transmitiram de imediato a sua resposta. A da Secção de Estudos da 2ª Repartição, responsável pela maioria das traduções para língua estrangeira, coube a Flórido de Vasconcelos, que respondeu da seguinte forma:

A tabela proposta para traduções vulgares do português para o espanhol, italiano, francês, inglês e alemão, (1\$40 a linha) corresponde à que actualmente empregamos para com o Dr. Frank Holliday; parece não haver razão para se pagar menos ao tradutor de francês, igualmente bom – e que, aliás, se defendia do escasso pagamento à página, procurando “esticar” o mais possível (sem escândalo) os seus textos, ao contrário do inglês que, mais bem pago, não necessitava de recorrer a estes processos. Parece, portanto, que o igualar as tabelas representa uma moralização do serviço, grata, sem dúvida, a uns e outros.¹³⁶

Encontramos confirmado nesta carta algum do desfasamento no pagamento de traduções entre determinadas línguas, a que aludimos anteriormente. Flórido de Vasconcelos diz claramente que o

¹³⁵ Vários ofícios dirigidos à 2ª, 3ª e 4ª Repartição do SNI, de 3 de Abril de 1958, *idem*.

¹³⁶ Carta de Flórido de Vasconcelos a Tavares de Almeida, 16 de Abril de 1958, *idem*.

tradutor inglês recebia mais que o francês, vindo agora a tabela propor um preço igual (1\$40 por linha).

Também julgamos de interesse a revelação da “estratégia” do tradutor francês, Henri Lebre, para aumentar o seu estipêndio, procurando tornar o volume do texto traduzido ligeiramente maior do que o original. Ao presumir que o tradutor inglês não necessitava de recorrer a este expediente por já ser suficientemente bem pago, talvez Flórido de Vasconcelos não esteja a levar em conta o facto de a língua inglesa ser consideravelmente mais sintética do que a língua portuguesa.

O resultado de todo este esforço de comunicação entre os departamentos foi o seguinte despacho de 28 de Abril de 1958, que finalmente introduziu um sistema de pagamento de traduções único para todo o organismo:

DESPACHO

Após estudo efectuado em conjunto pelas Repartições às quais o assunto diz respeito, determino que a partir desta data os pagamentos aos tradutores do Secretariado Nacional da Informação passem a obedecer à seguinte tabela:

a) – Tradução do português para espanhol, francês, italiano, inglês e alemão:

Traduções vulgares, cada linha.....1\$40

Ditas técnicas, cada linha.....1\$80

b) – Traduções do espanhol, francês, italiano, inglês e alemão para o português:

Traduções vulgares, cada linha.....\$70

Ditas técnicas, cada linha.....\$90

c) – Desde já fica estabelecido que nestes preços está incluída a revisão das duas primeiras provas tipográficas, quando se trate de textos destinados a publicação.

d) – Traduções “de” e “para” outras línguas estrangeiras diferentes das acima mencionadas:

A dar-se este facto, a Repartição que de tal necessite procederá a estudo prévio apresentando-o a despacho superior para autorização.

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO, 28 de Abril de 1958

O SECRETÁRIO NACIONAL
CÉSAR MOREIRA BAPTISTA

Há certos pontos a reter na análise desta tabela. Temos desde logo o critério para a diferença de preços, que se pauta principalmente pela direcção da tradução (“de” e “para” línguas estrangeiras), sem considerar, como critério de dificuldade da linguagem nas traduções ditas “vulgares”, a diferença entre línguas ou os prazos para a tradução. Podemos ver que o preço das traduções para língua estrangeira é

o dobro da tradução para português, o que mais uma vez é sintomático da importância dada pelo Secretariado à tradução como ferramenta de comunicação com o estrangeiro. Uma diferença menor pode ser vista na divisão entre traduções “vulgares” e “ditas técnicas”. O uso da expressão “ditas técnicas” poderá representar um sinal de insegurança e incerteza no que diz respeito ao emprego da terminologia.

A criação da tabela não veio colocar um fim às reivindicações. No mesmo ano, dois meses após a sua introdução, o Dr. Frank Holliday queixa-se novamente dos baixos pagamentos do Secretariado, desta vez argumentando com a dificuldade de traduzir discursos de Salazar. Justificando-se com a complexidade da linguagem e a urgência dos trabalhos, passa a pedir 2\$50 por cada linha. Em resposta, o chefe da secção, Flório de Vasconcelos, considera justa a reclamação:

Preço das traduções dos discursos de S.Ex^a o Presidente do Conselho.

O caso posto pelo Sr. Dr. Frank Holliday tem dois aspectos distintos:

- um, que se baseia no antecedente de uma tradução de um dos discursos de S.Ex^a o Presidente do Conselho, lhe ter sido paga a 2\$50 a linha, conforme despacho do Senhor Secretário Nacional (Dr. Eduardo Brazão) que mandava aplicar aquela tabela por ser a mais alta (o que, aliás, nestes serviços apenas se praticou em pagamento nas traduções dos discursos referidos).
- Outro, que diz respeito à maior dificuldade e responsabilidade das traduções dos textos referidos, acrescidas, ainda, da extrema urgência com que sempre são solicitadas.

O primeiro aspecto, parece estar fora de discussão, uma vez que a tabela foi alterada por quem de direito. Mas o segundo, parece atendível, tanto mais que a diferença entre as duas tabelas aprovadas – \$40 por linha – não se nos afigura, na verdade, compensatória no caso das traduções dos discursos de S. Ex^a o Presidente do Conselho – e só neste.

Do Ministério dos Negócios Estrangeiros informaram-me que a tabela ali aplicada é de 25\$00 por 20 linhas dactilografadas, quer dizer, um pouco mais baixa do que a nossa tabela normal. (...) Mesmo assim, porém, a nossa tabela mais elevada faz apenas uma diferença de \$55 para mais – o que, no caso em questão, permito-me repeti-lo, não parece suficientemente compensatório da urgência, responsabilidade e dificuldade do trabalho exigido.¹³⁷

Verificamos nesta carta três aspectos que importa salientar. Em primeiro lugar, o critério da urgência. Em segundo lugar, e talvez mais importante, encontramos uma introdução clara e bastante pertinente de uma quinta variante para o cálculo do pagamento de traduções – se a tabela de 1958 institucionalizou quatro (tradução vulgar, tradução técnica, retroversão vulgar, retroversão técnica), esta carta e o processo que se lhe seguiu veio institucionalizar a prática de pagar mais pela tradução das palavras de Oliveira Salazar.

¹³⁷ Carta de Flório de Vasconcelos de 20 de Junho de 1958, *idem*. O sublinhado é original.

O terceiro aspecto a ter em conta, e que nos servirá de conclusão a esta parte, é a aparente cedência do SPN/SNI a praticamente todas as reivindicações dos tradutores. Um organismo que pretende ser ele próprio a pautar os pagamentos, em face de uma contínua luta na busca de bons tradutores, acaba por levar à progressiva valorização destes. O prolífico chefe da 2ª Repartição, António Tavares de Almeida, é quem confirma e justifica esta posição:

Não nos temos poupado a esforços para conseguir o melhor, nem temos, sequer, regateado o estipêndio que pediam para os seus trabalhos e continuamos a lutar com a mesma melhor boa vontade para obter resultados que nos satisfaçam e não dêem lugar a reparos legítimos.¹³⁸

O valor da expansão das publicações do Secretariado depende muito da colaboração que os tradutores tão valiosamente prestam à nossa actividade.¹³⁹

Estas palavras de António Tavares de Almeida, bem como outras citadas anteriormente, tais como as de Flório de Vasconcelos, demonstram bem o reconhecimento da importância da tradução e dos tradutores no mecanismo de propaganda do SPN/SNI. Mesmo não sendo prática comum no período em estudo, é de estranhar que trabalho tão valorizado no Secretariado não merecesse mais algum reconhecimento, nomeadamente através da identificação do tradutor nas publicações, uma situação que (como referimos anteriormente), tanto quanto pudemos observar, nunca ocorreu. Apesar do reconhecimento em palavras por parte dos dirigentes do Secretariado, parece ter havido uma recusa em permitir qualquer sinal de co-autoria, por muito pequeno que fosse – preservava-se desta forma a legitimidade dos textos originais de qualquer contaminação. O texto original transcende a tradução, tornando-se o tradutor em não mais do que um veículo actuante a um nível meramente formal – uma peça invisível do mecanismo. A questão da invisibilidade do tradutor é examinada e reprovada por Lawrence Venuti, na sua obra *The Translator's Invisibility*¹⁴⁰. Para os propósitos do Secretariado, contudo, a invisibilidade era desejável. Veremos a seguir como a realidade era diferente.

¹³⁸ Carta de António Tavares de Almeida a José Manuel da Costa, de 10 de Julho de 1956, *idem*.

¹³⁹ Carta de António Tavares de Almeida a Frank Holliday, de 4 de Agosto 1956, *idem*.

¹⁴⁰ “A translated text, whether prose or poetry, fiction or nonfiction, is judged acceptable by most publishers, reviewers, and readers when it reads fluently, when the absence of any linguistic or stylistic peculiarities makes it seem transparent, giving the appearance that it reflects the foreign writer’s personality or intention or the essential meaning of the foreign text—the appearance, in other words, that the translation is not in fact a translation, but the “original.” The illusion of transparency is an effect of fluent discourse, of the translator’s effort to insure easy readability by adhering to current usage, maintaining continuous syntax, fixing a precise meaning. What is so remarkable here is that this illusory effect conceals the numerous conditions under which the translation is made, starting with the translator’s crucial intervention in the foreign text. The more fluent the translation, the more invisible the translator, and, presumably, the more visible the writer or meaning of the foreign text”, in Lawrence Venuti, *The Translator's Invisibility*, London, Routledge, 1995, p. 1-2.

2.3 O significado das palavras: teoria da tradução no SPN/SNI

Não se encontra entre a documentação analisada nenhuma indicação da existência de qualquer tipo de política de tradução com uma base teórica definida. O que se encontrámos foram textos, normalmente revisões de traduções, ou algum tipo de correspondência com contornos mais críticos, em que os respectivos autores fazem pequenas alusões àquilo que entendem ser uma tradução ideal, mais em forma de anotações rápidas sobre a qualidade do texto do que de discussão ou aplicação de teorias estabelecidas.

Existe, contudo, uma excepção a esta panóplia de comentários curtos. No ano de 1961, o revisor Henry Tosti Russell elaborou um parecer em que dava a sua opinião sobre duas traduções inglesas de um mesmo texto, um discurso de António de Oliveira Salazar intitulado “Portugal e a Campanha Anticolonialista”, proferido a 30 de Novembro de 1960. Em apenas duas páginas dactilografadas, este revisor, a fim de justificar a sua escolha, estabelece alguns parâmetros que devem pautar aquilo que entende ser uma boa tradução. Vamos analisar dois excertos¹⁴¹:

In my view, literal translations are unsatisfactory, because while they are accurate in words, those words written in another language often convey the thought behind the word with no little inaccuracy. (...)

The only way Portuguese can be made “readable” in the English language, with any real degree of accuracy in regard to the THOUGHTS expressed, is to allow considerable latitude in the choice of words so as to enable the translator to produce equivalent THOUGHTS. It is only by the judicious use of equivalent words and sentences that the translator can convey in readable English the accurate expression of THOUGHT, even though the words used may frequently depart from the original text.¹⁴²

No primeiro parágrafo encontramos desde logo uma crítica à tradução literal, acusada de levar frequentemente à perda de sentido do texto traduzido, na sua ânsia de transmitir as mesmas palavras. Esta preocupação não é propriamente a última novidade no que diz respeito à teoria da tradução – o debate sobre esta matéria era já milenar. Na verdade, em termos de uma aproximação a uma teoria sistemática da tradução, Tosti Russell parece estar muito próximo do pensamento sobre tradução anterior ao século XX: a sua principal preocupação parece centrar-se na oposição tradicional entre conteúdo e forma, no debate infrutífero entre tradução literal, palavra por palavra, ou tradução livre, sentido por sentido¹⁴³. A ideia de que a melhor tradução é a que se preocupa mais com a comunicação

¹⁴¹ O documento integral está disponível em anexo (doc. 4, p. 97).

¹⁴² In caixa 4006, porta-fólio 2, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹⁴³ “Much of translation theory from Cicero to the twentieth century centred on the recurring and sterile debate as to whether translations should be literal (word-for-word) or free (sense-for-sense)”. In Jeremy Munday, *Introducing*

da mensagem ao invés das palavras é uma das questões mais discutidas ao longo da História da Teoria da Tradução. Entre os pensadores mais influentes que se dedicaram a este questão devem contar-se vários nomes. Desde logo, Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.). Em *De optimo genere oratorum* (46 a.C.), introdução à sua tradução de discursos dos gregos Ésquines e Demóstenes, Cícero afirma:

Não traduzi como o intérprete [tradutor literal], mas como o orador, com os mesmos pensamentos e formas como se fossem figuras, com palavras adequadas à nossa língua. Não tive necessidade de traduzir palavra por palavra, mas mantive o mesmo modo das palavras e a sua força.¹⁴⁴

Tomando Cícero como um dos suportes para a sua prática de tradução, encontramos São Jerónimo (347-420), que o cita na sua *Carta a Pamáquio* (uma defesa contra ataques promovidos contra a sua capacidade enquanto tradutor, acusando-o de falta de fidelidade ao original), e acrescenta:

Pela minha parte, realmente, não apenas confesso, mas proclamo a plenos pulmões que quando traduzo os textos gregos – que não sejam as Sagradas Escrituras (onde até a estrutura da frase é mistério) – não é palavra a palavra, mas o sentido que eu exprimo.¹⁴⁵

São Jerónimo faz uma importante ressalva no que toca à tradução da *Bíblia*. A questão da tradução bíblica foi sempre um dos problemas associados ao debate entre tradução literal e tradução livre. Se São Jerónimo entendeu que na palavra sagrada não se devia tocar, já Martinho Lutero (1483-1546) teve outra opinião. Para este teólogo alemão, autor da primeira tradução integral da *Bíblia* para a sua língua, o importante era comunicar o conteúdo das Sagradas Escrituras numa linguagem mais acessível para o público-alvo, recorrendo a palavras, expressões e construções sintáticas comuns na língua do povo. No século XVII, John Dryden (1631-1700) tornou a centrar-se na oposição entre tradução literal e tradução livre. Durante muitos anos considerado como o autor da primeira teoria sistemática da tradução, apresentou no prefácio à sua tradução das *Epistulae ex Ponto*, de Ovídio (1680), uma tipologia tripartida de tradução: metáfrase (a tradução literal, palavra por palavra), paráfrase (que subentende uma interpretação do pensamento original e sua reprodução noutra língua sem se ater às palavras) e imitação (em que o tradutor assume uma maior liberdade, fugindo aos dois pontos anteriores). Dryden considerava a paráfrase como o melhor tipo de tradução¹⁴⁶.

Translation Studies, London, Routledge, 2001, p. 33.

¹⁴⁴ In Marco Túlio Cícero, *De Optimo Genere Oratorum*, in <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/optgen.shtml> (a tradução do latim para português é nossa).

¹⁴⁵ In São Jerónimo, *Carta a Pamáquio sobre os problemas da tradução*, Lisboa, edições Cosmos, 1995, p. 61 (tradução do latim para português de Aires Nascimento).

¹⁴⁶ Para uma informação mais detalhada sobre o pensamento sobre tradução anterior ao século XX, ver Douglas

Apesar desta proximidade de Tosti Russel a ideias avançadas muito antes do período em estudo, não se pode ignorar, no segundo parágrafo citado, a existência de alguns conceitos-chave, porventura já mais próximos do vocabulário da Teoria da Tradução: “latitude”, “equivalence” e “readability”.

Quando refere “latitude”, Tosti Russell quer dizer que deve ser dado ao tradutor grande espaço de manobra na forma como aborda os textos, em especial quando se trata de traduzir uma prosa tão complexa quanto a de Salazar. Segundo o próprio, esse espaço nem sempre é permitido nas traduções para o Secretariado, e como consequência o resultado final é muitas vezes pautado pela imperfeição: “The translations of Salazar speeches are required: 1) To stick closely to the text. 2) To be done with urgency. Neither of these conditions give the translator a fair chance to produce really high class work”¹⁴⁷. Como se pode ler na citação, esta preocupação de Tosti Russell com a “latitude” também inclui uma preocupação com os prazos apertados a que os tradutores de discursos de Salazar se vêm submetidos, uma pressão nada bem-vinda e injusta, que acaba por prejudicar a qualidade do trabalho final.

É fácil descobrir nas palavras de Henry Tosti Russell algumas semelhanças com as ideias de John Dryden. A segunda categoria avançada por Dryden, a paráfrase, e sua preferida, é por ele também chamada *translation with latitude*¹⁴⁸. Não é de todo impossível que Henry Tosti Russel, um jornalista americano com actividade de tradutor, tivesse acesso a estas perspectivas sobre a tradução, mas não há forma de o comprovar. Ao falar de equivalência do pensamento em detrimento da equivalência no tocante à forma, e ao explicar a sua opinião sobre esse processo, Tosti Russell não está muito longe da posição de Cícero. Contudo, também não podemos dizer que se afasta muito das teorias de Eugene Nida, em especial da sua ideia de “equivalência dinâmica” (apresentada três anos depois das palavras de Tosti Russell, em *Toward a Science of Translating*), que pressupõe uma adequação da linguagem às capacidades do público receptor, afastando-se do texto de origem de forma a transmitir com maior eficácia a mensagem¹⁴⁹. É uma abordagem que Tosti Russell julga ser por vezes necessária quando se trata de traduzir o discurso de Salazar, ao referir que a política do Secretariado, segundo a qual a tradução se deve ater ao texto original, conduz à imperfeição.

No capítulo da legibilidade, há indícios que apontam para alguma preocupação do Secretariado com este aspecto. Como se pôde constatar aquando da análise da origem social e profissional dos

Robinson (ed.), *Western Translation Theory from Herodotus to Nietzsche*, Manchester, St. Jerome Publishing, 1997.

¹⁴⁷ In caixa 4006, porta-fólio 2, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹⁴⁸ “The second way is that of paraphrase, or translation with latitude, where the author is kept in view by the translator, so as never to be lost, but his words are not so strictly followed as his sense, and that too is admitted to be amplified, but not altered”. John Dryden, “Preface” to *Ovid’s Epistles*, in Douglas Robinson, *op. cit.*, p. 172.

¹⁴⁹ In Jeremy Munday, *op. cit.*, p. 42.

tradutores, parece ter havido uma grande preferência, no que às traduções para língua estrangeira diz respeito, por tradutores falantes nativos da mesma língua que o público-alvo, o que demonstra uma clara preocupação com a qualidade do texto de chegada e sua acessibilidade e facilidade de leitura para esse mesmo público, a *readability* de que falava Tosti Russell.

Por certo, não terá sido sempre assim: o português Luís Marques, activo entre Maio de 1935 e Abril de 1941, foi o principal tradutor para a língua inglesa durante este período e, como vimos atrás, o seu trabalho não terá dado razões de queixa. Contudo, como tradutores do boletim *Portugal* (a principal actividade de Luís Marques no SPN), sucederam-lhe catorze tradutores até Julho de 1958, sendo dez deles de origem anglo-americana, e ainda um português com apelido estrangeiro¹⁵⁰.

Na versão francesa do mesmo boletim, os portugueses parecem ter sido os preferidos, talvez por ser maior o seu contacto com a língua francesa do que com a língua inglesa. A pianista Alice da Câmara Santos Halffter foi responsável pelas edições desde o lançamento até Janeiro de 1938, sendo brevemente substituída por Madalena Ferreira Borges antes do aparecimento de Eduardo de Latorre Lisboa, o principal tradutor no longo período entre Março de 1938 e Setembro de 1955. A actividade deste tradutor não esteve, no entanto, isenta de críticas, tendo o seu francês sido apontado como “aportuguesado”¹⁵¹. Todos os outros tradutores, contemporâneos ou posteriores a Latorre Lisboa, parecem ter sido franceses, embora nenhum deles tenha apresentado trabalho tão regular quanto o português¹⁵².

Também nas traduções para alemão o Secretariado parece ter começado por recorrer a portugueses para depois os preterir em favor de estrangeiros. Joaquim Baptista Sabino e Costa e António Bonito foram os principais responsáveis pelas traduções para alemão entre Março de 1938 a Agosto de 1942, tendo Francisco Costa executado ocasionalmente trabalhos de tradução. No final de 1941 aparece nas despesas do Secretariado o nome de Hildegard Albuquerque Bettencourt que, apesar dos apelidos, era de nacionalidade alemã e apresentava já curriculum de tradução, publicando nesse ano, juntamente

¹⁵⁰ Aubrey Bell (1939-40), Henry Hughes (1941), João Cyrillo Machado (1941-44), Gower Gibbon (1944-47), Edward Lloyd (1947-48), Ernest Westlake (1947-48), Maria Amália Lloyd (1948-49), Manuel de Almeida (1949), Edward J. Summers (1949), John Alexander Roemmele (1949-50), Valery Forman (1949-52), John D. Hampton (1952-56), Jorge Rosa (1957), Frank Holliday (1956-??). In várias caixas, “Relação discriminada das despesas efectuadas” *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹⁵¹ “De Francês vim encontrar, como tradutor, o senhor Lisboa que era, na generalidade, considerado aportuguesado (sendo, aliás, português e há muitos anos empregado na Companhia dos Fósforos, o que lhe tirava o contínuo contacto com a língua francesa)”. Carta de António Tavares de Almeida de 10 de Julho de 1956 a José Manuel da Costa, caixa 2622, porta-fólio “Tradutores e pedidos de emprego”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹⁵² Jean Haupt foi um dos tradutores mais activos do Secretariado, mas o seu papel na tradução do boletim *Portugal* foi muito limitado.

com Fernando Lopes Graça, uma tradução de *Tristan*, de Thomas Mann¹⁵³. Foi esta tradutora a primeira e principal responsável pelas traduções para a edição alemã do boletim *Portugal*, sendo substituída por Hermann Pflüger e outros (raros) tradutores de origem germânica¹⁵⁴.

A análise destes factores permite-nos supor que, a existir um modelo de tradução ideal no Secretariado, não ficaram provas visíveis da sua existência, apenas indícios de algumas preocupações, normalmente colocadas pelos próprios tradutores ou pelos revisores. No texto de Henry Tosti Russell, por exemplo, é constante a inquietação com o tempo permitido aos tradutores para a conclusão de um trabalho. Sob esse aspecto não foi o único a protestar, como se viu anteriormente nas reclamações de Frank Holliday e de Henri Lebre.

Mas a final de contas, quão afectadas pelas restrições temporais e, possivelmente, também estilísticas, eram as traduções? Para fazer alguma luz sobre esta questão, decidimos examinar uma delas. Trata-se da tradução inglesa de um discurso de António de Oliveira Salazar, intitulado “O Caso de Goa”, proferido originalmente a 30 de Novembro de 1954¹⁵⁵. Não é uma escolha ditada pelo acaso – trata-se de um discurso que é proclamado num momento de grande instabilidade a nível colonial, devido à ameaça da União Indiana sobre o Estado Português da Índia e aparente falta de apoio internacional a Portugal. É um texto cuja tradução é fulcral em virtude do conteúdo, uma acirrada defesa dos interesses portugueses com base em forte parâmetros legais e humanos e, como tal, revestido de grande interesse para este estudo.

Comparando o discurso original com a sua versão em inglês, parece tratar-se de uma tradução predominantemente literal, ao ponto de quase traduzir parágrafos inteiros palavra por palavra. No entanto, verifica-se alguma diferença no nível de língua e na construção frásica – a escolha de algumas palavras, pequenas alterações à localização da informação nas frases ou a divisão dos períodos portuguesas em unidades mais pequenas na versão inglesa tornam a tradução um pouco mais clara e directa do que o original português.

¹⁵³ “De nacionalidade alemã e residente na altura [1941] em Lisboa, Hildegard Bettencourt colaborou também no empreendimento translatório que o músico-compositor fez suceder a *Tristão*: a já referida tradução de *Kleider machen Leute*”, in Ana Isabel Gouveia Boura, “Fernando Lopes-Graça, tradutor literário: a versão portuguesa da novela *Tristan* de Thomas Mann”, in *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, 09, Universidade do Porto, 1992, p. 234.

¹⁵⁴ Com o final da Segunda Guerra Mundial e o fim do nacional-socialismo, a produção em língua alemã do Secretariado decresceu bastante, sem contudo ter desaparecido totalmente. Em especial, a versão alemã do boletim (*Portugal: Nachrichtenblatt für politische, wirtschaftliche und kulturelle Angelegenheiten*) teve vida curta – lançada em Janeiro de 1942, foi publicada pela última vez em Julho de 1945.

¹⁵⁵ Não conseguimos encontrar nos arquivos do Secretariado a indicação do tradutor deste discurso. Porém, os dados de que dispomos indicam John D. Hampton como o principal tradutor para inglês no Secretariado entre 1952 e 1956. Relembramos que este mesmo autor foi citado num relatório do Secretariado (*vide supra*, página 43) pela má qualidade das suas traduções.

Não se justifica uma análise do discurso na íntegra, uma vez que as estratégias utilizadas não são assim tão numerosas que não possam ser identificadas com o recurso à análise de alguns excertos, permitindo-nos traçar um panorama geral da tradução. Para esta comparação entre o original e tradução recorreremos ao modelo de Jean-Paul Vinay e de Jean Darbelnet. Este modelo clássico de comparação estilística foi pela primeira vez apresentado pelos autores no livro *Stylistique Comparée du Français et de l'Anglais*¹⁵⁶, em 1958. Uma vez que o Secretariado esperava dos seus tradutores um trabalho desejavelmente literal, e que os tomadores de trabalhos assumiam o acordo tácito de não proceder à mínima intervenção ideológica, a tradução orientava-se pelos critérios de uma reprodução semântica rigorosa e do respeito pelas normas estilísticas de cada uma das línguas. Encontramo-nos, por isso, no domínio privilegiado da Estilística Comparada, campo eleito para as abordagens tomadas pelos linguistas Vinay e Darbelnet. Passamos a explicar este modelo de forma muito sucinta.

Vinay e Darbelnet identificam duas estratégias de tradução: “tradução directa” e “tradução oblíqua”. Estas estratégias compreendem sete procedimentos de tradução: “empréstimo”, “decalque”, “tradução literal” (estratégias de “tradução directa”), “transposição”, “modulação”, “equivalência” e “adaptação” (estratégias de “tradução oblíqua”). O “empréstimo” absorve expressões da língua de partida, por vezes devido à ausência de palavra semelhante na língua de chegada, outras por uma questão de estilo; o “decalque” é uma variação do “empréstimo” em que a expressão ou estrutura presente no texto de partida é traduzida literalmente; a “tradução literal” compreende a tradução palavra por palavra. Ao contrário de muitas das perspectivas que analisámos anteriormente, para Vinay e Darbelnet a tradução literal é aquela que mais se aproxima da boa tradução¹⁵⁷. Quando não é possível proceder à tradução directa (em especial à tradução literal), os autores recomendam o recurso aos quatro procedimentos de tradução oblíqua: a “transposição”, uma mudança do discurso sem que haja lugar à perda do sentido, que poderá ser obrigatória ou opcional; a “modulação”, que pressupõe uma alteração semântica do discurso e do ponto de vista por incompatibilidade com as formas da língua de chegada; a “equivalência”, uma transposição que abrange estruturas e imagens diferentes, muito utilizada na tradução de expressões idiomáticas e provérbios; e a “adaptação”, uma alteração da referência cultural quanto esta é desconhecida na língua de chegada, uma equivalência de sentido com conteúdo cultural. No exame do original, e também da tradução, Vinay e Darbelnet recomendam a divisão do texto naquilo a que chamam “unidades de tradução”: para os dois autores, deve entender-se

¹⁵⁶ Jean-Paul Vinay e Jean Darbelnet, *Stylistique Comparée du Français et de l'Anglais*, Paris, Didier, 1958.

¹⁵⁷ “Literalness should only be sacrificed because of structural and metalinguistic requirements and only after checking that the meaning is fully preserved”, Jean-Paul Vinay e Jean Darbelnet, *Comparative Stylistics of French and English: a Methodology for Translation*, translated by J. C. Sager and M. J. Hamel, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1995, p. 288.

por “unidade de tradução” “the smallest segment of the utterance whose signs are linked in a such a way that they should not be translated individually”¹⁵⁸. Analisemos então alguns excertos:

Que na formulação ou na aplicação prática das regras que derivam daquelas grandes linhas de orientação se vão administração e política adaptando às novas circunstâncias, necessidades, possibilidades de pessoas e meios materiais, não há que discutir, e tudo o que é razoável se pode fazer sem atingir a essência do que se pretende alcançar quanto à progressiva integração das províncias ultramarinas no todo nacional.¹⁵⁹

It goes without saying that in the formulation or practical application of the rules deriving from those main guiding principles, policy-makers and administrators adapt themselves to new conditions and to human and material needs and possibilities. Everything that is reasonable can be done without touching the essence of our goal of progressively integrating the Overseas Provinces in the national whole.¹⁶⁰

A tradução do longo período segue muito de perto as sugestões lexicais e sintáticas do texto português, estando nós perante um exemplo (na sua maioria) daquilo a que Vinay e Darbelnet chamam “tradução literal” na maior parte das unidades de tradução. Há também um exemplo de “decalque” na tradução de “Províncias Ultramarinas” como “Overseas Provinces”. Não obstante, observamos algumas incidências de “tradução oblíqua”, nomeadamente exemplos de “modulação”, consubstanciada na alteração de perífrases verbais, entre o gerúndio português “se vão (...) adaptando” e o presente inglês “adapt”; ou no uso da metonímia (abstracto por concreto: “administração e política” por “policy-makers and administrators”). Temos também um exemplo de “transposição” quando se procede ao abandono do hipérbato em favor de uma construção mais linear. Numa tentativa de tornar o parágrafo mais simples procedeu-se à sua divisão em dois períodos, opção repetida várias vezes no texto inglês.

O exemplo que se segue é talvez mais explícito na apresentação desta estratégia de segmentação de períodos longos em português em unidades mais pequenas em inglês:

Para estas operações, a União Indiana preparou previamente as condições de êxito, não permitindo de bastante tempo antes o reforço das pequenas guarnições locais e cercando Damão, de onde poderia ser enviado esse reforço, com tão numerosos efectivos que temos de considerá-los desproporcionados à simples vigilância da fronteira.

¹⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 21.

¹⁵⁹ In António de Oliveira Salazar, *O Caso de Goa*, Lisboa, edições SNI, 1954.

¹⁶⁰ In António de Oliveira Salazar, *The Case of Goa*, Lisboa, edições SNI, 1954.

The Indian Union has prepared the ground in advance for the success of these operations. For quite some time she had not permitted the reinforcement of the small local garrisons. She had surrounded Damão, from where reinforcements could have come, with large forces which unquestionably bore no proportion to the requirements of mere frontier control.

Um longo período é, assim, decomposto em três – a mensagem torna-se mais explícita e evidente, e a sua compreensão é facilitada. Finalmente, outra estratégia recorrente no texto é a inversão de premissas numa frase de uma língua para a outra. Salazar exagerava no uso do hipérbato, recurso que já vimos no primeiro exemplo, e que recuperamos no excerto seguinte, que é também um dos que mais foge à tentação da tradução literal:

O pacifismo, a neutralidade e a «não-violência» pretende a União Indiana que definam internacionalmente a sua orientação externa.

The Indian Union wants the world to recognize pacifism, neutrality and «non-violence» as the distinguishing marks of her foreign policy.

O hipérbato é novamente abandonado em favor do discurso linear. Mais uma vez, assistimos a um caso de tradução oblíqua através do recurso à “modulação” conforme definida por Vinay e Darbelnet, quando o advérbio “internacionalmente” é substituído pelo nome “the world”. Alguma perda de força na tradução de “definem” como “recognize” é compensada com o recurso “transposição” e a introdução, na versão inglesa, da expressão “distinguishing marks”, ausente no original.

Se adoptarmos a perspectiva de Vinay e Dalbernet, que privilegiam como método, sempre que possível, a tradução literal, podemos dizer que esta tradução seria uma tradução de boa qualidade, uma vez que é extremamente fiel à versão português, revelando um considerável respeito pelo original, sobretudo em relação ao conteúdo. Contudo, tendo em conta outras perspectivas, em especial as apontadas por Henry Tosti Russel, que têm como base o debate milenar entre tradução literal e tradução livre, nota-se uma grande falta de naturalidade no discurso em inglês. O último excerto citado é uma das poucas exceções a esta regra, já que a sua distância em relação a uma tradução literal lhe garante uma maior fluidez.

O resto do discurso pauta-se essencialmente pela tradução directa e literal. A literalidade era uma estratégia que, aos olhos do cliente, garantia a qualidade do produto. Na lógica do sistema, esperava-se do tradutor um estatuto de invisibilidade para que as palavras do original chegassem de forma transparente ao destinatário estrangeiro. No entanto – e é este o eterno paradoxo da tradução – para que o texto fosse recebido sem estranheza tornava-se necessária a intervenção do tradutor. Neste ponto de

negociação, o tradutor não quer, ou não consegue, afastar-se o suficiente do português para dar à versão inglesa a naturalidade de um texto original, de forma a tornar-se verdadeiramente invisível. Na perspectiva de Venuti, estaríamos perante o caso de um tradutor salutarmente visível – mas, convenhamos, não seria esse o propósito nem do iniciador nem do próprio tradutor.

Quanto à questão sobre se alguém dentro do Secretariado terá encorajado o tradutor a proceder desta forma, fica sem resposta. Isto porque os poucos exemplos de uma possível orientação tradutória que apresentámos serão porventura poucos para chegar a uma conclusão e traçar um panorama geral que se pretende correcto e verdadeiro. O que estes dados nos indicam é que parece ter existido claramente uma preocupação em vender o produto, mas não em subverter a mensagem – os elementos que programavam e encomendavam a tradução não deixaram documentação oficial que indicasse qualquer tipo de pressão sobre os tradutores no sentido de seguir uma estratégia programada de acordo com as pretensões e objectivos do mecanismo de propaganda. Há uma preocupação manifesta no que respeita à qualidade, mas essa ideia de qualidade nunca foi claramente definida.

Na investigação que levámos a cabo no Fundo do Secretariado Nacional da Informação, apesar de termos encontrado abundante informação relativa à tradução, incluindo provas de correcção e pareceres de revisores, nunca encontramos nada que se assemelhasse a uma directiva oficial de tradução, nunca encontramos qualquer tipo de censura, nem sequer nenhum reparo que chamasse a atenção para algo mais do que questões de estilo literário. Isto não significa que não existissem - há indícios de situações que se passaram presencialmente ou através de contacto telefónico, pelo que não deixaram um registo oficial escrito na documentação do Secretariado (correspondência notificando encontros, pedidos de esclarecimento sobre acordos verbais, etc.). Talvez existisse, tacitamente, um acordo de cavalheiros entre os dirigentes do Secretariado e os tradutores. No entanto, no que respeita a um carácter oficial, apenas podemos afirmar a única interferência dos dirigentes na tradução começava na escolha dos textos a traduzir e acabava na escolha do tradutor, sendo que a única restrição imposta pelos que encomendam as traduções dizia respeito aos prazos e aos preços, e raramente ao conteúdo ou à forma.

Conclusão

Mais do que uma obra de fundo sobre a tradução em organismos do Estado Novo, este trabalho está mais próximo de uma amostra do que se pode fazer neste campo. Como tal, deixa diversas questões por responder. Seria sempre difícil, no âmbito do tema tratado, fazer um balanço da actividade de propaganda no estrangeiro do Secretariado - em primeiro lugar porque não nos permitimos fazer uma análise profunda do período para além do final da década de 50; em segundo lugar, porque seria necessária uma pesquisa exaustiva entre a imprensa estrangeira para confirmar e aprofundar os dados apresentados pelo Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional da Informação, por exemplo, no relatório de 1952 sobre os sucessos da propaganda no estrangeiro, procurando analisar até que ponto a expedição de publicações e o contacto com personalidades cuidadosamente seleccionadas contribuíram para a promoção do país. Embora de grande e inegável interesse, tal empreendimento não cabe a este trabalho¹⁶¹.

Mas também no aspecto da tradução deixamos perguntas sem resposta. Por exemplo, não conseguimos encontrar uma justificação para a elisão dos nomes dos tradutores nas publicações – mesmo não sendo uma prática anormal no mundo editorial antes da década de 60, o reconhecimento e o elogio ao seu trabalho dentro do Secretariado não foram suficientemente ponderosos ao ponto de permitir incluir o nome dos tradutores nas diversas obras, panfletos e revistas publicados pelo SPN/SNI. Não sabemos sequer se foi opção dos editores ou, por alguma razão, dos próprios tradutores.

Da mesma forma, e como vimos no final da segunda parte, também não podemos afirmar com toda a certeza que existiu uma política de tradução no Secretariado. Na verdade, a única conclusão que podemos tirar dos dados analisados é a de que ela não existiu, pelo menos oficialmente. Encontram-se algumas ideias relatadas em segunda mão, como no exemplo do parecer de Henri Tosti Russell, que nos diz simplesmente que se espera das traduções que se atenham o mais possível ao original. Não se podem tirar grandes certezas sem um trabalho de investigação mais aprofundado, que inclua o contacto com alguns dos tradutores ou com os seus descendentes, a fim de averiguar sobre a existência de

¹⁶¹ Seria, contudo, bastante facilitado com o apoio da tese de Mestrado em História Contemporânea de Maria João Pina sobre a relação da imprensa estrangeira com Salazar e com o Estado Novo: Maria João Pina, *As Imagens de Salazar no Estrangeiro*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000.

correspondência sem cariz oficial ou contactos telefónicos ou em pessoa com elementos do Secretariado, tendo em vista a orientação do trabalho de tradução.

No entanto, podemos chegar a algumas conclusões. Desde logo, foi para nós motivo de grande satisfação ter podido revelar muitos dos nomes envolvidos nas traduções para o Secretariado (a final de contas foi esta a primeira questão que surgiu no nascimento deste estudo), com alguma pena por não termos descoberto todos, nem termos podido aprofundar o conhecimento de muitos, para além de um simples nome numa folha de despesas. Graças às informações que obtivemos sobre muitos deles, conseguimos apurar que existiu, no período em estudo, uma grande preferência por tradutores de origem estrangeira, recrutados principalmente entre académicos e jornalistas, não obstante outras carreiras, havendo muito pouco recurso (talvez por escassez) a tradutores ditos profissionais. Tal opção poderia representar uma preocupação dos responsáveis pela propaganda com o conteúdo original. Outra conclusão que se poderá tirar da análise dos elementos presentes no Fundo do Secretariado Nacional da Informação é a de que, para os responsáveis do organismo bem como para muitos dos tradutores que se ofereciam para aí trabalhar, para se traduzir bastava ter um bom conhecimento de mais do que uma língua.

A análise da cadeia de tradução permitiu-nos fazer alguma luz sobre o funcionamento de uma indústria de publicação tão *sui generis* como era o SPN/SNI, revelando alguns processos em torno da escolha do material a traduzir, das motivações implícitas e das diligências tomadas, que podem servir de modelo a um panorama geral. De grande interesse é também a relação entre o organismo e os tradutores que este empregava, relação essa pautada, tanto quanto pudemos perceber, por um grande respeito mútuo, em que os tradutores eram considerados como colaboradores de grande valor (e forma diversos os testemunhos dos dirigentes do Secretariado que disso deram conta) mas na qual existiu muito pouco espaço para negociação no capítulo das remunerações, um problema que suscitou diversos protestos ao longo do tempo.

Já da parte do organismo as reclamações prenderam-se com o problema da qualidade das traduções, “uma cruz permanente nos serviços”, como afirmava António Tavares de Almeida. Não obstante a colaboração regular e prolongada de alguns elementos, os serviços de tradução no Secretariado foram uma verdadeira roda-viva, com constantes entradas e saídas de tradutores, numa busca incessante não só pela melhor tradução, mas também pela melhor qualidade do texto na língua de chegada. Afinal, interessava ao organismo de propaganda que a sua mensagem fosse assimilada e recebida com o maior brilho possível, pretendendo-se por isso dotar o Secretariado de bons tradutores

bem como de bons escritores, especialmente quando o texto original era documentação sensível, como seria o caso dos discursos de António de Oliveira Salazar.

No caso concreto da tradução dos discursos do Presidente do Conselho, quase que podemos traçar um paralelo entre a tradução dos seus textos e a perspectiva hieronimita de tradução da *Bíblia*, quase como se às palavras de Salazar fosse dada a importância de palavra sagrada, que devia ser respeitada e traduzida o mais próximo do original possível, chegando mesmo a existir um critério de pagamento de traduções que colocava a linguagem de Salazar acima de todas as outras. Também a recusa de Salazar em aceitar a proposta de T. S. Eliot para a tradução do título de *Discursos* como *The Rebirth of a Nation* poderá indicar uma preferência por formas menos poéticas, logo menos livres. A sua opção pelo bem mais directo *Doctrine and Action* é disso indício.

Apesar da brevidade e incapacidade em responder a todas as questões, gostaríamos de pensar que ficou bem patente ao longo deste trabalho a importância histórica do assunto apresentado. No que toca ao estudo da propaganda do Estado Novo, esperamos ter contribuído para a investigação neste campo com uma abordagem sobre um aspecto ainda pouco estudado. Pouco existe sobre política oficial de propaganda no estrangeiro, que explore com mais pormenor as estratégias e os meios de distribuição utilizados. Neste trabalho fizemos alguma luz sobre esse aspecto, revelando como era importante uma acção complexa e organizada de divulgação de informações cuidadosamente seleccionadas, tendo em vista resultados políticos bem definidos, muitas vezes de acordo com o ambiente internacional em relação a Portugal e ao Estado Novo.

No que respeita à investigação histórica da tradução, bastaria uma rápida análise do volume de publicações editadas em língua estrangeira durante os anos de actividade do Secretariado para se verificar a importância da tradução na estratégia global de divulgação de propaganda do Estado Novo. No entanto, o estudo do papel por ela assumido não é proporcional à importância que teve, e que nós próprios abordámos de uma maneira não tão aprofundada como seria nosso desejo neste trabalho. O tópico da tradução no Secretariado é por vezes referido de forma extremamente passageira na bibliografia sobre o assunto, mas na maioria das vezes não é mencionado nem numa nota de rodapé. Se é verdade que o campo de investigação da tradução durante o Estado Novo é ainda demasiado vasto e complexo, esperamos que esta aproximação mais circunstanciada a um episódio específico (embora de longa duração, é certo) seja um contributo de valor para o panorama geral da História da Tradução em Portugal, e um ponto de partida para outros trabalhos visando esta temática.

Fontes e Bibliografia

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Fundo do Secretariado Nacional da Informação:

- caixa nº 66 (Relação discriminada das despesas efectuadas 1946-1948);
- caixa nº 79 (Relação discriminada das despesas efectuadas 1941-1942);
- caixa nº 173 (Relação discriminada das despesas efectuadas 1953-1954);
- caixa nº 494 (Correspondência Recebida 1932-1951);
- caixa nº 549 (Correspondência Recebida 1936-1951);
- caixa nº 577 (Correspondência Recebida 1940-1948);
- caixa nº 809 (Publicações Várias 1936-1961);
- caixa nº 1097 (Relação discriminada das despesas efectuadas 1957);
- caixa nº 1352 (Relação discriminada das despesas efectuadas 1950-1951);
- caixa nº 1404 (Relação discriminada das despesas efectuadas 1948-1949);
- caixa nº 1455 (Relação discriminada das despesas efectuadas 1956);
- caixa nº 1528 (Relação discriminada das despesas efectuadas 1939-1940);
- caixa nº 1544 (Relação discriminada das despesas efectuadas 1942-1943);
- caixa nº 1624 (Relação discriminada das despesas efectuadas 1957-1958);
- caixa nº 1643 (Relação discriminada das despesas efectuadas 1952-1953);
- caixa nº 1644 (Relação discriminada das despesas efectuadas 1936-1938);
- caixa nº 1703 (Relação discriminada das despesas efectuadas 1944-1945);
- caixa nº 1732 (Relação discriminada das despesas efectuadas 1955-1956);
- caixa nº 1740 (Relação discriminada das despesas efectuadas 1945-1946);
- caixa nº 2268 (Relação Mensal de Publicações Entradas 1938);

caixa nº 2295 (Relação discriminada das despesas efectuadas 1933-1935);
 caixa nº 2482 (Correspondência Recebida 1945-1952);
 caixa nº 2622 (Estudos sobre orgânica do SPN/SNI 1942-1957);
 caixa nº 2769 (Correspondência Recebida 1939-1959);
 caixa nº 4006 (Elementos acerca da actividade desenvolvida pelo Secretariado desde a sua criação 1933-1952);
 caixa nº 4226 (Publicações Várias 1937-1947);
 caixa nº 4231 (Publicações Várias 1939-1961); 4232 (Publicações Várias 1948-1969).

Arquivo Oliveira Salazar:

caixa nº 572.

FONTES IMPRESSAS

Decreto-Lei nº 23 054, de 25 de Setembro de 1933, *Diário do Governo*, Iª Série.
 Decreto-Lei nº 26 115, de 23 de Novembro de 1935, *Diário do Governo*, Iª Série.
 Decreto-Lei nº 33 545, de 23 de Fevereiro de 1944, *Diário do Governo*, Iª Série.
Diário do Governo, número 46, IIª série de 24 de Fevereiro de 1965.
 FERRO, António, *Dez Anos de Política de Espírito*, Lisboa, edições SPN, 1943.
ABC, 27 de Novembro de 1962.
ABC, 31 de Julho de 1973.
Ilustração Portuguesa, IIª série, nº 691, 19 de Maio de 1919.
La Vanguardia, 19 de Novembro de 1959.
L'Express, 12 de Agosto de 1993.
London Gazette, nº44210, 1 de Janeiro de 1967 (suplemento).
 SALAZAR, António de Oliveira, *O Caso de Goa*, Lisboa, edições SNI, 1954.
 SALAZAR, António de Oliveira, *The Case of Goa*, Lisboa, edições SNI, 1954.
 S.N.I., *Catorze Anos de Política de Espírito*, Lisboa, edições SNI, 1948
 S.N.I., *Portugal: bulletin of political, economic and cultural information*, Lisboa, 1937-56.
Time Magazine, Vol. XLVIII, nº 7, 12 de Agosto de 1946

BIBLIOGRAFIA**Tradução**

- BAKER, Mona, ed., *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, London, Routledge, 2005.
- BALLARD, Michel, *De Cícéron à Benjamin: traducteurs, traductions, réflexions*, Presses Universitaires de Lille, 1995.
- BASSNETT, Susan, *Translation Studies*, 3rd Edition, London, Routledge, 2002.
- BASTIN, Georges, “Introduction”, in *Meta : journal des traducteurs / Meta: Translators' Journal*, Volume 49, numéro 3, *L’histoire de la traduction et la traduction de l’histoire / History of Translation and Translation of History*, 2004.
- CÍCERO, Marco Túlio, *De Optimo Genere Oratorum*, in The Latin Library. [edição electrónica] <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/optgen.shtml> [acedido pela última vez a 3 de Março de 2010].
- LONG, Lynne, “History and Translation”, in Piotr Kuhiwczak e Karin Littau. *A Companion to Translation Studies*, Toronto, Multilingual Matters Ltd., 2007.
- MUNDAY, Jeremy, *Introducing Translation Studies*, London, Routledge, 2001.
- NORD, Christiane, *Text Analysis in Translation: Theory, Methodology and Didactic Application of a Model for Translation-Oriented Text Analysis, Second Edition*, Amsterdam, Editions Rodopi, 2005 [1^a edição alemã de 1988].
- ROBINSON, Douglas (ed.), *Western Translation Theory from Herodotus to Nietzsche*, Manchester, St. Jerome Publishing, 1997.
- SÃO JERÓNIMO, *Carta a Pamáquio sobre os problemas da tradução*, introdução, revisão de edição, tradução e notas de Aires A. Nascimento Lisboa, edições Cosmos, 1995.
- SERUYA, Teresa, e Maria Lin Moniz, *História Literária e Traduções no Estado Novo- Uma introdução possível*, texto apresentado ao IV Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, Universidade de Évora, 9-12 de Maio de 2001. [Edição electrónica] <http://www.eventos.uevora.pt/comparada/VolumeII/HISTORIA%20LITERARIA%20E%20TRADUCOES%20NO%20ESTADO%20NOVO.pdf> [acedido pela última vez a 20 de Abril de 2009].
- Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*, org. Teresa Seruya, Maria Lin Moniz e Alexandra Assis Rosa, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2009.
- VENUTI, Lawrence, *The Translator’s Invisibility*, London, Routledge, 1995.
- VENUTI, Lawrence (ed.), *The Translation Studies Reader*, London, Routledge, 2000.

VINAY, Jean-Paul e DARBELNET, Jean, *Comparative Stylistics of French and English: a Methodology for Translation*, translated by J. C. Sager and M. J. Hamel, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1995 [1ª edição francesa de 1958].

História

COLLOTTI, Enzo, *Fascismo, Fascismos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992.

Estados Autoritários e Totalitários e suas Representações, org. Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

ESTEVES, Henrique Heliodoro, *Chicotes com Gatilho, Peixes-Frades e Censura Literária no Estado Novo*, dissertação de Mestrado em Teoria da Literatura, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005.

FARINHA, Maria do Carmo *et al.*, *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições Contemporâneas*, vol. V (Instrumentos de Descrição Documental), Lisboa, IAN/TT, 2004.

HENRIQUES, Raquel Pereira, *António Ferro. Estudo e Antologia*, Lisboa, Alfa-Omega, 1990.

MATOS, Helena, *Salazar, Vol. 1: A construção do mito: 1928-1933. - Vol. 2: A propaganda: 1934-1938*, Lisboa, Temas e Debates, 2003.

MEDINA, João, “Secretariado da Propaganda Nacional, depois Secretariado Nacional da Informação”, in *História Contemporânea de Portugal*, vol.2, Lisboa, Multilar, 1990.

MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

PAULO, Heloísa, *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil : o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva, 1994.

RÉMOND, René, *Introdução à História do Nosso Tempo. Do antigo regime aos nossos dias*, Lisboa, Gradiva Publicações, 1994.

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974). História de Portugal*, Volume 7, Dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

ROSAS, Fernando e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 volumes., Lisboa, Bertrand Editora, 1996.

SILVA, António Martins da, *Portugal entre a Europa e Além-Mar: Do Plano Briand na SND (1929) ao Acordo Comercial com a CEE (1973)*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000.

SARAIVA, José Hermano, “O Estado Novo”, in *História de Portugal*, volume 3, Dir. José Hermano Saraiva, Lisboa, Edições Alfa, 1986.

TORGAL, Luís Reis, *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.

Tradutores

Biblioteca Pública de Évora, *Cronologia*, in <http://www.evora.net/BPE/cronologia.htm> [acedido pela última vez a 1 de Fevereiro de 2010].

BOURA, Ana Isabel Gouveia, “Fernando Lopes-Graça, tradutor literário: a versão portuguesa da novela *Tristan* de Thomas Mann”, in *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, 09, Universidade do Porto, 1992.

Câmara Municipal de Cascais, *Susan Lowndes e Luiz Marques dão nome a ruas no Estoril*, 28 de Março de 2007, in http://www.cm-cascais.pt/Cascais/Noticias/2007/susan_lowndes_luiz_marques.htm [acedido pela última vez a 1 de Fevereiro de 2010].

CAMEIRÃO, Lurdes da Conceição Preto, *Antologia epistolográfica de autores dos sécs. XIX-XX*, Instituto Politécnico de Bragança, 1999.

Conferências, in <http://www.annamascolo.com/anexoD1.htm>, [acedido pela última vez a 1 de Fevereiro de 2010].

Cronology, in <http://www.ernestohalffter.com/bio/bioen.htm> [acedido pela última vez a 1 de Fevereiro de 2010].

ERIC, Conan, “Le Cavale des Maudits”, in *L’Express*, 12 de Agosto de 1993.

FERRO, Manuel, “Giuseppe Carlo Rossi”, in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 4, Lisboa, São Paulo, 1995.

Harvard University Library, *Lopes Vieira, Afonso, 1878-1946. Letters to José Bruges de Oliveira and other material*, in <http://oasis.lib.harvard.edu/oasis/deliver/~hou01937> [acedido pela última vez a 1 de Fevereiro de 2010].

LEMOS, Esther de, “Virgínia de Castro e Almeida”, in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, São Paulo, 1995.

MEDINA, João, *Salazar em França*, Lisboa, Ática, 1977.

MENDES, Eurico Mendes, “Quando o padre Dinis era a luz do Chiado”, in *Portuguese Times*, Edição nº 1778, 20 de Julho de 2005.

MINGOCHO, Maria Teresa, “Albin Eduard Beau”, in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, São Paulo, 1995.

Ó, Jorge Ramos do, “Maria Fernanda Teles de Castro e Quadros Ferro”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996.

OLIVEIRA, Pedro Aires, “Uma mão cheia de nada? A política externa do marcelismo”, in *Penélope - Revista de História e Ciências Sociais*, nº 26, Oeiras, Celta Editora, 2002.

PATCH, Blanche, *Thirty Years With G.B.S.*, London, Gollancz, 1951.

PENJON, Jacqueline e RIVAS, Pierre (ed.), *Lisbonne, Atelier du lusitanisme français*, Actes du colloque organisé par le CREPAL, Université Paris 3 -Sorbonne nouvelle, 23-24 janvier 2004, Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 2005.

PESSINA, Leo, *Curso de Língua Italiana – Primeiras Orientações*, Lisboa, Portugália Editora, 1940.

PIMENTEL, Irene Flunser, *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2008.

PINSOLLE, Dominique, “Le Synthol, moteur de l’histoire”, in *Le Monde Diplomatique*, Agosto de 2009.

REBELO, Luís Sousa, “Aubrey Bell”, in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, São Paulo, 1995.

TERRA, José, “Pierre Hourcade”, in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, São Paulo, 1995.

TERRA, José, “Israël Salvator Révah”, in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 4, Lisboa, São Paulo, 1995.

WEBER, Eugene, *Action Française: royalism and reaction in 20th century France*, Stanford, Stanford University Press, 1962.

ANEXOS

Índice

Lista de trabalhos de tradução executados para o Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional da Informação entre os anos de 1934 e 1958.....	73
Doc. 1 - Guia de propaganda em Espanha (1937-8?)	89
Doc. 2 - Lista de expedição de propaganda por países (1952).....	90
Doc. 3 - Lista de expedição de propaganda por personalidades (1952).....	92
Fig. 1 - Exemplo de pedido de emprego como tradutor ao SPN/SNI.....	94
Fig. 2 - Pormenor de folha de papel timbrada em correspondência para o SPN/SNI.....	95
Fig. 3 - Tabela de preços de tradução da empresa “Casa Molros”	96
Doc. 4 - Parecer sobre tradução, de Henry Tosti Russell (1961).....	97

Lista de trabalhos de tradução executados para o Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional da Informação entre os anos de 1934 e 1958¹⁶²

TRADUTORES	DATAS	TRABALHOS	PAGAMENTO
A. P. Da Costa Junior	Janeiro de 1935	4 folhetos em inglês:	1.748\$60
		- “Decálogo”	
		- “Primeiros discursos de Salazar”	
		- “Telefones”	
		- “Entrevista do Snr. General Carmona com António Ferro”	
A. Paulson	Março de 1939	Tradução de 1 artigo	50\$00
Adolfo Lizon Gadea	Março de 1946	Tradução para espanhol do folheto “O Nosso Interesse de Nação”	1000\$00
	Dezembro de 1946	Tradução para espanhol do Discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	1000\$00
	Abril de 1947	Tradução para espanhol do discurso “Aviso Prévio” do Dr. Bustorff Silva	1425\$00
		Tradução para espanhol do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho “Unidos em prol da Nação”	500\$00
	Dezembro de 1947	Tradução para espanhol do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	1000\$00
	Junho de 1948	Tradução para espanhol do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	500\$00
	Junho de 1948 a Março de 1950	Boletim <i>Portugal</i> em Espanhol	1000\$00/mês
	Março de 1953	Traduções	150\$00
	Julho de 1953	Tradução, para espanhol, de um discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho sobre o “Plano de Fomento”	900\$00
	Março de 1955	Tradução para espanhol do discurso “Tratado Luso-Brasileiro”	150\$00
Albin Eduard Beau	Fevereiro de 1955	Tradução para alemão do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho intitulado “O Caso de Goa”	1110\$00
Alexandre Ribeiro da Cunha	Junho de 1944	Tradução para inglês do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho proferido no dia 28 de Maio de 1944	600\$00
Alfred Lefort	Abril de 1945	Tradução para francês do folheto “Vinhos de Portugal”	850\$00
		Tradução <i>How to See Portugal</i>	1000\$00
	Fevereiro de 1946	Tradução para francês de parte do trabalho para a publicação “Fundamentos da Neutralidade Portuguesa”	1125\$00
	Abril de 1946	Tradução para francês de parte da publicação	3750\$00

¹⁶² Tabela elaborada pelo autor com base nas “Relações discriminadas de despesas efectuadas”, várias caixas, “Relação discriminada das despesas efectuadas”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

		“Fundamentos da Neutralidade Portuguesa”	
Alice da Câmara Santos Halffter	Junho de 1937 a Dezembro de 1937	Boletim Mensal em Francês	700\$00/mês
	Julho de 1937	?	600\$00
	Agosto de 1937	?	300\$00
	Setembro de 1937	Tradução de um artigo do alemão para port.	150\$00
		?	300\$00
	Outubro de 1937	?	300\$00
	Novembro de 1937	Traduções div.	300\$00
	Dez-37	?	300\$00
	Janeiro de 1940 a Janeiro de 1942	?	1000\$00/mês
	Fevereiro de 1942 a Dezembro de 1943	?	1200\$00/mês
Janeiro a Novembro de 1944	?	1440\$00/mês	
António Bonito	Fevereiro de 1940 a Agosto de 1940	Traduções em língua alemã	300\$00/mês
António Joaquim Basto	Novembro de 1943	Traduções para Inglês	200\$00
António Jorge Gonçalves Rodrigues	Dezembro de 1957	Tradução de 1 artigo para inglês	75\$00
Aubrey F. G. Bell	Maio de 1939	Traduções	240\$00
	Agosto de 1939	Traduções	400\$00
	Setembro 1939	Boletim Mensal em Inglês	650\$00
	Dezembro 1939	Boletim Mensal em Inglês	1920\$00
	Janeiro de 1940	Boletim Mensal em Inglês	1920\$00
Augusto Joaquim Taveira	Janeiro de 1944	Traduções	300\$00
Augusto Mendes Leal	Setembro e Outubro de 1943	Traduções	600\$00/mês
	Fevereiro de 1944	Traduções	600\$00
	Novembro e Dezembro de 1944	Traduções	600\$00/mês
	Março de 1945 a Outubro de 1945	Traduções e revisão de traduções nas línguas francesa, inglesa e espanhola	600\$00/mês

Caesare Meyer	Dezembro 1940	Traduções	600\$00
Carlos da Silva Lopes	Janeiro de 1937	Tradução e arranjo do texto para o folheto “A família da U.R.S.S. – Novos Costumes”	250\$00
Cezar Gonzalez-Ruano	Janeiro de 1935	Tradução para espanhol da Constituição, do Acto Colonial, do Decálogo do Estado Novo e do Estatuto do Trabalho Nacional	2000\$00
Charles Debonnaire	Outubro de 1954	Tradução do texto relativo ao centenário do Infante D. Henrique	500\$00
	Novembro e Dezembro de 1954	Boletim <i>Portugal</i> em Francês	225\$00
Charles F. S. de Winton	Abril de 1943	Tradução, para inglês, do livro “Perfil de Salazar”	1500\$00
Charlotte Nélis	Agosto de 1937	Boletim Mensal em Francês	100\$00
Dosy Rovigue de Beaumont	Janeiro de 1939 a Novembro de 1942	?	800\$00/mês
	Maio e Junho de 1943	?	400\$00/mês
Eduardo de Latôrre Lisboa	Janeiro de 1938 a Maio de 1948	Boletim Mensal em Francês	600\$00/mês
	Maio de 1948 a Abril de 1951	Boletim Mensal em Francês	750\$00/mês
	Maio de 1951 a Dezembro de 1954	Boletim Mensal em Francês	1050\$00/mês
	Abril de 1939	Trabalhos extraordinários de tradução (francês)	350\$00
	Maio de 1940	Tradução para o francês da nota introdutória e de 76 frases do folheto “Pensée de Salazar”	250\$00
	Março de 1944	Traduções em francês	140\$00
	Junho de 1944	Traduções em francês	180\$00
	Agosto de 1944	Tradução para francês de um texto para a publicação “Cinema Português”	20\$00
	Agosto de 1945	Tradução para francês do trabalho “Mocidade Portuguesa”	80\$00
	Setembro de 1946	<i>Panorame de la Litterature Portugaise</i>	40\$00
	Fevereiro de 1947	Actualização e tradução da Constituição Política	250\$00
	Março de 1947	Tradução de um artigo para o número de Natal do semanário francês “Spectateur”	100\$00
	Maio a Agosto de 1955	Boletim <i>Portugal</i> em Francês	1800\$00
Edward J. Summers	Março de 1949	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	750\$00
	Junho de 1949	Traduções	450\$00
Edward R. Lloyd	Abril de 1945 a Junho de 1945	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	750\$00/mês
	Agosto de 1945	Tradução para inglês, do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	500\$00
	Junho de 1947	Tradução para inglês de “Pliants Turísticos”	250\$00

	Junho de 1948	Tradução para espanhol do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	500\$00
	Outubro de 1951	Tradução para inglês do último discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	400\$00
		Tradução para inglês de alguns pliants turísticos	437\$50
	Agosto de 1952	Tradução para inglês do discurso proferido em 3 de Maio por Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	500\$00
Ernest Westlake	Fevereiro de 1947 a Março de 1948	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	750\$00/mês
	Maio de 1947	Tradução para inglês do discurso “Aviso Prévio” do Dr. Bustorff Silva	1550\$00
Ernesto Halffter	Maio de 1938	Traduções	420\$00
	Agosto de 1938	Tradução em espanhol de documentos políticos	1284\$00
	Outubro de 1941	Tradução para espanhol de 100 páginas dactilografadas do livro “Habla Salazar”	1500\$00
Erust Dietschi	Setembro de 1943	Traduções	450\$00
Ethel Rosenthal	Junho de 1946	Tradução para inglês, de 52 folhas do livro Paisagens e Monumentos de Portugal	1040\$00
	Julho de 1946	Tradução para inglês, de 137 folhas da 2ª parte da publicação Paisagens e Monumentos de Portugal	2740\$00
	Agosto de 1946	Tradução para inglês do artigo “Lisboa” de autoria de Gustavo de Matos Sequeira e destinado à Enciclopédia Britânica	45\$00
	Setembro e Outubro de 1946	Tradução para inglês de 11 páginas de um artigo para a Enciclopédia Britânica	440\$00
	Novembro de 1946	Tradução para inglês do “Regulamento dos Serviços do S.N.I.” e da “Acção Cultural do S.N.I.”	440\$00
	Novembro de 1947	Tradução para inglês de 7 “Pliants Turísticos”	675\$00
	Dezembro de 1947	Tradução para inglês do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	370\$00
		Tradução para inglês do trabalho Visão da Literatura Portuguesa	1200\$00
	Fevereiro de 1948	Tradução para inglês da publicação Relações de Lisboa com o Arrabalde	100\$00
	Março de 1948	Tradução para inglês das legendas de “Pliants Turísticos”	130\$00
	Agosto de 1948	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	30\$00
	Fevereiro de 1949	Tradução para inglês do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho;	520\$00
		Tradução, para inglês de 8 artigos com 26 páginas	520\$00
		Tradução da resposta ao <i>News Statesman and Nation</i>	90\$00
Dezembro de 1949	Tradução para inglês de 16 páginas do livro <i>Bird's Eye View of Portugal</i>	320\$00	

Eugénia Maria Cohn da Cunha e Teles	Julho de 1958	Tradução de artigos para dinamarquês	250\$00
Eurico Mandillo	Outubro de 1954	Tradução para italiano de um discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	750\$00
	Agosto de 1955	Tradução, para italiano, de um comunicado da Presidência do Conselho, de 22 de Julho	175\$00
	Julho de 1956	Tradução para italiano de um discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	650\$00
Fernanda de Castro	Fevereiro de 35	Tradução em francês de um estudo de João Lumbrales “Teoria Corporativa”	500\$00
Francisco Costa	Novembro de 37	Traduções do alemão	75\$00
	Outubro de 1941	Traduções em língua alemã	300\$00
	Novembro de 1941	Traduções	300\$00
	Janeiro de 1942	Traduções em Inglês e alemão para os relatórios para a Presidência do Conselho	300\$00
Francisco S. da Trindade	Outubro de 1955	Traduções para inglês	525\$00
Frank Holliday	Outubro de 1956 a Julho de 1958	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	33065\$00
	Dezembro de 1956	Traduções	1592\$00
	Julho de 1958	Tradução para inglês do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	1312\$00
Galeana Morris	Janeiro de 1940 a Dezembro de 1943	?	800\$00/mês
	Janeiro a Novembro de 1944	?	1080\$00/mês
Giuseppe Carlo Rossi	Maio de 1947	Tradução para italiano da obra “Missões”	1500\$00
	Junho de 1947	Tradução das legendas do “Itinerário de S. João de Brito”	300\$00
		Tradução para italiano de 7 páginas da obra “A Presença de Portugal na Canonização de S. João de Brito”	210\$00
	Dezembro de 1948	Tradução do artigo para a “Revista Latina”	225\$00
Godfrey Mappin	Março de 1945	Trabalhos de tradução para inglês do folheto “Vinhos de Portugal”	900\$00
	Abril de 1945	Tradução para inglês dos capítulos “O Pensamento Filosófico em Portugal”, “Arte Antiga” e “Organização Política” para o livro <i>Portugal</i>	1540\$00
	Maio de 1945	Tradução para inglês dos trabalhos “Etnografia, Literatura, Arte no Século XIX” e “Arte Moderna” destinados ao livro <i>Portugal</i>	2280\$00
	Junho de 1945	Tradução para inglês do original “O Período	540\$00

		Actual” destinado ao livro <i>Portugal</i>	
	Agosto de 1945	Tradução para inglês da publicação “A Cruz Vermelha Portuguesa”	420\$00
		Tradução para inglês da publicação “Biografia de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho”	200\$00
		Tradução para inglês da publicação “Neutralidade Colaborante”	600\$00
	Setembro de 1945	Tradução para inglês da obra “A Assistência Social em Portugal”	2620\$00
	Fevereiro de 1946	Tradução para inglês do apêndice destinado a publicação “Assistência Social”	180\$00
		Tradução para inglês de parte do trabalho para a publicação “Estado Novo”	520\$00
	Março de 1946	Tradução para inglês, 98 folhas do folheto “Estado Novo”	1960\$00
Gower Gibbon	Agosto de 1944 a Janeiro de 1947	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	750\$00/mês
	Maio de 1946	Tradução para inglês, da publicação “Quem não viu Lisboa”	400\$00
	Setembro de 1946	Tradução para inglês do folheto “Arrábida”	150\$00
Grasiela Saviotti	Julho de 1942	Serviços de tradução	200\$00
	Setembro de 1946	Tradução para italiano da publicação “Itinerário do Beato João de Brito”	480\$00
Henry Hughes**	Julho de 1941	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	600\$00
Henri Lebre	Maio de 1956	Tradução e revisão de provas, de português para francês, do artigo <i>Salazar et son oeuvre</i>	340\$00
	Agosto de 1956	Traduções	463\$80
	Novembro de 1956	Boletim <i>Portugal</i> em Francês	2419\$50
	Agosto de 1957	Tradução para francês do discurso de Sua Ex. ^a o Ministro da Presidência	1128\$00
	Outubro de 1957	Uma tradução de francês, diversos artigos e 2 biografias	1068\$00
	Outubro de 1957 a Junho de 1958	Boletim <i>Portugal</i> em Francês	8077\$70
	Maio de 1958	Tradução de artigos para francês	698\$70
Henri Tosti-Russell	Agosto de 1953	Tradução para inglês de um discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	1000\$00
	Setembro de 1953	Técnico consultor de textos em inglês	1000\$00
	Outubro de 1956 a Abril de 1957	Revisão de originais em Inglês	1000\$00/mês
Henry	Junho de 1941	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	600\$00

** A proximidade dos nomes e das datas em que são discriminados permitem-nos conjecturar se estaremos perante a mesma pessoa.

Breackhughes**			
Hermann Pflüger	Fevereiro de 1944 a Junho de 1945	Boletim <i>Portugal</i> em Alemão	750\$00/mês
	Março de 1944	Traduções em Alemão	175\$00
	Agosto de 1944	Tradução para alemão de um texto para a publicação “Cinema Português”;	25\$00
		Tradução para alemão do folheto “O Estado Novo”	2500\$00
	Dezembro de 1957	Traduções para alemão	1645\$00
	Julho de 1958	Tradução para alemão do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	945\$00
Hildegard Albuquerque Bettencourt	Outubro a Dezembro de 1941	Tradutora de alemão	600\$00/mês
	Janeiro de 1942 a Janeiro de 1944	Boletim <i>Portugal</i> em Alemão	600\$00/mês
Horácio Tavares	Março de 1944 a Dezembro de 1944	Traduções em Alemão e Inglês	150\$00/mês
Inocente Palaçón Olivares	Outubro de 1954	Tradução para espanhol de um discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	510\$00
	Setembro de 1955	Tradução para espanhol do comunicado da Presidência do Conselho em 22 de Julho do corrente ano	175\$00
	Novembro de 1956	Tradução para espanhol do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	500\$00
	Dezembro de 1957	Traduções para espanhol	1392\$00
	Julho de 1958	Tradução para espanhol do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	1764\$00
Israel Salvator Révah	Abril de 1952	Tradução para francês dos originais “Portugal” e “Lisboa” e pela revisão da versão francesa do “Guia”	2000\$00
Jacques Ploncard d’Assac	Julho de 1958	Tradução para francês do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	945\$00
Jean Haupt	Março de 1947	Tradução para francês da publicação “Resumo da História de Portugal”	2550\$00
	Abril de 1947	Tradução para francês de 11 artigos para o jornal suíço “Médecine et Hygiène”	1625\$00
		Tradução para francês do discurso “Aviso Prévio” do Dr. Bustorff	1425\$00
	Maio de 1947	Tradução para francês do capítulo do folheto “Portugal” (versando os principais aspectos da vida económica)	525\$00
		Tradução para francês de 5 pliants -Beja, Évora, Estremoz, Elvas e Coimbra	525\$00

Junho de 1947	Tradução para francês de 7 páginas da obra “A presença de Portugal na Canonização de São João de Brito”	175\$00
	Tradução para francês do capítulo “As Belezas Naturais e o Turismo”	625\$00
	Tradução para francês de “Pliants Turísticos”	500\$00
Agosto de 1947	Tradução para francês do capítulo “Organização Política” destinado ao livro <i>Portugal</i>	400\$00
Setembro de 1947	Tradução para francês do trabalho “A segurança dos trabalhadores através do seguro social”	2675\$00
	Tradução para francês do capítulo “O pensamento filosófico em Portugal” destinado ao livro <i>Portugal</i>	475\$00
	Tradução para francês de um estudo sobre a obra do Senhor Ministro das Finanças	100\$00
Outubro de 1947	Tradução para francês de 8 páginas do capítulo “O pensamento filosófico em Portugal”	200\$00
Novembro de 1947	Tradução para francês de 24 “Pliants Turísticos”	2400\$00
Dezembro de 1947	Tradução para francês do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	500\$00
	Tradução para francês do trabalho “Paisagens e Monumentos de Portugal”	2050\$00
	Tradução para francês de um “Relatório sobre Portugal”	450\$00
Fevereiro de 1948	Tradução para francês do trabalho “Assistência Social”	2900\$00
	Tradução para francês da parte final do capítulo do livro <i>Portugal</i>	525\$00
	Tradução para francês da publicação “Aspectos de Portugal”	225\$00
Março de 1948	Tradução para francês da publicação “Cadernos do Ressurgimento Nacional”	175\$00
Abril de 1948	Tradução para francês do trabalho “Repovoamento Florestal”	1375\$00
Mai de 1948	Tradução para francês do Discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	300\$00
Junho de 1948	Tradução para francês do prefácio da 4 ^a edição dos <i>Discursos</i>	675\$00
	Tradução para francês de um trabalho sobre a “Divisão Administrativa”	225\$00
	Tradução para francês dum trabalho sobre “Câmaras de Comércio e Industria”	50\$00
Outubro de 1948	Tradução para francês da publicação “Indicações Úteis ao Turista em Portugal”	1500\$00
Novembro de 1948	Tradução para francês da publicação “Câmaras de Comércio e Indústria”	50\$00
Dezembro de 1948	Tradução da versão actualizada do livro “Estado Novo”	3625\$00
	Tradução para francês de “Ilhas Adjacentes e Ultramar”	250\$00

	Tradução para francês do Guia do Museu de Arte Popular	425\$00
Fevereiro de 1949	Tradução para francês do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	800\$00
	Tradução para francês da publicação Guia Turístico de Sintra;	150\$00
	Tradução para francês de 9 artigos	1050\$00
Abril de 1949	Tradução para francês do folheto “Eleições”	475\$00
	Tradução para francês de bibliografias de alguns músicos portugueses, para programa solicitado pela Universidade de Toulouse	275\$00
Maio de 1949	Tradução para francês da publicação “O Problema da Habitação”	250\$00
	Tradução para francês dos Nº 1 e 2 do Boletim “Cinema Português”	400\$00
	Tradução para francês de legendas para Pliants Turísticos	475\$00
Junho de 1949	Tradução para francês da 2ª série de Pliants	450\$00
	Tradução para francês do prefácio da publicação <i>Paysages du Portugal</i>	100\$00
	Tradução para francês do prefácio da publicação <i>Monuments du Portugal</i>	50\$00
Julho de 1949	Traduções	825\$00
Dezembro de 1949	Tradução para francês do discurso pronunciado por Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho em 20 de Outubro de 1949	675\$00
	Tradução para francês do “Programa do Congresso das Ciências Administrativas”	100\$00
Junho de 1950	Traduções efectuadas para a Direcção Geral da Assistência	350\$00
Julho de 1950	Tradução para francês do Discurso do Senhor Presidente do Conselho “Para a compreensão da nossa Política”	675\$00
Dezembro de 1950	Tradução para francês do último discurso proferido por Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	700\$00
Julho de 1951	Tradução para francês da Nota oficiosa de Sua Excelência o Presidente do Conselho	300\$00
	Traduções	250\$00
Agosto de 1951	Boletim <i>Portugal</i> em Francês	50\$00
	Tradução para francês de 23 páginas de um artigo para o semanário “Elsevier” de Amsterdam	575\$00
Novembro de 1951	Tradução de um trabalho urgente para a Presidência do Conselho	1500\$00
Dezembro de 1951	Tradução para francês de um artigo e de um discurso	150\$00
	Tradução para francês de um discurso proferido do Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho, em 22 de Novembro 1951	1000\$00
Fevereiro de	Tradução para francês de 20 páginas do livro	500\$00

1952	“Lisboa”	
	Tradução para francês de uma parte da publicação “Guia”	150\$00
	Tradução de um trabalho do Exmo Secretário Nacional	200\$00
	Trabalhos de tradução para o Senhor Secretário Nacional	875\$00
Março de 1952	Tradução de um discurso do Secretário Nacional	150\$00
	Tradução para francês de informações estatísticas	200\$00
Maio de 1952	Tradução para francês das alterações introduzidas na Constituição	700\$00
Junho de 1952	Tradução para francês do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho, proferido em 3 de Maio de 1952	500\$00
Outubro de 1952	Tradução da bibliografia de Ferreira de Castro e duma carta-circular do Exmo Secretário Nacional para várias entidades francesas e belgas	200\$00
Fevereiro de 1953	Tradução para francês de um relatório a apresentar na conferência da OTAN, em Paris	525\$00
Março de 1953	Tradução para francês das disposições reguladoras das amortizações nas empresas industriais e tradução de corrigendas a introduzir na Constituição;	50\$00
	Traduções	150\$00
Abril de 1953	Tradução de uma informação sobre a Constituição de 1853	75\$00
Maio de 1953	Tradução para francês de 10 páginas da Mensagem do Chefe de Estado e de um artigo para <i>La Dépêche de Tanger</i>	250\$00
Junho de 1953	Tradução para francês de 13 páginas de diversos artigos	325\$00
	Tradução do discurso do escritor Alan Villiers	125\$00
Julho de 1953	Tradução, para francês, de um discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho sobre “Plano de Fomento”	1450\$00
Julho de 1953 a Julho de 1958	Boletim <i>Portugal</i> em Francês	50340\$60
Agosto de 1953	Tradução, para francês, de um discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho e da actualização do livro <i>Lisboa</i>	800\$00
Fevereiro de 1954	Tradução de português para francês de Trechos escolhidos de discursos de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	1050\$00
	Tradução para francês de vários elementos com destino ao Presidente da Câmara de Comércio de Saint-Quentin	575\$00
Maio de 1954	Tradução para francês de um discurso do Senhor Presidente do Conselho	475\$00
Junho de 1954	Tradução do trabalho “Organização Política”	325\$00

	Agosto de 1954	Traduções	625\$00
	Dezembro de 1954	Tradução para francês do discurso “O Caso de Goa”	1475\$00
	Março de 1955	Traduções	150\$00
	Mai de 1955	Tradução de uma biografia de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	775\$00
	Junho de 1955	Tradução para francês do livro <i>Situation Economique du Mozambique et d’Angola</i>	1700\$00
	Novembro e Dezembro de 1955	Traduções	3250\$00
	Fevereiro de 1956	Tradução para francês de um discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho proferido no dia 19 de Janeiro	400\$00
	Mai de 1956 a Junho de 1957	Traduções	9955\$00
Jeanne Marquis	Março/Abril de 1944	Traduções	630\$00
João Cyrillo Machado	Agosto de 1941 a Julho de 1944	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	600\$00/mês
Joaquim Baptista Sabino e Costa	Fevereiro de 1938 a Dezembro de 1939	Trabalhos de tradução (Alemão)	300\$00/mês
	Julho de 1940 a Dezembro de 1940	?	900\$00/mês
	Julho de 1940 a Outubro de 1941	Traduções em língua alemã	300\$00/mês
	Novembro de 1941 a Agosto de 1942	Tradutor de Alemão	450\$00/mês
	Janeiro de 1941 a Agosto de 1942	?	900\$00/mês
John Alexander Roemmele	Julho de 1949 a Outubro de 1950	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	750\$00/mês
	Novembro de 1950 a Julho de 1952	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	11562\$50
	Dezembro de 1949	Tradução de um artigo intitulado “Lisboa, uma das mais belas capitais do Mundo”	125\$00
	Fevereiro de 1950	Tradução para inglês do discurso pronunciado por Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho em 20 de Outubro de 1949	675\$00
	Março de 1950	Tradução para inglês da Planta Turística de Sintra	175\$00
	Junho de 1950	Tradução para inglês da publicação <i>A Índia Portuguesa à Face da Razão e do Direito</i>	400\$00

	Julho de 1951	Tradução para inglês de programa de um festival	50\$00
John D. Hampton	Dezembro de 1952	Tradução para inglês de 54 páginas para o Boletim “Portugal” de Novº/Dezº	1350\$00
	Fevereiro de 1953	Tradução para inglês de um artigo sobre a evolução da Bandeira Nacional	1100\$00
		Tradução para inglês de vários artigos para uma página especial do <i>Istambul Express</i>	875\$00
	Março de 1953	Traduções	1700\$00
	Abril de 1953	Tradução de alterações a introduzir na Constituição e tradução de um excerto da “História dos Descobrimentos Portugueses”	425\$00
	Abril de 1953 a Maio de 1956	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	60083\$50
	Julho de 1953	Tradução, para inglês, de um discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho sobre “Plano de Fomento”	1000\$00
	Agosto de 1953	Tradução para inglês de um excerto do livro “História dos Descobrimentos Portugueses”	100\$00
	Dezembro de 1953	Tradução, para inglês, de parte do livro “Lisboa”, 38 páginas a escudos 25\$00	950\$00
	Março de 1954	Tradução para inglês das corrigendas a introduzir no artigo “Portugal”	375\$00
	Agosto a Dezembro de 1954	Traduções	2850\$00
	Maio a Julho de 1956	Traduções	1800\$00
	Setembro de 1956	Traduções feitas para o “Portugal pela Imagem”	312\$50
	Jorge Rosa	Julho de 1951	Tradução para inglês de um discurso do Senhor Ministro da Justiça
Agosto de 1951		Tradução para inglês das Mensagens aos Congressistas do Congresso da Câmara Internacional de Comércio	37\$50
		Tradução para inglês da biografia do Senhor Presidente da República	75\$00
		Tradução para inglês de um artigo sobre “Fátima”	50\$00
Fevereiro de 1952		Tradução para inglês de 8 páginas para o livro “Lisboa”	200\$00
Março de 1952		Tradução para inglês de informações estatísticas	300\$00
Maio de 1952		Tradução para inglês de 3 biografias destinadas a uma entidade americana	50\$00
Dezembro de 1952		Tradução para inglês de um excerto da “História dos Descobrimentos Portugueses”	275\$00
		Tradução para inglês de 2 páginas de alterações introduzidas no <i>Political Handbook of the World</i>	50\$00
Setembro de 1957		Traduções para inglês	300\$00
Outubro e Dezembro de	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	1150\$00	

	1957		
José Andrés Vasquez	Setembro de 1938	Tradução e direitos de cedência das mesmas, do folheto <i>El Estado Nuevo</i>	2625\$00
	Fevereiro/Março de 1939	Tradução para o espanhol <i>El Corporativismo Português</i>	4400\$00
José Bruges de Oliveira	Novembro de 35	1ª prestação referente à tradução para francês da “Organização Corporativa”	884\$70
José Marques Rodrigues	Novembro de 1942	Boletim Mensal em Espanhol	50\$00
José Rau	Dezembro de 1951	Tradução para inglês de um discurso proferido de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho, em 22 de Novembro 1951	1000\$00
José Soares Rebelo	Dezembro de 1945	Tradução para inglês do folheto “Vinte anos de grandes realizações”	875\$00
Jules Sauerwein	Agosto de 1951	Tradução para francês do último discurso do Senhor Presidente do Conselho	400\$00
		Tradução para francês da biografia do Senhor Presidente da República	87\$50
Karl Peter Steglich	Fevereiro de 1942	Traduções em alemão	200\$00
Leo Pessina	Outubro de 1940	Tradução em italiano do trabalho “Vida Cultural”	1500\$00
Luigi Gario	Março de 1951	Tradução para italiano do artigo “Posição e Pensamento da Economia Portuguesa”	150\$00
Luís Gaspar Alves	Julho de 1950	Tradução para inglês de um trabalho sobre organização política	175\$00
Luís Marques	Maio de 1935	Traduções	355\$00
	Junho de 1935	Traduções	200\$00
	Julho a Outubro de 1935	?	200\$00/mês
	Novembro de 1935	?	400\$00
	Dezembro de 1935 a Novembro de 1937	Traduções	200\$00/mês
	Abril de 1937 a Novembro de 1937	Boletim em Inglês	200\$00/mês
	Dezembro de 1937 a Agosto de 1938	Boletim Mensal em Inglês	600\$00/mês
	Setembro de 1938 a Abril de 1941	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	800\$00/mês
	Outubro e Novembro de 1938	Traduções	2300\$00
	Julho de 1939	Traduções Inglês	200\$00
Luiz Silveira	Julho de 1942	Serviços de tradução	958\$50

		Boletim Mensal em Inglês	375\$00
	Novembro de 1942	Boletim Mensal em Espanhol	300\$00
Madalena Ferreira Borges	Novembro de 1937	Boletim Mensal em Francês	80\$00
	Janeiro de 38	Boletim Mensal em Francês	500\$00
Manuel de Almeida	Fevereiro e Março de 1949	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	1115\$00
	Abril de 1949	Tradução para inglês do folheto “Eleições”;	475400
Manuel Falcon	Agosto de 1935	Tradução de 6 conferências do Dr. João Pinto da Costa Leite	450\$00
	Junho de 1937	Tradução para espanhol do Acto Colonial, Constituição Política da Rep. Portuguesa e Apêndice com o Discurso de Sua Ex. ^a o Pres. do Conselho sobre “Princípios fundamentais da Rev. Política	500\$00
	Novembro de 1938	Tradução das legendas do filme “A Revolução de Maio” da cópia destinada a Espanha	300\$00
	Julho de 1942	Serviços de tradução	100\$00
		Boletim <i>Portugal</i> em Espanhol	300\$00/mês
	Julho de 1942 a Junho de 1943	?	900\$00
	Março a Dezembro de 1944	Boletim <i>Portugal</i> em Espanhol	300\$00/mês
	Fevereiro de 1945 a Dez. de 1949	Traduções e correspondência em língua espanhola	1300\$00/mês
Manuel Henriques da Silva	Agosto de 1951	Tradução para inglês do discurso do Senhor Presidente do Conselho	350\$00
Maria Amália Lloyd	Abril de 1948 a Janeiro de 1949	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	750\$00/mês
	Novembro de 1948	Tradução para inglês da publicação <i>The Portuguese Colonial Empire And Colour Discrimination</i>	75\$00
	Dezembro de 1948	Tradução para inglês da introdução da publicação <i>Monuments of Portugal</i>	50\$00
		Tradução para inglês das versões actualizadas das Biografias de Suas Exas o Chefe de Estado e do Presidente do Conselho	275\$00
		Tradução para inglês da publicação “Organização Política”	400\$00
	Dezembro de 1952	Tradução para inglês de 5 páginas (Caso do O’Hara Decorating Service, Inc)	125\$00
Maria Eça de Queiroz de Castro	Julho de 1936	Tradução de discursos do Dr. Oliveira Salazar	150\$00
Marie France Dumoulin	Abril/Maio de 1940	Tradução do livro de Luiz Teixeira “Perfil de Salazar” para francês	1500\$00
		Tradução para o francês da obra “Lisboa” de Norberto de Araújo	2000\$00

		Tradução para o francês do original “Visitai Portugal”	1400\$00
		Tradução para o francês do original “Artes e Indústrias Portuguesas”	260\$00
Marie Pauline de Latour	Fevereiro de 1938	Tradução de um artigo sobre comunismo	70\$00
	Julho de 1938	Traduções	200\$00
Marta da Cunha Teles	Agosto de 1956	Traduções	765\$00
Max Walter Claus	Março de 1951	Tradução para alemão do artigo “Portugal é um País que progride”	325\$00
	Março de 1953	Traduções	150\$00
	Setembro de 1955	Tradução para alemão do comunicado da Presidência do Conselho em 22 de Julho do corrente ano	210\$00
	Outubro de 1955	Tradução para alemão de um trabalho de 5 páginas dactilografadas	150\$00
	Fevereiro de 1956	Tradução para alemão de um discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho proferido no dia 19 de Janeiro	780\$00
Mrs. Tosti-Russell	Outubro de 1953	Tradução, para francês e inglês, das legendas do <i>Portugal – Notes et Images</i>	350\$00
	Outubro de 1953 a Maio de 1956	Técnica consultora de textos em inglês	1000\$00/mês
Pedro Bonn de Sousa Pernes	Janeiro de 1954	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	455\$00
	Julho de 1954	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	1440\$00
		Tradução para inglês de um trabalho sobre Organização Política.	437\$50
	Maio de 1956	Tradução para inglês do discurso proferido em 19 de Janeiro de 1956 por Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho	562\$50
Paul Savreaux	Setembro de 1952	Tradução do discurso de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho “À la fin de la campagne”	250\$00
	Novembro de 1952	Tradução para francês das alterações a introduzir num artigo destinado a uma enciclopédia holandesa	87\$00
Pierre Hourcade	Junho de 1939	?	4000\$00
Raymond Warnier	Maio de 1942	Traduções em francês	1040\$00
		Tradução do capítulo de Luís Chaves sobre “Etnografia Portuguesa” para a publicação “Portugal”	380\$00
	Julho de 1942	Tradução do capítulo “A Organização Política” da autoria do Prof. Marcelo Caetano, destinado à edição “Portugal”	340\$00
	Novembro de 1942	Tradução do trabalho “Portugal na História da Civilização”, destinada à publicação “Portugal”	680\$00
		”A evolução e o sentido cultural da Arte Portuguesa”, destinada à publicação “Portugal”	500\$00
	Janeiro de 1943	Tradução do trabalho sobre “Música” destinado	540\$00

		à publicação “Portugal”;	
		“As belezas naturais e o turismo” destinado à mesma publicação	420\$00
	Fevereiro de 1943	Tradução para francês, da comunicação de Sua Ex. ^a o Presidente do Conselho, de 25 de Junho de 1942	500\$00
	Março de 1943	Tradução para francês do trabalho intitulado “A Ciência” da autoria do Prof. Luiz de Pina, destinada à publicação “Portugal”	540\$00
	Maio de 1943	Tradução do livro <i>Panorama de la littérature portugaise contemporaine</i>	280\$00
	Fevereiro de 1944	Traduções	800\$00
Rodolfo Knapic	Novembro de 1942	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	500\$00
Suzanne Jousse	Maio de 1935 a Maio de 1937	Traduções	13514\$00
Valery Forman Esteves	Outubro e Novembro de 1947	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	750\$00/mês
	Abril a Junho de 1949	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	750\$00/mês
	Outubro de 1949	Tradução do artigo <i>Lisbon</i> para a revista de turismo <i>Spotlight</i>	75\$00
	Agosto de 1950	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	775\$00
	Abril de 1952	Tradução para inglês do discurso do Sr. Secretário Nacional	200\$00
	Julho e Agosto de 1952	Boletim <i>Portugal</i> em Inglês	1050\$00
	Outubro de 1952	Tradução para inglês de diversos elementos estatísticos e vários artigos jornalísticos	300\$00
Victor Mory	Fevereiro de 1938	Traduções polacas	50\$00
Virgínia de Castro e Almeida	Junho de 1939	Remuneração referente ao ano de 1939, pelo trabalho de tradução, adaptação e arranjo de antigas crónicas portuguesas	24000\$00
W. G. L. Randles	Dezembro de 1956	Tradução para inglês do “Acordo relativo ao uso de facilidades nos Açores”	225\$00
Waldemar de Araújo	Novembro de 1952	Tradução de 2 páginas de português para francês de umas palavras escritas por Sua Ex. ^a o Presidente da República para o “Journal de Genève”	50\$00
Walter Warren	Fevereiro de 1952	Tradução para inglês dos originais dos livros “Portugal” e “Lisboa” e pela revisão da versão inglesa da publicação “Guia”	2225\$00
SEM NOME	Novembro de 1934	Tradução para francês do Estatuto do Trabalho Nacional	350\$00
		Tradução para francês do Acto Colonial	250\$00
	Dezembro de 1935	Tradução para francês do trabalho “A Teoria Corporativista Portuguesa” do Dr. João Lumbrales	400\$00

Doc. 1 - Guia de propaganda em Espanha (1937-8?)*

PROPAGANDA EM ESPANHA

- Distribuição de cartazes com o retrato de Salazar à semelhança do que fazem os italianos e alemães com Mussolini e Hitler.
- Mandar para as livrarias de Salamanca, Sevilha etc. os livros de Salazar e António Ferro sôbre o Estado Novo e outros que tratem da organização corporativa portuguesa.
- Organizar nas principais livrarias montras com retratos de Carmona e Salazar e obras referentes ao Estado Novo.
- Mandar artigos para os jornais espanhóis sôbre aspectos da vida política portuguesa relacionando-se com os acontecimentos de Espanha.
- Organização de um serviço de noticiário telegráfico dos acontecimentos portugueses para os jornais e revistas de Espanha.
- Edição de publicações em espanhol:
 - 1º Estatuto do Trabalho Nacional com os conceitos sociais da Nova Constituição.
 - 2º Resumo das doutrinas e realizações do Estado Novo.
etc. etc.
- Publicação de um livro resumindo as opiniões de Sardinha a respeito da aliança peninsular.
- Destinar algumas páginas da revista "Ocidente" para a colaboração de escritores espanhóis.
- Convidar para uma viagem a Portugal as individualidades que intelectualmente influenciam a política da Espanha nova.
- Propaganda pela T.S.F.
- Divulgação de actualidades portuguesas nos cinemas de Espanha.
- Passagem da película "A Revolução de Maio" na praça principal de Salamanca pelo Cinema Ambulante do S.P.N.

* **Facsimile.** In caixa 549, "Correspondência Recebida 1936-1951", porta-fólio "Propaganda em Espanha", *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Doc. 2 - Lista de expedição de propaganda por países (1952)*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO, CULTURA POPULAR E TURISMO
 ++++++

+++++FICHEIRO GERAL DE EXPEDIÇÃO+++++

FICHAS EXISTENTES EM RELAÇÃO A PAÍSES ESTRANGEIROS

ABISSÍNIA.....	1
ALBANIA.....	1
ALEMANHA.....	117
ARGENTINA.....	305
AUSTRÁLIA.....	86
ÁUSTRIA.....	20
BÉLGICA.....	722
BIRMÂNIA.....	6
BOLÍVIA.....	14
BRASIL.....	3.775
BULGÁRIA.....	2
CANADÁ.....	409
CEILÃO.....	20
CHECOSLOVÁQUIA.....	15
CHILE.....	89
COLOMBIA.....	76
COSTA RICA.....	6
CUBA.....	36
DINAMARCA.....	69
DOMINICANA.....	19
EGIPTO.....	52
EQUADOR.....	32
ESPANHA.....	2.684
ESTADOS UNIDOS.....	2.540
FILIPINAS.....	18
FINLÂNDIA.....	45
FRANÇA.....	978
GRÉCIA.....	28
GUATEMALA.....	7
HAITI.....	1
HOLANDA.....	190
HONDURAS.....	8
HUNGRIA.....	4
ÍNDIA.....	127
INDONÉSIA.....	8
INGLATERRA.....	3.191

* **Facsimile.** In “Elementos acerca da actividade desenvolvida pelo Secretariado desde a sua criação 1933-1952”, caixa 4006, porta-fólio “Alínea III e IV”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

IRAK.....	13
IRÃO.....	3
IRLANDA.....	104
ISRAEL.....	2
ISLÂNDIA.....	6
ITÁLIA.....	337
JAPÃO.....	21
JORDANIA.....	1
JUGOSLÁVIA.....	16
LUXEMBURGO.....	9
MARROCOS.....	357
MÉXICO.....	160
MÓNACO.....	14
NICARÁGUA.....	7
NORUEGA.....	87
NOVA ZELÂNDIA.....	40
PAKISTÃO.....	9
PANAMÁ.....	14
PARAGUAY.....	7
PERÚ.....	56
POLÓNIA.....	5
S. SALVADOR.....	7
SÍRIA.....	7
SUÉCIA.....	186
SUIÇA.....	311
TAILÂNDIA.....	18
TANGER.....	98
TURQUIA.....	64
U.R.S.S. (RÚSSIA).....	3
UNIÃO SUL-AFRICANA.....	122
URUGUAY.....	56
VATICANO.....	7
VENEZUELA.....	105
TOTAL.....	16.882

Doc. 3 - Lista de expedição de propaganda por personalidades (1952)*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO, CULTURA POPULAR E TURISMO

+++++

RELAÇÃO DE ALGUMAS INDIVIDUALIDADES ÀS QUAIS FORAM FORNECIDOS ELEMENTOS DE ESTUDO PARA A ELABORAÇÃO DE LIVROS, ARTIGOS, CONFERÊNCIAS, ETC. SOBRE ASSUNTOS PORTUGUESES:

ALEMÃES: - Friedrich Sieburg - Manfred Zapp - Anton Mayer - Dr. Hans Thiele - Dr. Fritz Schalk - Prof. Ivo Dane - Dr. Wilhelm Klein - Dr. Ernest Jacob - Prof. Robert Claus

ARGENTINOS: - Lamberto Lattanzi - Jorge Tristan Bosch

NORTE-AMERICANOS: - Elizabeth Colmen - John F. Cronin - F.E. Hegemeyer - Rev. Lawrence Forristal - Prof. Edouard Roditi

BELGAS: - Pierre Goemaere - Julien Verplaetes - Maurice Maeterlinck

BRASILEIROS: - Manuel Lubambo - Raul Romano - Arnóbio Tenório Wanderley - Renato de Toledo Lopes - Pascoal Carlos Magno - Manuel Bandeira - Tristão de Ataíde - Austregésilo de Ataíde - Dr. Brício de Abreu - Dr. Osvaldo Chateaubriand - Dr. Assis Chateaubriand - Prof. Aloísio de Castro - Dr. Cândido de Campos - Dr. Pedro Calmon - Álvaro Lins - Dr. Raimundo Barbosa Lima - Alceu Amoroso Lima - Emb. Neves de Fontoura - Dr. Peregrino Júnior - Afrânio Peixoto - Dr. Percival de Silveira - Prof. J. Sá Nunes - Dr. Herbert Moses - Cecília Meireles - Olegário Mariano - Dr. Raimundo Magalhães - Frederico Schmidt - José Lins do Rego - Osvaldo Orico - Erico Veríssimo

CANADIANOS: - Prof. Richard Patee - Rev. Thomas Mignault

ESPAÑHOIS: - Jesus Fábón - Joaquim E. Thomas - Prof. Diego Sevilla Andrés - D. José Francés - Wenceslau Fernandez Flores - Prof. Joaquim de Entreambasaguas - Francisco de Cossio - Conde de Montefuerte - Marquez de Quintanar - Salvador Lissarrague - Prof. Menendez Pidal - Prof. Juan Beneyto Perez - D. Juan Luca de Tena - Victor de la Serna - Juan Sampelayo

FRANCESES: - Paul Valery - Pierre Benoit - Abel Bonnard - François de Maurice - Claude Farrère - Georges Duhamel - Jacques de Lacretelle - Charles Maurras - Leon Daudet - Jérôme Tharaud - Henri Messis - Alphonse Soffre - Odette Samson - Jacques Bainville - Alain de Saint Mélior - Pierre Daye - Maurice Lewandowski - Paul Lavagne - Léon Poncins - Émile Schreiber - Christian de Caters - P. Gilles - Charles Chesnelong - Paul

* **Facsímile.** In “Elementos acerca da actividade desenvolvida pelo Secretariado desde a sua criação 1933-1952”, caixa 4006, porta-fólio “Alínea III e IV”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Descamps - Charles Oulmont - Raymond Warnier - Frederic Lefèvre
- Robert Kemp - Prof. Georges le Gentil - Comte Michel Frochot -
Prof. L. Bourdon - Raymond Bernard - Rev. de Bivort de la Sandée
- Jules Romains - Marcel Pagnol - Prof. J. Goulven - Suzanne
Chantal - André Maurois - T. Gandala

HOLANDESES: - E. Brongerama - Prof. F. J. de Waele - John Voetlink

GREGOS: - Dr. Constantin Stefanopoulos

INGLESES: - Prof. Edgar Prestage - F.C.C. Egerton - Prof. Entwisle - S.
George West - Michael Derrick - A. Lallemand - J. Steenhiste -
Prof. C. Atkinson - Eugéne Bagger - John Belfour - J. W. Barker
- Lord Benverbrook - Lord Camrose - T.S. Eliot - Prof. Allison
Peers - Lord Rothermere - G.B. Shaw

IRLANDESES: - J. O'Donnell, S.J. - J.L. Diez O'Neill

ITALIANOS: - Aldo Bizarri - Salvatore Bonfiglio - Felice Le Monnier -
Baldi Papini - Angelo Marini - Leo Negrelli - Dante Severin -
Prof. Giuseppe Rossi - Giovanni Papini - Prof. Leo Magnino -
Amintore Fanfani - Nelle Enriquez - Silvio d'Amico

JAPONESES: - Prof. Kotaro Tanaka

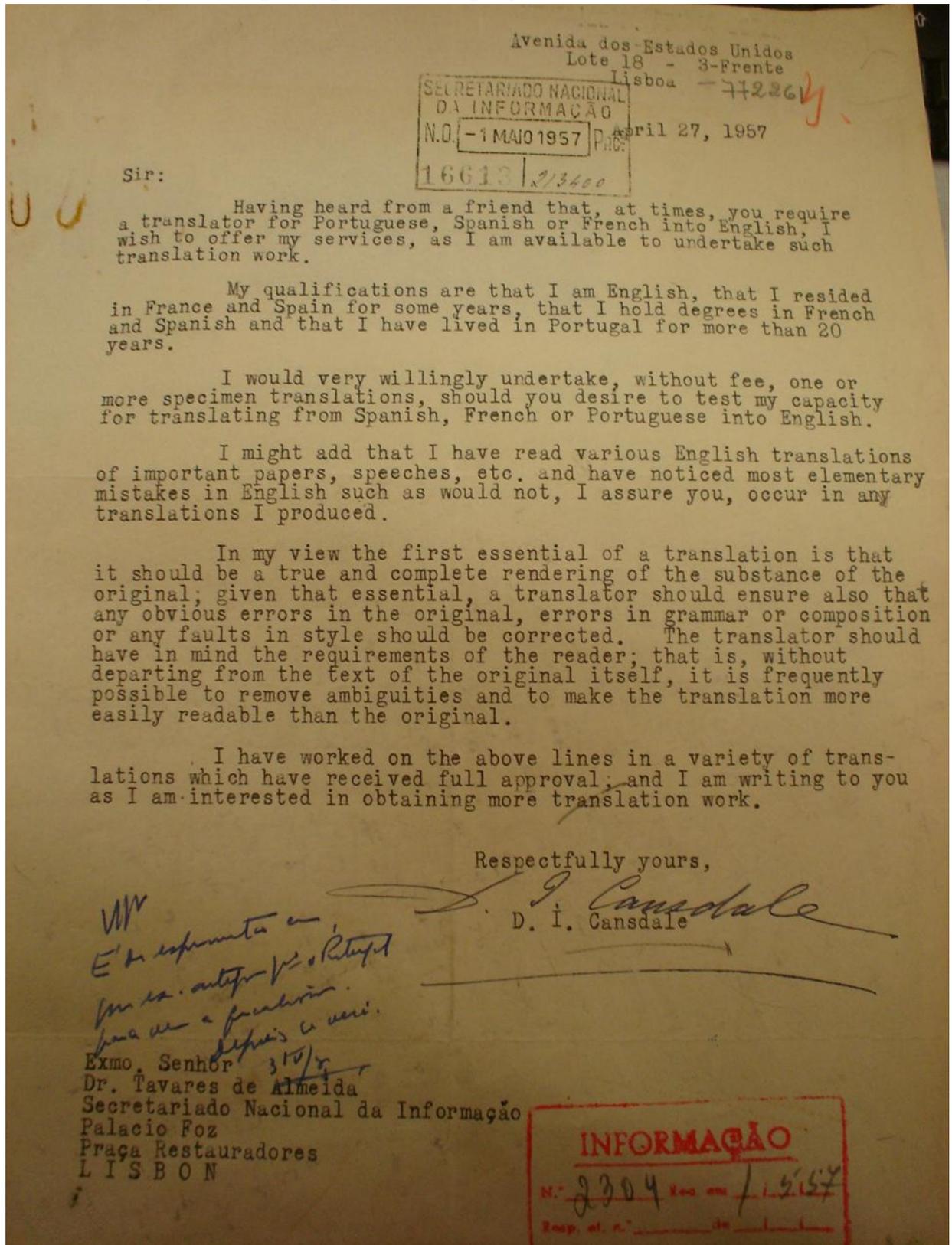
JUGOSLAVOS: - Gaes János

ROMENOS: - Mihail Manoilescu - Mircea Eliade

SUECOS: - Prof. Gustav Bolinder

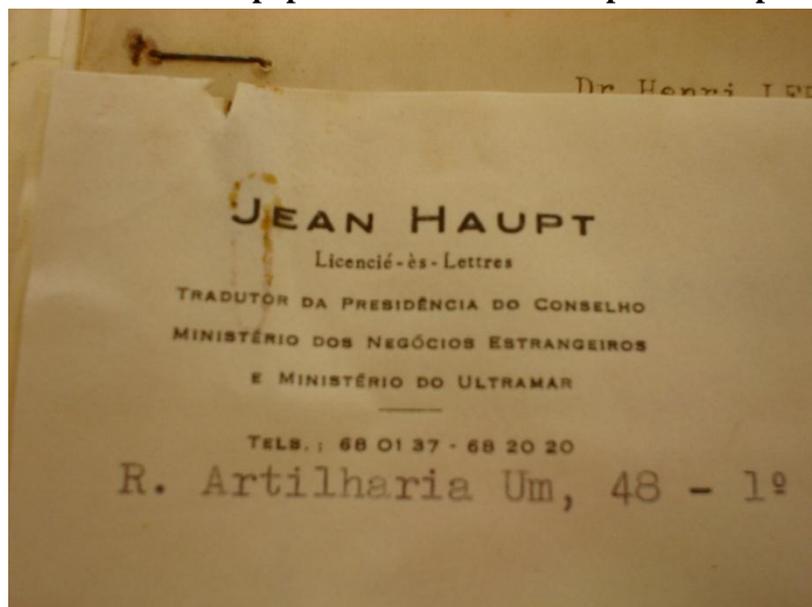
SUIÇOS: - Gonzague de Reynold - Philippe Mottu - Madame Marcelle
Galopin

Fig. 1 - Exemplo de pedido de emprego como tradutor ao SPN/SNI*



* In caixa 2622, porta-fólio "Tradutores e pedidos de emprego", *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Fig. 2 - Pormenor de folha de papel timbrada em correspondência para o SPN/SNI*



* In caixa 2622, porta-fólio “Tradutores e pedidos de emprego”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Fig. 3 - Tabela de preços de tradução da empresa “Casa Molros”*

Nas seguintes linguas	Traduções		3 dias Trabalhos de tradução e retroversão de cartas serão feitos no prazo de	Retroversões	
	linha	folha		linha	folha
Alemão	360	15300		370	17350
Espanhol	340	10300		350	12350
Francês	360	15300		370	17350
Grego	1375	43300		1385	45350
Húngaro	1300	25300		1310	27350
Inglês	360	15300		370	17350
Italiano	360	15300		370	17350
Norueguês.	1300	25300		1310	27350
Romeno	1340	35300		1350	37350
Russo	2320	55300		2330	57350
Sueco	1300	25300		1310	27350
Estes trabalhos serão apresentados em cópias dactilográficas.					
Folhas de prosa dactilografadas de português para português :				2300	
Folhas dactilografadas de cálculos numéricos:				4300	
Média de linhas por folha :				25	

* In caixa 2622, porta-fólio “Tradutores e pedidos de emprego”, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Doc. 4 - Parecer sobre tradução, de Henry Tosti Russell (1961)*

FROM HENRY TOSTI RUSSELL, QUINTA DA SAUDADE, LIVRAMENTO, SÃO JOÃO DO ESTORIL, PORTUGAL. TEL: 06 06 76

Bearing in mind the genius of the man who spoke the words... it seems rather cruel to expect even the finest translator to convey with accuracy both the words and the thoughts expressed, without producing a strictly "literal" work.

In my view, literal translations are unsatisfactory, because while they are accurate in words, those words written in another language often convey the thought behind the word with no little inaccuracy. Hence, anyone who is bold enough to accept the challenge (for it IS a challenge) of translating Salazar THOUGHTS into English WORDS, requires almost a sixth sense!

It is relatively easy to choose between two translations of a speech from Portuguese into English, if the words and thoughts are those of the average orator. But it seems very presumptuous to assume that such a choice is as easy when dealing with a Salazarian speech. This is especially true if, as I believe it to be the case, the translation of Salazar speeches are required: 1) To stick closely to the text. 2) To be done with urgency. Neither of these conditions give the translator a fair chance to produce really high class work.

The only way Portuguese can be made "readable" in the English language, with any real degree of accuracy in regard to the THOUGHTS expressed, is to allow, considerable latitude in the choice of words so as to enable the translator to produce equivalent THOUGHTS. It is only by the judicious use of equivalent words and sentences, that the translator can convey in readable English the accurate expression of THOUGHT, even though the words used may frequently depart from the original text.

It was with this background in mind that I studied both translations submitted to me for an opinion, and in the circumstances have come to the following conclusions:

* **Facsímile.** In caixa 4006, porta-fólio 2, *Fundo do Secretariado Nacional da Informação*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

In the case of the typescript: The translator has respected neither words nor thoughts, and despite this abuse of permissible latitude, has produced a text in a standard of English which is not very competitive. I agree with the penciled marks which somebody has placed in the margins of the first few pages. If the copy is returned to me, and I am given the time necessary, I will gladly add my own annotations.

In the case of the printed translation, generally speaking, the standard of English is excellent, despite a number of instances in which the translator has tended to be too literal. I feel almost certain that had he been allowed to do so, he would have remedied these and other faults himself. Such inaccuracies in the translation as may be found, here and there, are, I feel certain, due to the lack of time available. There are places in his text where I believe that other equally good translators might have suggested more accurate interpretations of Salazar's thoughts.

In conclusion I would say that were I forced to choose between the two translations, I would unquestionably select the printed work as the best... by far. But if given the chance, I would ask for a third version believing, as I do, that this could be produced with excellent results by the translator of the second, and printed work, provided he were given the required latitude to "polish up his work" and the time necessary in which to produce it.

,,*,*,*,*,*,*

H. T. Russell